

ATA Nº 6 /2024

SESSÃO ORDINÁRIA DE

18 / 12 / 2024

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----PONTO SETE: Aquisição de serviços de gestão de resíduos urbanos do Município de Mira, concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) – Aprovação, nos termos previstos nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, da reprogramação dos encargos e assunção de compromissos plurianuais-----

PONTO OITO: Autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, para celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira-----

-----PONTO NOVE: Eleição do representante das Juntas de Freguesia, para representação das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto da alínea c) do Artigo 9.º do Decreto-lei 23/2019, de 30 de janeiro-----

-----PONTO DEZ: Relatório de Execução do 1º Semestre de 2024 da ABMG, EIM, SA – Tomada de conhecimento-----

PONTO ONZE: Plano e Orçamento para 2025 da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento -----

PONTO DOZE: Alteração, por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mira ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) – Aprovação por declaração – Tomada de conhecimento-----

PONTO TREZE: Alteração, por adaptação do plano de Urbanização da Praia de Mira ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) – Aprovação por declaração – Tomada de conhecimento-----

PONTO CATORZE: Assunção de Compromissos Plurianuais - Tomada de

conhecimento. -----

-----**Intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal** quis apenas dizer que em relação ao ponto nove chegou-se a uma plataforma de entendimento entre o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista e, portanto, tinham aquele problema resolvido. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente Sr. Nelson Teixeira Maltez, secretariado pelo Sr. José Luís Pimentel Lavrador, 1.º Secretário, e pela Sr.ª Regina Maria Duarte Serrano 2.ª Secretária. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Sr. Tiago Daniel Castro Cruz, Sr. Bruno José Milheirão Alcaide, Sr.ª Madalena Santos Sr.ª Adriana Milene Sousa. -----

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Paulo Jorge dos Santos Grego, João Luís dos Santos Marques Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Mauro Emanuel Seíça, em substituição de Maria José Silva, Gabriel Miranda Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena Jesus Reigota, Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocêncio, Vasco Daniel Mingatos em substituição de Telma Milena Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira Silva, Sara Patrícia Ferreira Braguez, João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Fernanda da Conceição Domingues Seabra, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. -----

FALTA: Maria José Silva e Telma Milene Salvador. -----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às quinze horas, tendo sido

declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Ata n.º xxx de setembro de dois mil e vinte e três: Submetida a votação foi **aprovada**, com nove abstenções dos membros do PS. -----

Ata n.º XXX de dezembro de dois mil e vinte e três: Submetida a votação foi **aprovada** com oito abstenções dos membros do PS. -----

Ata n.º XXX de fevereiro de dois mil e vinte e quatro: Submetida a votação foi **aprovada** com oito abstenções dos membros do PS. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

---- **O membro Paulo Jorge dos Santos Grego (PS)**, declarou que relativamente aquele ponto, e salvaguardando a possibilidade de aquelas atas terem chegado mais cedo, e ele sem conhecimento delas porque já pediu para usarem o seu e-mail tradicional ou pessoal, e não o da autarquia que não tinha acesso a ele, mas só viu que aquelas atas foram carregadas na plataforma arquivo, no dia anterior e, salvaguardando que pudesse ter sido mais cedo, que ele não teve conhecimento, achava que elas não deviam ser colocadas a votação ali naquela assembleia. Pelo procedimento que foi feito em conferência de líderes em 19/07 de 2019, que ele achava que ainda não tinha sido alterado, e que dizia que as atas deviam ser remetidas aos deputados com antecedência mínima de duas semanas, e no prazo de uma semana após a receção do documento deviam os interessados remeter aos serviços via e-mail as correções. Portanto sendo carregadas no dia anterior, achava que aquelas atas não estavam em condições de ser votadas. Deixava ainda ali o reparo que não tinha percebido, e dava a mão à palmatória que na reunião de 30 de setembro aprovaram uma ata de 28 de junho e ele claramente achava que era 28 de junho de 2024, portanto era uma falha sua, mas qual ao seu espanto que era 28 de julho de 2023. Portanto naquele momento estavam a aprovar atas com mais de

um ano de atraso, foi um uma guerra, no bom sentido, que tiveram durante anos com o PS no governo, mas conseguiram pôr as atas em dia, e não tinha conhecimento que as atas estavam novamente com aquele tempo. Perdia-se toda a oportunidade na correção das atas com 12 meses entre a assembleia e a aprovação. -----

Foi questionado à funcionária responsável pelo serviço de Apoio aos Órgãos, a Sr.^a Olívia se havia alguma razão para aquilo, ao que respondeu que as atas tinham sido disponibilizadas às bancadas para apreciação e não tinha havido reparos. Em relação à questão que o Paulo estava a levantar, ela achava que a autarquia tinha obrigação de disponibilizar um e mail a todos os deputados municipais, o que não implicava que cada Deputado Municipal não indicasse o e mail onde o queria receber. Uma coisa era a obrigatoriedade de a autarquia disponibilizar, porque não podia ter outro e mail, outra coisa era cada um receber no mail que indicasse. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS) que cumprimentou todos os presentes**, disse que depois de ouvir por parte dos serviços, e o Executivo a anuir, com o que ali aconteceu relativamente ao envio das atas atempadamente, segundo o que estava expresso e combinado era para os e-mails institucionais, então ali estavam a anuir também e a assumir, que há uns meses atrás quando diziam que convocavam aquela assembleia através da plataforma arquivo, que não enviaram os e mails na altura para os e-mails institucionais. Naquele preciso momento estavam a utilizar a mesma prática, mas ao contrário, para o que lhes interessava, para os e-mails institucionais é que estava correto, isso foi o que sempre defenderam. Defendiam que bastava carregar na plataforma arquivo que que estaria o processo finalizado, e na plataforma arquivo efetivamente só tinha sido carregado no dia anterior. Os tais e mails que a maior parte dos deputados não tinham acesso, e que não se aperceberam que tinha sido carregado, então o procedimento estava correto por parte dos serviços, achou que naquele caso as duas funcionárias que deviam ter sido responsáveis por isso, fizeram bem o

seu trabalho, os deputados municipais não se aperceberam da receção daquele e-mail, o que era certo era que o Executivo ao confirmar que era aquele procedimento que estava correto, também estava a confirmar que há uns meses atrás não convocaram de forma correta aquela Assembleia.-----

---- **Intervenção a Técnica Administrativa Olivia Eulálio** que esclareceu que, a listagem de endereços que foi utilizada para disponibilizar as atas para correção, foi a mesma listagem de endereços utilizada para enviar as convocatórias, era sempre a mesma listagem de endereços, ela não tinha outra, não sabia qual era a confusão. Aquelas atas foram anteriormente enviadas para a apreciação, não tendo havido reparos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- **Intervenção a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Carla Santos (PSD)**, que cumprimentou na figura do Senhor Presidente Nelson Maltez, os membros da Mesa, Executivo ali presente, Deputados, Público e quem assistia lá em casa. Quis fazer algumas observações de final de ano para o Executivo, disse que continuavam a aguardar o início da obra do saneamento nos Carapelhos, que até ao final daquele ano ainda não visualizavam aquele início de obra, e que aguardavam ansiosamente por isso. A Junta solicitou também, e ali agradeceu o serviço e o equipamento para limpeza das linhas de água, agradeceu a disponibilidade da câmara pelo serviço prestado, contudo solicitava e reforçava o pedido para que o serviço fosse feito na totalidade pelo menos junto à Vala Velha, que era um local que necessitava mesmo e que a Junta não tinha nem pessoal, nem equipamento, nem orçamento para fazer aquela limpeza. Contudo em relação à Vala Velha, na parte que foi limpa, lamentava que naquele fim de semana já se tinha deparado com a descarga de entulho em dois sítios. Continuando ainda com a Vala Velha reforçou o pedido que, continuavam a ser feitas descargas da ETAR do Corticeiro de Cima, ainda naquele fim de semana constatou um cheiro nauseabundo, que era o que ocorria quando eles faziam aquelas descargas, não sabia se o município era informado

daquilo, a Junta não era informada de qualquer descarga. Julgava que seriam descargas excepcionais, mas achava que ocorriam com muita frequência e notava-se pelo cheiro que se sentia na Freguesia. Perguntou da alteração do PDM, qual era o ponto de situação. Deu os parabéns pelo mercado Natal, a Vila de Natal, achava que o espaço estava agradável, a escolha do Carrossel era engraçada, era mais versátil até para a população. Agradeceu às associações que tinham participado naquele espaço. Anunciou que a Junta de Freguesia comemorava naquele ano 40 anos de existência, tinha sido publicado em Diário da República a 31 de dezembro de 1984, iam fazer uma pequena celebração para recordar o momento, convidava-os a estar presentes, era dia 4 de janeiro, entretanto chegariam os convites a todos os Deputados. Aproveitava para desejar a todos um feliz Natal e um Bom Ano 2025, com saúde, mais tolerância e respeito, achava que era bom para todos. -----

---- **Intervenção do Deputado António Gonçalves** cumprimentou todos os presentes, e os que os viam em casa. Quis lembrar que efetivamente o registo na ata de voto vencido, estava contemplado no Regimento era o artigo 42.º e estava lá claro que os membros da Assembleia podiam fazer constar da ata o seu voto de vencido, e as razões que justificassem. Em relação à questão das atas que estavam a aprovar, o registo na ata do voto vencido excluía o eleito da responsabilidade que eventualmente resultava da deliberação. -----

---- **Intervenção da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, o Senhor Presidente da Câmara e seus Vereadores, Colegas Presidentes de Junta e restantes membros. Quis felicitar o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, pelas iniciativas que tiveram lugar naquela época Natalícia, como a realização do Mercadinho Natal que tinha proporcionado às inúmeras associações e instituições do concelho, uma oportunidade para se darem a conhecer melhor, e também de conseguirem algum proveito financeiro com a venda dos seus produtos. Em nome das instituições e associações da

Freguesia do Seixo, que já estiveram e que ainda iriam estar presentes naquele mercadinho, deixou o seu muito obrigado. Também gostaria de agradecer a presença do Senhor Vice-Presidente, Dr. Tiago Cruz, na festa de Natal da Freguesia do Seixo que se realizou no dia sete daquele mês, e que contou com apresentações muito talentosas da simples prata da casa. Relativamente aos eventos realizados na Freguesia do Seixo, naquele último trimestre gostava de destacar, sem dúvida o fim de semana “Gândara Saberes e Sabores”, que se realizou nos dias 9 e 10 de novembro, e era já considerado um dos maiores eventos culturais da Freguesia. Sem dúvida era um evento que realçando as suas origens e cultura gândaras, também serviu para sensibilizar e alertar o poder público, para a necessidade de criar apoios e incentivos que estimulassem os proprietários de casas gandraesas a apostarem na sua reabilitação, pois a sua arquitetura tradicional possuía um valor patrimonial riquíssimo. Para complementar aquele evento associaram também o lançamento do livro “Casa Gândara, Património Vivo da Comunidade e do Território”, um testemunho de vários autores sobre a importância daquele tema para a nossa cultura. E já que falava em casa gandraesa, falava também da construção do edifício Polivalente no espaço adjacente à Casa Gandareza, uma obra que iria servir para potenciar e enriquecer toda a dinâmica do centro de Interpretação da casa e cultura gandraesa, e não só. Falava de uma obra no valor de cerca de cento e sessenta mil euros, que já se encontra adjudicada com o início de obras previsto para janeiro. Já o tinha dito e voltava a referir, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia do Seixo ia precisar de apoio da Câmara Municipal para a construção daquela obra. Por fim quis também informar aquela Assembleia, que à semelhança dos anos anteriores naquela que era já uma das maiores tradições do Seixo, o teatro da ACR ia estrear no dia de Natal com a peça, “Maduros Desejos”, numa interpretação de Nelson Cadete e encenações de Nelson Cadete e Cris Castelhana. Iriam ter lugar várias sessões, e gostaria de os convidar a todos para irem ao teatro ao Seixo. Desejou também a todos

um feliz e Santo Natal. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, disse que naquela intervenção relativamente ao período da Junta de Freguesia, iria apresentar dois assuntos do qual a Junta de Freguesia tinha dúvidas, ainda iria fazer um pedido de colaboração ao município, e terminar com uma reflexão sobre um assunto que na sua opinião tinha algumas particularidades malconduzidas e mal executadas. Relativamente à dúvida, a primeira prendia-se exatamente com a Capela e com o bem de interesse Municipal, como era de conhecimento de todos, a Junta de Freguesia aprovou e fez uma recomendação à Câmara Municipal para classificar a Capela da Praia de Mira, enquanto bem de interesse Municipal. Depois houve uma troca de informações com o Senhor Vereador que lhe disse que aquele assunto já estava a ser e avançado, e que mais tarde daria informação, gostaria de saber em que ponto estava, se já tinha evoluído. Depois relativamente aos orçamentos participativos, em 2021 a Praia de Mira tinha vencido o orçamento participativo da construção do Skate Park, que deveria estar concluído no final de 2022. Em 2023 voltou a concorrer e venceu o orçamento participativo do projeto de requalificação de parque de merendas da Sagrada Família, que também deveria estar concluído até ao final de 2024. Deveriam estar para inaugurar aquela requalificação, o que acontecia era que nem uma situação, nem outra tinham avançado. Já foram ali várias vezes sempre com respostas, dizendo que havia problemas e de várias ordens relativamente aos processos, o que era certo era que já não estavam à espera dessas respostas, estavam à espera sim de saber como e quando iam cumprir aquelas execuções. Depois o pedido de colaboração era relativamente aos CTT na Praia de Mira. Os CTT já tinham encerrado na Praia de Mira há vários anos, entretanto lojas privadas tinham albergado aquela empresa, e asseguravam os serviços à população. Entretanto a Junta de Freguesia sabendo que iria fechar aquela loja que albergava aqueles serviços, contactou os CTT e tinham feito várias reuniões com aquela empresa, no sentido de tentar encontrar uma

solução para que os CTT pudessem novamente abrir na Praia de Mira, ou pelo menos alguns serviços dos CTT serem prestados àquela população. Contudo as propostas que a empresa fez eram muito baixas, e nenhum privado e a Junta de Freguesia na parte pública, tinha dificuldades imensas de conseguir assumir a contratação de um posto de trabalho, para conseguir assegurar aqueles serviços que eram essenciais à população, naquele caso em concreto o seu pedido de colaboração à Câmara Municipal, era saber se estava disponível para colaborar financeiramente, para pagar exatamente aquele posto de trabalho que ia ter de ser contratado. Depois de já ter sido feita análise, podia-lhe dar aquela informação mais detalhada ou então se estavam em disponibilidade de poderem ceder um funcionário, um recurso humano do município, à Junta de Freguesia da Praia de Mira. O outro assunto era exatamente sobre a requalificação do Barco da Arte Xávega. Aquele era um assunto que tinha trazido ali de forma exaustiva, e que tinha tido a possibilidade de fazer o pedido regular, ainda era o Dr. Raúl Almeida presidente da Câmara, durante cerca de três anos andou ali todas as reuniões a pedir para que aquele barco fosse consertado. Naquele momento deveria estar ali a dar os parabéns ao executivo, relativamente aos términos da obra porque pensou que já tinha acabado, pelo menos já tinham retiraram as vedações e o barco já estava acessível a todas as pessoas, e a fotografia atual do barco era bonita. Contudo, ele acompanhou os trabalhos e acompanhou as publicações do executivo, e ficou bastante preocupado com os dinheiros municipais gastos, primeiro de tudo aquela adjudicação que rondava cerca dos vinte e quatro mil euros, para uma reparação, depois de consultar o mercado percebeu que um barco da Arte Xávega completamente equipado e fibrado, poderia custar entre vinte e cinco a trinta mil euros. Também consultou, e percebeu que um barco só em madeira custava na ordem dos quinze mil euros, uma reparação custava vinte e quatro mil euros. Aquela execução era para ser retirada do local, e depois era para ser levado o exemplar para um local condigno para aquela reparação. Disseram-lhes a meio que já não iria acontecer, porque

não havia condições para que aquilo acontecesse. Foi escrito, inclusive numa publicação do senhor Presidente da Câmara, o processo de recuperação envolvia o revestimento completo do barco, as partes de madeira danificadas seriam substituídas por peças novas, tratadas para assegurar que a estrutura mantivesse a sua forma original e resistência. A sua pergunta era só uma, existiam relatórios de acompanhamento sobre aquela execução? Se existissem gostaria que lhes disponibilizassem porque a madeira que foi colocada naquele barco não era tratada, afirmou que tinha registos e acompanhou. Depois dentro do próprio barco via-se madeira podre que ficou dentro do barco da fibra, a parte de cima aquela película era fibra que foi colocada e foi revestida, mostrou uma fotografia tirada no dia em que a fibra foi aplicada e perguntou aos senhores que lá estavam, à empresa, se ainda era possível pararem, eles disseram que não, que iam terminar aquilo naquele dia pronto, já nem valeu a pena da sua parte fazer mais nada, porque afinal de contas fibraram- no mesmo por cima daquela parte podre. Ele tinha a certeza absoluta que a fotografia daquele dia era bonita, e ele também ficou agradado com o mesmo, o que era certo é que dali a três ou quatro anos os problemas iam-se notar, e todos se iam lembrar novamente, e aquele é que era o problema, era que a gestão pública deveria ser mais rigorosa, e deveriam acompanhar detalhadamente tudo, porque mesmo as coisas que afinal de contas aparentemente seriam boas, que era uma requalificação há tanto desejada, afinal de contas se fossem ver ao detalhe, não podiam gabar assim tanto porque o trabalho não tinha madeira tratada, e ficou com podres dentro da própria fibra.----- **Interveio o Sr. Presidente da junta de Freguesia de Mira (PSD)**, que cumprimentou o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Nelson Maltez, na sua pessoa cumprimentou todos da mesa, todo o Executivo Municipal, Deputados daquela Assembleia, chefes de divisão e todos os que assistiam a partir de casa. Quis ali enaltecer o trabalho de limpeza nos Lagos do Parque da Lagoa que davam um aspeto mais airoso ao espaço envolvente estava um bocadinho abandonado, assim como no parque

do Casal São Tomé a limpeza do Lago e das Valas ali, portanto envolvência. Aproveitou também para informar que o caminho que liga à Travessa do Chão de Riba à Travessa das Quartas, que foi ali falado na altura que era uma questão política, mas não era isso, era um trabalho que se realizava e quando se realizava era para ficar para perdurar estava em fase de conclusão uma promessa há tanto aguardada não fosse a força de vontade da Freguesia de Mira e a compreensão e colaboração dos Inquilinos a ligação não seria possível o agradecimento público a todos os contribuíram para que esta obra fosse avante, estava a falar naquele caso os confinantes dos terrenos que cederam o espaço digamos para podermos lá fazer o trabalho que estava quase em conclusão. Entretanto a título de informação quis informar de uma reunião que teve com o novo diretor Dr. Idalécio que está neste momento na ABMG que foi a todas as freguesias julgava, para saber quais eram os problemas que cada Freguesia teria no seu concelho em relação a água e saneamentos, entretanto ponto chegou à situação do saneamento e uma das situações que lhe apresentou foi uma sugestão em relação à zona sul do concelho que tinham dificuldades portanto fala-se muito sempre na situação do saneamento no Concelho da zona sul, sugeriu-lhe, como tinham a conduta que vinha de Cantanhede que passava toda ali em Mira, que fosse feita a ligação na zona das Cavadas propriamente dito uma estação de tratamento ali junto à população do Pisão onde havia a possibilidade de canalizar o saneamento da Lentisqueira até às Cavadas encaminhados para ali e da Corujeiras parte mais alta para o lado das Cavadas encaminhar porque da Corujeira havia a possibilidade de se poder encaminhar para baixo virada à Ermida. Portanto ele a aceitou digamos a ideia ficou no ar para uma possibilidade de eles poderem pensar no assunto. Desejou a todos, já que estavam em época Natalícia um santo e feliz Natal e o ano 2025 com muita alegria muita saúde e muita paz para todos. -----

-----**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara**

para responder às questões colocadas: 1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os elementos da mesa, Vereadores, Chefes, técnicos da Câmara Municipal e deputados. Começou pela junta de Freguesia de Carapelhos que aguardava obras de saneamento, nas conversas com a Senhora Presidente e com o Executivo já tiveram oportunidade de discutir sobre aquele assunto, seria efetuado em algumas ruas tinha que um plano para a povoação toda, o levantamento era necessário por causa das cotas para depois perceberem para cada rua qual era a pendente. Realmente há muito que se aguardava, como noutras povoações saneamento na Freguesia de Carapelhos Esse estudo estava a ser feito aguardavam em princípio no mês de janeiro estaria concluído todo o levantamento para depois poderem iniciar as obras nas ruas previstas. A limpeza das linhas de água nomeadamente na Vala Velha era uma vala com maior dimensão tinham disponibilizado alguns meios próprios para o fazer, evidente que não tinham maquinaria nem operador necessários para estar a trabalhar em todas as freguesias ao mesmo tempo e portanto parte da Vala foi feita outra parte estava por fazer tinham que programar os trabalhos de modo a fazer a sua conclusão e ficou pouco contente com as descargas já de novos entulhos na parte que estava limpa, as pessoas faltava-lhe aquela parte cívica de saber onde é que despejavam aqueles resíduos, tinham o centro circular de recolha precisamente para aqueles efeitos e já tinha sido ali falado mais do que uma vez como é que podiam e deviam fazer e depois quando apanhavam os caminhos limpos junto às valas onde calhava faziam aqueles depósitos que não conseguiam controlar. Apelavam mais uma vez ao bom senso e ao civismo das pessoas, tinham locais próprios para fazer aquelas descargas daqueles materiais. As descargas da ETAR do Corticeiro Cima não eram avisadas ao município, não tinham conhecimento quando é que as faziam, ou a

que horas, ou a que dias. Calculavam que não fossem descargas programadas e mas não eram comunicadas portanto se calhar o que havia a fazer mesmo era cada vez que se notassem aqueles cheiros que referiu era que fosse notificado ao SEPNA à maneira de fazer atuação o mais rapidamente possível porque na realidade se não estavam contemplados se não estavam dentro da lei tinham que ser as autoridades competentes a tomar conta da ocorrência e portanto o melhor a fazer era ao mesmo tempo que agradecemos a comunicação ao município que seja também chamado SEPNA para esse efeito. Relativamente ao mercado Natal foi transversal a quase todas as juntas de Freguesia realmente foi uma iniciativa de continuidade do município que desde o dia 1 estava aberto, o mercado Natal e o Bosque do Pai Natal, onde havia um espaço de diversão para os mais novos e obviamente que, e ali respondia já à junta de Freguesia de Carapelhos e do Seixo e de Mira e as associações que colaboravam naquele mercadinho de Natal eram bem-vindas e obviamente que alegravam o espaço faziam ali algum tipo de recolha que lhes servia para alguns gastos, divulgavam o material que existia e o artesanato também em certa parte, e portanto era sempre de salutar que aquela colaboração era ótima para divulgação dos nossos materiais das associações e de dinamizar o nosso comércio local ao fim ao cabo. Aproveitou ainda para lembrar que estaria o Carrossel e esta atividade aberta até dia 6 de janeiro. Quanto ao convite para o 40º aniversário da Junta de Freguesia de Carapelhos já tinha confirmado a sua presença e era com todo o gosto que estariam presentes no dia 4 para aquelas comemorações. Quanto à Junta de Freguesia do Seixo relativamente às associações, ao mercado Natal tinham que fazer uma saudação especial à Junta de Freguesia do Seixo pela colaboração que fez com a ACR e pela dinâmica que imprimiam naquilo que se empenhavam para fazer e para mostrar ao povo a Gândara de Saberes e Sabores foi um sucesso e se dessem continuidade as pessoas que lá estiveram daquela vez voltariam com certeza e poderiam vir ainda mais porque a dimensão que atingiu, a qualidade que teve aquele evento

era realmente enorme e, portanto, estavam de parabéns, juntamente obviamente com o lançamento do livro da casa gandraesa como foi do poço de Engenho como já foram outros e aquela dinâmica que a freguesia do Seixo imprimia era exemplar. A obra na casa Gandraesa que era cerca 160.000 € pois estavam para ajudar naquilo que lhes fosse possível, mas eles não foram ali anunciar que estavam à espera da colaboração monetária da Câmara Municipal para fazer a obra, o que a senhora Presidente fez foi anunciar que iam fazer a obra e ao mesmo tempo solicitar apoio dentro da medida do possível e portanto era daquela forma que tinham ainda mais que saudar aquelas iniciativas, Janeiro estava aí à porta portanto se o início era em Janeiro teriam que avaliar a situação convenientemente. Quanto ao teatro, era assíduo também e daquela vez iria lá com todo gosto porque era sempre um momento em família e entre amigos de diversão e cultura. Quanto à junta de Freguesia da Praia de Mira e a dúvida sobre o interesse Municipal da Capela deixava para o senhor vice-presidente responder. Quanto aos orçamentos participativos aquilo que tinha dito era a verdade não ia ali dizer coisas diferentes daquilo que o eram, portanto o parque da Santa Zita estando aprovado e tinham sido novamente interpelado pelo ICNF na semana anterior a pedir novos esclarecimentos e portanto enquanto as entidades responsáveis que os autorizam, que lhes davam o devido aval para intervir continuassem com aquilo estavam sempre de alguma forma condicionados na execução e portanto era isso que se estava a passar, assim que fosse possível tinham tudo pronto para iniciar o parque de merendas da Sagrada Família. Relativamente ao Skate Park como já ali o disse tinham condicionantes na localização, já por mais do que uma vez apresentaram locais alternativos para a implementação daquele equipamento vencedor do orçamento participativo, e sempre que apresentavam uma alternativa vinha reprovada, portanto, não querendo implementar em sítio que não fosse aprovado pela entidades para não correr ali em algum incumprimento, estavam sempre condicionados aos pareceres favoráveis e enquanto acontecesse assim não

avançariam com a construção do skate park. Não estava a dizer com aquilo que ele não seria feito, estava a dizer com aquilo que tinham de aguardar que viesse uma localização que servisse para os utilizadores, que fosse mais ou menos um local apropriado central de fácil acesso, mas estavam condicionados aos pareceres das entidades e que não queriam de algum modo fugir a isso. Relativamente ao posto do CTT na Praia de Mira, também estavam atentos, por acaso tinham já, através do Senhor Vereador Bruno Alcaide encetado também em conversas com os CTT e já tinham um local apropriado que seria instalado numa das divisões que existia no mercado da Praia de Mira, portanto, ainda bem que a Junta de Freguesia da Praia se preocupava com aquilo, mas o também já se tinham adiantado, sabiam da necessidade da população da Praia de Mira que se deslocar para Mira para os efeitos que tinham para aquele trabalho, tinham que ser feito e portanto estudavam a melhor localização tinham duas, três alternativas e optaram pelo mercado porque serviria também além da loja de CTT serviria também para dinamizar aquele espaço que era o mercado com mais pessoas a passarem por ali diariamente, e portanto o que lhes interessava era dinamizar o espaço e que os Comerciantes que disseram que ficariam lá o ano inteiro, sentissem que havia mais movimento para aquilo que o mercado foi criado. Relativamente ao barco da Arte Xávega agradeciam a preocupação, o relatório que fez do que encontrou ainda não fizeram a receção da obra, portanto estavam sempre a tempo de fazer a reclamação junto a do empreiteiro, tratava-se obviamente de uma obra que teve algum Impacto a nível financeiro e, portanto, foi uma empreitada que foi conseguida através de um concurso público, o barco não tinha a estabilidade necessária para ser removido do local para a reparação em estaleiro e por isso é que a empresa optou, como já tinha dito ali, para fazer a reparação no local os relatórios de acompanhamento do serviço não existiam e portanto e com aquele alerta tinham a possibilidade também na receção de obra de fazer as reclamações que seriam devidas. A Junta de Freguesia de Mira agradeceu a limpeza dos lagos da Lagoa, do Casal entre

outros que tinham feito aquela limpeza era demorada era ingrata, mas realmente tem sortido algum efeito em determinados locais. A Lagoa era um exemplo disso estava ali com grandes infestantes aquáticas e de limpeza que foi realmente bem conseguido agora a manutenção terá de ser feita, mas obviamente é sempre mais simples do que começar o trabalho de raiz. A mesma coisa foi feita no casal S. Tomé junto à barragem e ao Lago, a intervenção que fizeram sempre na Praia de Mira era mais difícil porque a Barrinha era muito maior, porque as infestantes eram em muito maior quantidade e, portanto, o trabalho era mais inglório não iam deixar de fazer, mas a política era transversal não apenas fazê-lo na Praia de Mira como nas outras localidades que necessitassem. O caminho do Areal de ligação daquelas duas Travessas, tinha que dar os parabéns à Junta de Freguesia de Mira acompanhou o trabalho que foi feito junto dos particulares para a expropriação e a ligação entre as duas travessas, impunha-se de tal maneira que ia servir ali aquelas populações e que ajudava na remodelação de PDM para no futuro se transformar noutra via que ficasse a servir aquelas populações, portanto tinha acompanhado o trabalho e realmente estava ali mais um acesso para as pessoas que habitam e que tinham terrenos naquela zona. Quanto à ABMG à instalação de saneamento na zona sul do concelho o Engenheiro Idalécio fez questão de conhecer todos os presidentes de junta, estava a trabalhar recentemente na n ABMG foi apresentado e quis fazer esse trabalho e portanto ele tinha muita experiência e ao conhecer os territórios e os presidentes de junta ficava mais por dentro dos trabalhos e do que era necessário fazer em cada parte do território porque a proximidade dos presidentes de junta diz-lhes o conhecimento que muitas vezes as pessoas mais afastadas não o tinham portanto as sugestões que terá feito para o engenheiro para solução do saneamento na zona sul do concelho, que era uma preocupação há muito tempo também com certeza que que seriam válidas e que seriam tidas em consideração. Pediu autorização ao Senhor Presidente da Mesa para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

---- **Interveio o Vice-Presidente** que cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa, os colegas do executivo, deputados todos os que os ouviam em casa. Respondeu relativamente à questão da Capela da Praia de Mira, a qual eu agradeceu, portanto recordou que no ano anterior por altura dos 180 anos da Capela da Praia de Mira o Senhor Padre Germano lançou o desafio às entidades que classificassem a capela da Praia de Mira de interesse Municipal, eles pegaram no processo, ele próprio pediu também a colaboração da Junta de Freguesia da Praia de Mira que lhe enviou algumas fotos e alguma documentação sobre aquela matéria, entretanto pós reunião com os técnicos e uma vez que estavam a analisar aquele processo, acharam que a matéria para que fosse classificada de interesse nacional e não de bem de interesse Municipal. Era um processo demorado oportunamente teria a oportunidade de partilhar com a Junta de Freguesia com o senhor Presidente a documentação que estavam a trabalhar, aguardavam ainda alguma informação por parte da Paróquia para que o processo pudesse ficar bastante completo e, portanto, deu nota que estavam a tentar não interesse municipal, mas sim interesse nacional, mas eram processos que levavam o seu tempo, mas estavam muito empenhados naquela classificação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda** que cumprimentou todos na pessoa do Presidente da Mesa. Gostaria de reportar relativamente ao 25 de novembro de 1975, como todos sabiam aquela era uma bandeira do seu partido, este ano o 25 de Novembro foi celebrado na maioria dos Municípios portugueses principalmente no sul do país, foi também invocado numa cerimónia protocolar Idêntica à do 25 de Abril na Assembleia da República a evocação do 25 de Novembro era consensual entre os partidos que compunham aquela Assembleia Municipal assim questionou o Executivo para quando a celebração do 25 de

novembro em Mira, se Deus quisesse e os Mirenses o permitissem no que dependesse do CHEGA seria brevemente a república também chegou com os dias de atrás a Mira. Há muito tempo que Coimbra não era o terceiro Polo do país em termos demográficos era a 16ª cidade do país em dinamismo económico nem era bom falar o concelho de Cintra tinha mais população que todo o distrito de Coimbra naquele momento o governo anterior PS e o atual governo PSD estavam a cozinhar o fim da valência Universitária do HUC, ou seja ao HUC deixariam de ser hospitais universitários e passariam a ser hospitais comuns a preocupação não era sua mas sim do Reitor da Universidade de Coimbra que a tornou pública e a fez chegar ao grupo parlamentar do CHEGA. A curto prazo os impactos seriam pequenos, mas a médio prazo seriam notados os Mirenses teriam de viver com consultas de especialidade em Lisboa e no Porto tal como acontecia no Algarve, Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes, gostaria de saber que medidas tomou o Executivo para tentar reverter aquela situação. Nas últimas semanas foi aprovado o orçamento de estado, foi um parto extremamente difícil e muito provavelmente seria o último daquele governo. No último momento de entrada de propostas, entrou a proposta para anular o corte de 5% no vencimento dos políticos aquela proposta foi aprovada pela AD e pelo PS, os deputados do CHEGA abdicaram imediatamente daquele aumento se aquela abdicção for ilegal o valor seria entregue a instituições humanitárias. Aquele aumento não ia ser só no vencimento dos deputados iria estender-se a chefes de gabinete, assessores, presidentes de câmara, vereadores etc. gostariam de saber se o nosso executivo concordava com a anulação daquele corte de 5%, se não concordava se estava disponível para abdicar dele em prol dos Bombeiros de Mira que estavam tão necessitados naquele momento por exemplo. Gostariam também de parabenizar o Executivo, na pessoa do Vereador da Educação pelo espetáculo da Escoliadas Júnior terem decorrido com boas condições de palco e acústicas algo que nunca tinha acontecido solicitaram também uma melhor articulação entre todas as partes Câmara

Municipal, Agrupamento de Escolas e Fundação Escoliadas. Houve uma grande confusão com os horários dos espetáculos e o momento que os atores crianças deviam estar nos bastidores. Gostariam também de questionar o Executivo relativamente à contratação de uma psicóloga para o Agrupamento de Escolas em que ponto estava a situação informou que a falta daquela psicóloga estava a criar enormes constrangimentos nas escolas do primeiro ciclo pois o Agrupamento de Escolas afeta aquele recurso apenas e só para o primeiro ciclo deixou também a crítica ao Agrupamento de Escolas que tinham que perceber que aquele era um recurso não garantido ou seja dependia da boa vontade do executivo Municipal. A sua bancada foi também contactada por alguns empresários relativamente à sua instalação em Mira os relatos que lhes chegaram foram de pouca colaboração e pouca interesse por parte do município qual era a política do executivo para atrair empresas e empresários para o município. Foram também abordados relativamente às casas de banho junto a biblioteca Municipal de quem era a responsabilidade da sua higienização sabiam também que o vandalismo era um problema, mas se a CP conseguia ter casas de banho limpas e higienizadas nas principais estações de comboio do país qual era a razão para isso não acontecer em Mira. Por último, chegou também ao conhecimento da sua bancada pelos proprietários dos terrenos confinantes a uma obra a decorrer no Seixo, nomeadamente a limpeza de uma vala hidráulica, obra que pediam esclarecimentos à Junta de Freguesia e ao Executivo Municipal, mas não obtiveram qualquer resposta e assim solicitavam a resposta ali para posteriormente informar quem os tinha contactado. -----

---- **Interveio o deputado Paulo Grego** que gostaria de pedir à mesa, se possível que aquela sua intervenção não fosse contabilizada no tempo da sua bancada uma vez que tinha alguma dificuldade em enquadrá-la no período antes da Ordem do Dia, porque ela era verdadeiramente era um direito de resposta em relação à última Assembleia Municipal de 30/9, mas deixava a apreciação da mesa aquele seu pedido. Ainda no preâmbulo da sua intervenção gostaria de

deixar uma confissão ou um desabafo que lhe parecia justo de ser uma vez que desde o seu pedido da suspensão de mandato enquanto Deputado da Assembleia Municipal a dois de do junho de 2023 não acompanhou os trabalhos daquele órgão com a merecida atenção e mesmo quando o seu regresso e até porque não assumia as funções de líder da bancada deixou de preparar /estudar os temas da melhor forma acreditando e confiando nas respostas que ali suas dadas mas como iam ver já a seguir não sabia se aquela era a melhor solução. Na última Assembleia Municipal 3/9 questionou a situação da substituição do deputado Fernando Capelôa e a tomada de posse da deputada Clara Clemente que até estava na mesa antes da tomada de posse oficial, que deixou claro que nada o movia em relação aqueles dois colegas a situação era formal e seria por ele levantada com quaisquer outros deputados, mas perante a resposta do senhor presidente da Assembleia Municipal teve que se debruçar sobre o assunto tal como referiu naquela Assembleia Municipal. Ponto um, escreveu aquela resposta no dia 1/10 de imediatamente a seguir à Assembleia Municipal, aguardou pacientemente pela próxima Assembleia Municipal, naquele dia, para ali no lugar certo falar sobre o assunto e sem desejo de criar qualquer caso político ou embaraço com eventuais anulações de decisões aprovadas, apenas repor a verdade dos factos e sobretudo que fosse corrigida uma situação que no seu entender estava revestida de ilegalidade. Ponto dois, desde a assembleia municipal 28/09 de 2022 que o deputado Fernando Capeloa não ia a qualquer Assembleia Municipal. Ponto três, não encontrou em nenhuma ata ou ordem de trabalhos o pedido de suspensão de mandato por um ano do deputado Fernando Capeloa, como o senhor presidente da Assembleia Municipal lhe respondeu na última Assembleia Municipal. Ajudo e no vídeo que está na página do município às 2:08. Ponto quatro em vinte e duas assembleias municipais daquele mandato o deputado Fernando Capeloa faltou dezassete vezes, dizia o regulamento que se podiam dar três faltas consecutivas ou seis interpoladas, certamente todas as faltas foram devidamente justificadas, mas fica ali aquele registo. Ponto cinco,

era ali que estava o ponto da sua intervenção desde 28/06 2023 que o deputado Fernando Capeloa não faltava às assembleias municipais, mas também não estava presente, desde 28/6/2023 que a deputada Clara Clemente passou a estar na Assembleia Municipal sem tomar posse e sem estar em substituição de ninguém. A lista do PSD elegeu 12 deputados e a Clara ocupava o 14º lugar na lista toda esta informação foi obtida nas atas publicadas no site da câmara sendo que a última ata disponível é precisamente a 28/06 2023 a ata a que eu a data a que eu me refiro que apenas foi aprovada a 30/9 /2 24 mais de um ano depois na última Assembleia o porquê de termos retrocedido tanto neste capítulo, isto já é uma parte repetida em relação à minha intervenção Inicial porque Como disse já escreveu há algum tempo, foi até feito uma conferência de líderes naquele sentido para agilizar as atas e as suas aprovações. O que é que alterou para estarem quase com ano e meio de atraso, quem saía a ganhar com aquela situação. Terminava a sua intervenção fazendo um resumo daquele episódio, o deputado Fernando Capeloa em 30/9/2024 foi substituído pela deputada Clara Clemente, durante mais de um ano o deputado Fernando Capeloa desapareceu das assembleias municipais e a deputada Clara Clemente esteve presente de forma irregular na Assembleia Municipal e servia-lhe de lição que tinha de validar as respostas que ali lhe eram dadas. Certamente haveria uma resposta para aquele eventual imbróglio, pediu desculpa pela franqueza ao Senhor Presidente, até prova em contrário e pelos dados disponíveis não encontrou, aquela era verdade e não a que o Senhor Presidente lhe deu na Assembleia Municipal de 30/9. -----

---- **Intervio o Sr. Presidente da Assembleia** que respondeu ao Sr. Deputado Paulo Grego que tinha mandado não contabilizar o tempo e ia-lhe responder naquilo que era possível responder naquele momento. A deputada Clara Clemente substituiu não só o deputado Fernando Capeloa como outros deputados e quando em substituições, a deputada Clara Clemente tomou aqui posse, que não lhe pedisse para lhe dizer naquele momento a data, mas iam vê-

la e podia com os serviços analisar aquilo que estava a dizer, na Assembleia seguinte esclarecer.-----

---- **Interveio o Deputado Paulo Grego** que agradecia que confirmasse com os serviços, mas havia uma coisa, a deputada Clara Clemente só tomou posse uma vez não havia nenhuma ata nem nenhum período da Ordem do dia onde o deputado Fernando Capeloa tivesse pedido suspensão de mandato por um ano, e a partir de 28/06 não havia a deputada Clara Clemente não estava em substituição de ninguém nas assembleias, estava por direito próprio, era o que ele interpretava das atas. Até essa aquela data não havia problema, o problema estava no ano entre 28/06 /2022 e 30/09/22. -----

---- **Respondeu o Sr. Presidente da Assembleia** que o Deputado tinha levantado a questão ele ia analisá-la com os serviços e depois dava-lhe uma resposta. -----

---- **Interveio o Senhor Deputado Gabriel Pinho** que cumprimentou o Sr. Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os respetivos Vereadores, Colegas e Funcionários. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte, naquela entrada que tinham ali no túnel a seguir à Câmara, naquele prédio que tinha o túnel, era proibido a entrada, estava bem, mas do lado do Poente tinha um proibido para passar, primeiro era livre, agora tinha a entrada da 109 livre para entrar para aquele túnel e depois a saída era proibido. Já era a segunda vez, ainda na semana anterior lhe tinha acontecido que um “mata velhos”, os carritos sem carta ou um papa reformas, tinha diversos nomes, quase que se enfiava nele, e já lhe aconteceu duas vezes, por isso pedia o seguinte, se havia hipótese, porque as pessoas entravam na 109 e estacionam ali e depois iam dar a volta, e calhando não sabiam que lá estava o sinal, se era possível votar na entrada dos prédios um sinal de proibição, para que as pessoas não viessem com aqueles carritos, no sentido proibido que podia gerar um grande acidente. Quis dar uma notícia um bocadinho, ia ser um bocadinho mais moroso, fazia precisamente naquele mês, que pela sua mão e mais doze homens, que

éramos treze e mulheres também, criaram a Associação de Solidariedade Social de Carapelhos. Passados aqueles anos, foram trinta e três anos, andaram dezoito anos com a associação que tinha todas as valências de apoio ao domicílio, centro de dia, ATL e creche, e dava apoio a pessoas de todo o concelho, do Seixo, da Praia, da Lentisqueira, aquela Associação andou por casa alheia durante e 18 anos, viveu numa casa gandaresa, esteve mais tarde no salão, esteve em diversos sítios, andou sempre sem casa. Aconteceu que ele e a direção concorreram, porque havia falta de gente naquela altura, os membros já tinham 18 anos, saíram, e eles pegaram na Associação, candidataram-se a um projeto e lançaram-se na compra de terrenos. Sempre pediram ajuda à Câmara, e a Câmara nunca lhes comprou ou nunca os ajudou a comprar um terreno. Ele não podia deixar aquela parte em branco, ao contrário a câmara comprou terrenos ao mesmo tempo para a Praia de Mira, comprou terrenos para a Lentisqueira, comprou terrenos para o salão da igreja e acontecia que nenhuma delas tinha obra ainda e eles candidataram-se, compraram todos os terrenos, alguns ao preço de ouro, juntaram - os e fazia naquele mês tantos anos como 16 que só tiveram o auxílio do projeto, não chegou a 300.000 € para uma obra quase de 1 Milhão. Resumindo e concluindo a Câmara Municipal de altura, prometeram cem mil €, porque foram obrigados a dizer à Segurança Social de onde é que vinha o dinheiro o restante além do programa de PARES para a obra, e eles particulares e com a câmara, com o dinheiro PARES, juntaram o dinheiro na totalidade, tiveram que reconhecer notarialmente todos aqueles dinheiros para perfazer a totalidade da obra, só a câmara municipal da altura e um particular é que ainda estavam por pagar, nunca lhes pagaram e por isso eles continuavam a ser, como ele costumava a dizer, o parente pobre do concelho. Era pena não serem como os outros, como as outras freguesias, o próprio Seixo, lembrava perfeitamente no tempo do Rocha de Almeida o problema que foi para se resolver o problema dos terrenos, mas fora-lhe cedido através da floresta, e foi-lhes cedido dos terrenos, só eles é que tiveram de os comprar. Por isso tinha

a dizer, uma grande honra estar à frente daquela Associação dezasseis anos que estava à frente dela, quando a pegou tinha os ordenados com seis meses em atraso, alguém prestou dinheiro pagou-se a toda a gente a todas as funcionárias que hoje temos tantas como vinte e seis, já é quase o maior empregador da Freguesia, todas tinham o seu ordenado em dia, não tinham um carro na inauguração há 16 anos era a secretária de estado a senhora Dr. ^a Idália Muniz prometeu-lhes no dia da inauguração de 15 de agosto desse ano, prometeu uma carrinha ainda hoje esperavam por ela, o que acontecia é que mudou de governo e ao fim de mês e meio com os meus conhecimentos e com a minha insistência a carrinha veio, parte do dinheiro para carinha, dessa carinha ao contrário de outras associações do concelho que lhe conhecia bem as frotas deles, ao contrário da sua associação, tinham benefícios da câmara municipal, porque Carapelhos também tinham quem pagasse muitos impostos, por isso acontecia que aquela data a associação tinha o prazer, na sua presidência daquela Associação que estava a terminar, no ano seguinte, dezasseis anos de mandato, e foi o seu propósito de quando tivessem até o fim do seu mandato deixar tudo pago, fizeram um empréstimo ao banco quase de meio milhão de euros, 475000 €, à Caixa de Crédito Agrícola hipotecaram a obra e acontecia que tinha a boa notícia para dar, e por isso não queria passar aquela data sem anunciar que no dia 29 de Janeiro do próximo ano a associação tinha dívida toda paga, e tinha tantas como cinco carrinhas todas elas novas, a mais velha era a tal que lhes foi oferecida em parte, que nunca era a totalidade, que lhes foi oferecida nesse ano, há 16 anos e como ela estava a ficar, a dar mais problemas que do que lucros tinham também para mudar, já iam para o segundo carro elétrico, já tiveram um, iam para outro. Por isso era só para lhes dizer que eles quando se metiam numa obra, mas graças a quem? Graças ao bom povo que tinha nos Carapelhos, generoso, muitos ofereceram terras, fizeram cortejos, foram ao estrangeiro, fizeram das tripas coração e naquele dia, ao contrário de alguém que dizia para aí que eles nunca mais se desempenhavam, ao contrário

de alguém que dizia, eles podiam anunciar e era com muito gosto, não era com prazer, era com muita alegria que anunciavam que pagaram, que não tinha nada que levar aquilo àquela Assembleia, mas pensou que era de todo, para quem os estava a ouvir era de todo o regozijo de dizer que fizeram uma obra arregaçaram as mangas fizeram das tripas coração, o seu povo ajudou da maneira que pôde e naquele dia podiam estar conscientes e satisfeitos que dia 29 de Janeiro tinham a dívida paga. Sentia-se feliz como pensava que o povo dos Carapelhos e do concelho devia estar feliz da Associação dos Carapelhos com uma obra daquelas e com cinco carrinhas novas e não deviam nada a ninguém a partir de dia 30. Já tinham mais um outro terreno comprado para juntar e disseram olha que este não pode juntar porque este hipotecado à Caixa, ele sabia não era preciso dizer que ele sabia que ele estava hipotecado à caixa, mas ia ficar livre dentro de um mês e pouco. Resumiu e concluiu que quando esteve na junta reparou duas fontes uma, duas vezes o lavador do Corticeiro que foi a primeira a ser feita foi a junta que fez na última Assembleia viu que a junta do Mira reparou todas as fontes do concelho, deu os parabéns também, viu e sabia o Seixo tinha um barco, pagou e também foi a junta do Seixo que reparou, andava ali há anos ainda viu o Senhor Presidente da junta da Praia de Mira a dizer e sempre a pedir para barco ser reparado há 3 anos que batia na mesma tecla, a ele até já tinha, não sabia se alguém já tinha reparado, mas às vezes saía para fora porque se revoltava, porque ainda há dias passou e parou de frente ao barco, ele já reparado e não havia nenhuma placa a dizer Câmara Municipal Mira, mas viu lá uma placa a dizer Junta Freguesia da Praia, então se Mira reparava aquilo que a junta tinha, se os Carapelhos reparava aquilo que tinha, se o Seixo reparava o barco que tinha que ainda era maior que o da Praia de Mira, porque é que a câmara para as outras três juntas não tinha nada a dar e para a da Praia tem tudo para dar. Falava nos parques que ganharam, ele achava que as outras associações também já ganharam, mas quem estava à frente da obra é quem concorreu ou é a câmara também que tinha de fazer o

projeto que eles ganharam? Que tivessem paciência mas era altura de eles, ele pelo menos, os anos que eu tinha naquilo, revoltava-se um pouquinho lá por dentro não podia ser, a praia não era filha única havia quatro filhos e que desculpassem, estava um bocadinho mais alongado, a junta da Praia de Mira já quantas vezes deixou os membros da sua bancada sem tempo já não era a primeira vez ainda a última vez o último queria falar e só tive quarenta e cinco segundos, por isso se roubasse um bocadinho de tempo era para vezes que ele falava menos, mas aquilo era mais um desabafo também. Disse ao Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira, com todo o respeito que merecia, não achava que não paga a pena assim no meu às vezes no meu pensamento dizia assim “se calhar a junta da Praia de Mira naquele ponto não valia a pena existir, se era a câmara que tinha de fazer tudo porque é que o a junto existia? As juntas eram para estar junto às suas populações e ajudar em tudo naquilo que pudessem agora sempre a câmara, já estava a seco da sua goela, lá há pouco reclamou que a água não prestava, ele já tinha bebido uma garrafada quase inteira e ela estava maravilhosa não havia nada que o senhor Presidente da Praia não reclamasse, tivesse paciência mas ele vinha na disposição mesmo de virar a faca para ele, a faca estava afiada para o seu lado e por isso, para não se alongar mais, já tinha mostrado o seu orgulho, ia pedir mais uma vez ao Senhor Presidente para que eles não fossem sempre o parente pobre, ele estava de saída, era um ano, mais os seus pares mas já tinha lá mais uma equipa a pedir para se meterem noutra obra, estava a refletir mais os seus pares e se a eles se metessem noutra obra, pedia que ao menos os ajudassem, que não fizessem como os seus antecessores, prometiam e não davam. Quis desejar a todos, umas boas festas, um santo Natal e um próspero Ano Novo, e para que uma vez por todas se lembrassem, Deus quando nasceu no 25 de Abril 2000 e tal anos nasceu para todos só, para dizer aquela frase aquela frase aquela frase do papa “*fazei filhos, fazei filhos*”. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AO PÚBLICO): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, que respondeu à intervenção do deputado Augusto Miranda, 25 de novembro em Mira era uma sugestão que ficava no ar podiam analisar a sugestão e ponderar as comemorações que faziam sobre o 25 de Novembro. Relativamente aos hospitais universitários de Coimbra ia deixar para a vereadora Madalena se pronunciar acerca disso. Relativamente às suas preocupações sobre e a psicóloga as informações que tinha era que a equipa multidisciplinar de intervenção a vários níveis normalmente vinham a decorrer no âmbito do projeto “REALIZA-TE” da CIM, no programa podiam novamente beneficiar daquele apoio e, portanto, estavam em condições de iniciar a entrada da psicóloga, só faltava mesmo a assinatura do contrato na respetiva à avença e que seria no mês de janeiro. Relativamente ainda às Escoliadas também entendiam que foi um sucesso e há 3 anos que o município tomou aquela iniciativa em parceria com Agrupamento de Escolas e com as Associação ESCOLIADAS tinha-se revelado um sucesso de ano para ano e tinha tido cada vez mais empenho. Naquele ano, no seu entender que também assistiu, foi das melhores prestações, o melhor tema se calhar o melhor acompanhamento, por parte dos profissionais e que os professores que se empenhavam em toda a comunidade escolar, para ensaiar os miúdos que naquele dia são uns pequenos grandes artistas e do que viram passaram pelo palco todas as escolas foi excelente com muito público e eles sentiam-se realmente enormes por pisar um palco e daquela dimensão se houve alguma confusão com os horários estavam para apurar portanto quanto sabia não lhe foi dito nada sobre isso mas podiam apurar com a direção do Agrupamento ver o que é que seria. Quanto à limpeza dos wc públicos junto à biblioteca aquilo era da responsabilidade do município e, portanto, tinham feito a limpeza diária

aconteciam que tinham duas pessoas de baixa e de férias naquele período podia ter acontecido esporadicamente alguma falta que podiam ver o que é que se passou também mas era da responsabilidade do município e estava agendado diariamente a passagem por lá por aquele equipamento. A limpeza da Vale hidráulica como referiu e tinha uma programação, não percebeu muito bem porque estava a escrever se foi concluída se não foi concluída, quem é que a fez, se foi o Executivo ou se foi a junta que fez a limpeza a forma da limpeza. Relativamente ao Deputado Paulo Grego era da competência do Senhor Presidente da Assembleia, portanto não ia manifestar. Relativamente à intervenção do deputado Gabriel Pinho o sentido proibido no túnel naquele prédio confinava com 109, já houve vários relatos de trânsito em sentido contrário portanto tinham que ver a melhor maneira, estavam colocados dois sinais do outro lado da outra via mas as pessoas podiam não entrar por aí realmente podiam entrar estacionar e depois fazem inversão de marcha e saiam para ali tinha que haver ali qualquer coisa que chamasse a atenção para que aquilo não causasse nenhum acidente. A Associação de Solidariedade Social dos Carapelhos com as várias valências que tinham com o empenho que tinham e o crescimento e a resposta que davam ao nível social não só na parte das crianças mas também na parte da terceira idade, tinham que dar os parabéns, o crescimento que o Gabriel ali enunciou era exponencial naquele momento tinham vinte e seis funcionários, portanto era muita gente, eram muitos vencimentos, muitos ordenados a processar todos os meses, era um grande montante que estava ali em causa e portanto a ajuda toda que pudessem ter era com certeza preciosa e chegar ao fim daqueles anos e anunciar que dali a sensivelmente um mês tinham tudo pago, terrenos, obras e cinco carrinhas, portanto, era de louvar o trabalho que as pessoas que estiveram naquela Associação, nas direções tiveram até conclusão daqueles trabalhos e até conseguir aquele resultado. Era bom que existisse aquele empenho e aquela qualidade em todas as associações idênticas do concelho. Obviamente que iria

haver mais obras nos Carapelhos e portanto o Gabriel ao ir ali pedir o apoio e era uma situação Idêntica àquela da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, obviamente que iam dizer que sim, tinham que ponderar em que moldes e as quantias porque obviamente quando eles colocavam a fazer obras de uma determinada dimensão englobava muito dinheiro e tinham que ponderar e analisar, mas com certeza que poderiam contar, como tinha dito para o Seixo obviamente para a Freguesia dos Carapelhos. Relativamente ao barco da arte xávega e só porque tocou no assunto ia dizer uma coisinha que momentos antes na resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia Ihe passou e realmente os valores apurados para a construção de um novo barco podiam ser semelhantes ou parecidos com aquela reparação que estavam a levar a cabo, no entanto a cedência da família, dos donos daquele barco para o município devia ser preservada, e foi isso que os levou, em honra da família que doou, manter aquele barco e não adquirir um novo, não mandar construir um outro diferente portanto era naquela preservação de património e das pessoas que gratuitamente o ofereceram, que resolveram mantê-lo, era claro que era uma questão de opção podiam mandar fazer um novo mas com certeza não era a mesma coisa. Pediu permissão ao Sr. Presidente da Assembleia ara passar a palavra à Vereadora Madalena Santos. -----

---- **Intervio a Vereadora Madalena Santos (PSD)**, que após os cumprimentos habituais respondeu que efetivamente foram divulgados alegados pareceres de uma comissão técnica independente presidida por um ex-ministro socialista Adalberto Campos Fernandes mandatado para avaliar a continuidade do modelo de funcionamento dos hospitais universitários no quadro da ULS (Unidades Locais de Saúde) que apontavam para aquele disparate, no seu entender, os hospitais não podiam ser tratados como algoritmos porque eram fundamentais para a formação dos novos médicos, para integrar e reforçar o Sistema Nacional de Saúde. Para o reitor da Universidade de Coimbra Dr. Amílcar Facão tratava-se de uma ofensa a Coimbra e prometeu lutar até ao fim como ele bem disse no

seu comunicado o município de Mira estava atento e o unido com a Universidade de Coimbra, CIM Região de Coimbra e ULS de Coimbra para manter o Hospital Universitário como um marco na formação académica. -----

Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, os Colegas Deputados, Funcionários, Comunicação Social e público lá em casa. Disse que gostaria de saber se aquele abaixo assinado que foi feito e para tentar alterar o PDM na estrada que ia da Rua Gonçalo Tavares ao antigo matador, se teve alguns resultados se é que já se podia já dizer alguma coisa se, portanto, juntamente das Travessas no Areal e que ele saudou a obra de facto uma situação que também já há muito tempo ele também vinha falando ali e que finalmente ao fim de alguns anos estava a ser feita se realmente isso também relativamente ao PDM se ia permitir a urbanização ou não ali na naquela Travessa e queria mais uma vez referir ali sobre os multibancos que já falou ali na Lentisqueira e Poço da Cruz , se isso caía de facto em saco roto ou se o Executivo pensava de facto colocar lá os multibancos que estavam a fazer bastante falta às populações. Ao passar reparou no edifício da biblioteca a parte exterior, achava que estava desprezada achava que merecia ali alguma reparação sobretudo pintura do edifício que de facto estava a parecer mal. Por último queria registrar ali o alcatroamento feito na Lentisqueira e no Colmeal que também já vinha ali a reivindicar sobretudo na Lentisqueira, mas que na verdade era pronto enferma de uma situação é que começaram a casa pelo telhado é que faltavam as infraestruturas que deviam ser feitas primeiro antes do alcatroamento porque senão a seguir daqui um ano ou dois vai ter que se partir outra vez o alcatrão para fazer as infraestruturas restantes.-----

---- **Interveio o Deputado Manel Inocêncio (PSD)** que cumprimentou a Mesa, o Executivo os Colegas e o pessoal lá em casa. Ia ali felicitar algumas pessoas nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara por duas razões, não sabia de quem foi a ideia de fornecer a água naquelas garrafas mas aquilo era uma prática que se utilizava em todo lado e achava que era muito bem-vinda, se andavam a ensinar nas escolas os meninos que não deviam produzir muito plástico, que devem promover a Ecologia tinham que cumprir a sua parte cada um tinha a sua opinião, era como tudo, portanto saudou quem teve a ideia não sabia quem foi mas achava que devia continuar assim. Continuou a dizer que o Município de Mira tinha sido galardoado na cerimónia dos prémios BUPI 2023, era uma iniciativa promovida pela estrutura de missão e expansão do sistema de informação cadastral e decorreu em Coimbra no convento de São Francisco. Aquele reconhecimento destacava o trabalho do Município de Mira na implementação das boas práticas no âmbito do balcão único do prédio um projeto de âmbito nacional que visava simplificar o registo de identificação das propriedades. A distinção refletia o empenho da autarquia naquele sentido e contribuindo para uma gestão mais eficiente do território. Também saudou o início das obras do Centro de Saúde, finalmente viam obra a ser executada a um bom ritmo, pensava que o investimento, como já foi ali referido algumas vezes, era um investimento avultado 1,8 milhões de euros e que ia também ser expandido para as valências dos centros de saúde nas outras comunidades, pensava que era uma aposta que o Município tinha na criação de condições de acessibilidade, de condições de trabalho, de requalificação, portanto aquela obra refletia um compromisso da autarquia com o desenvolvimento sustentável do concelho. -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho** que fez os habituais cumprimentos. Disse que certamente que para muitos deles aquela seria a última vez que aquele grupo iria aprovar um Orçamento Municipal, porque próximo orçamento seria certamente aprovado por outros grupos que não eles. Nos últimos onze

anos aquele município teve ao seu dispor cerca de números redondos duzentos milhões de euros para fazer investimento, números redondos, podia pecar defeito ou por sucesso, mas seria à volta disso 200 milhões de euros que foram aplicados conforme os relatórios de atividades que os municípios iam elaborando todos os anos em muita obra. Passados aqueles anos ficou a pensar se não podiam ter feito melhor, e quando ali falava em podiam ter feito melhor é porque ele e certamente os seus colegas que estavam ali em frente se consideravam alternativa, não se consideram oposição consideravam alternativa por isso é que muitas vezes quando iam ali tentavam levar algo que os fizesse pensar de uma outra forma porque nem sempre eles pensavam bem, e nem sempre pensavam da melhor forma e porque olhando para as bancadas que os apoiava não se sentiam confortáveis para além daquele caminho que era ir ali dar graças e agradecer por muitos serviços que iam sendo feitos. Ele pela sua parte estava tranquilo porque sendo livre tanto ia votando a favor como contra, às vezes como prejuízo próprio para ele porque ia contra algumas das ideias que a sua bancada ia tentando implementar num espírito de grupo saudável e ia votando consoante aquilo que a sua consciência lhe ia dizendo, o que era certo é que passados tantos anos, olhava para trás e perguntava *“será que não podíamos ter feito melhor nestes doze anos?”* *“com um próximo orçamento com vinte e tal milhões de euros será que não se poderia optar por outros caminhos?”* Passado doze anos continuavam a olhar para o município em que carecia de política Industrial, carecia de uma política concreta para um turismo, porque diziam chavões como *“turismo todo o ano”* quando olhavam para as suas terras, olhavam para o centro da vila e o que viam eram luzes apagadas, só lhe restava a ele e pensava que a muitos dos que ali estavam sentados, lamentarem não pelo que foi, mas pelo aquilo que poderia ter sido e era relativamente ao que poderia ter sido que eles ali tinham que se penitenciar um pouco, e pensar qual seria o caminho, para quando é que Mira poderia ter uma política industrial para que os empresários se pudessem sentir agradados antes de virem, antes de chegarem, sentirem que

Mira era um concelho que era apelativo não só pela praia porque estava à beira mar mas porque tinha um conjunto de gentes à sua frente que saberiam transformar os intentos de um empresário em produto final concreto. Diariamente ouvia as oportunidades perdidas por parte das chefias, por parte dos seus dirigentes, por parte daqueles que teriam como obrigação levar o concelho ao melhor caminho. Era uma pena que passados doze anos, duzentos milhões investidos o concelho de Mira continuasse a ser um concelho tão igual àquele que Raul Almeida encontrou quando ali chegou pela primeira vez. Muitas melhorias foram feitas certamente quando olhavam para os seus centros urbanos sobretudo da Vila notavam diferença, notavam sim, mas perguntassem às extremidades, perguntassem ao extremo sul do concelho, perguntassem aos Carapelhos, perguntassem ao Seixo que graças às políticas locais que tinham tido, tinham conseguido desenvolver, sim tinham, mas continuavam a ser reféns de uma política que focava muito na macrocefalia que era aquela terra, olhava-se para o centro iam fazendo umas festas e romarias mas esqueciam que aquilo que ia trazer rendimento àquelas gentes era trabalho, era capacidade Industrial, era capacidade de desenvolver, era capacidade de intervir quer na sociedade, quer no meio Industrial, quer nas empresas isso tinha faltado e não adiantava irem contestar com situações pontuais porque estava à vista de todos eles enquanto deputados municipais, todos eles que ali estavam tinham capacidade para abrir os olhos e para saber perfeitamente que poderiam e deveriam ter feito muito mais e não fizeram Eram um concelho como lhe dissera recentemente um vizinho de um conterrâneo Mirense que residia no vizinho, *“a vocês deram -vos um diamante, a nós deram-nos uma pedra, nós polimo-la e do seixo (seixo enquanto pedra não enquanto localidade) andamos a tentar fazer algo que brilhe, algo que chame atenção lá para fora, a vocês deram-vos os diamantes, vocês meteram lá em cima vão esquecendo que os diamantes se estiverem enterrados não brilham, e vão perdendo esse fulgor.”* Eram o concelho do *“temos que...”*, mas ficavam muitas vezes por aí, e em jeito de encerramento porque havia

outros que queriam falar, gostava que todos eles que eram deputados daquela casa e as pessoas estavam em casa e que ouviam, que fizessem com que as pessoas que votaram se sentissem orgulhosas. Fossem críticos, fossem frontais não fossem para ali só dar parabéns quando havia tanta coisa por fazer, fossem assertivos nas medidas que queriam tomar nas suas terras. -----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que relativamente ao abaixo assinado referente ao PDM, as participações que as pessoas fizeram durante o tempo em que houve a discussão pública todas tinham validade, obviamente que se dependesse do município aprovar ou não e transformar terrenos rurais em urbanos eles assinariam por baixo e aprovavam minimamente justas, o que se passava era que o município tinha que recolher aquelas participações tinham que voltar às entidades, discutir com elas uma a uma e ver a viabilidade de umas e a viabilidade de outras, obviamente que umas seriam contempladas e outras não seriam contempladas, também tinham aquela noção. A Rua Gonçalo Tavares estava em discussão, portanto ainda tinha sido definido se sim, se não, aquela decisão para houvesse pronúncia da parte das entidades já em relação à Travessa no Areal era o trabalho que a junta de Freguesia de Mira fez era um contributo especial um contributo que podia melhorarem muito e ele queria acreditar que ajudasse também a transformar alguns terrenos rurais ou rústicos em urbanos, queria acreditar, mas também era uma das propostas que estava em cima da mesa para manifestação. Quanto às máquinas multibanco já foi ali abordado por pelo Deputado mais do que uma vez, se dependesse de deles, eles colocavam também uma duas ou três em pontos que considerassem importantes e que servissem várias populações, no

entanto não dependia deles, as entidades bancárias entendiam que o número de pessoas que lá viviam, o movimento que elas iriam ter em função da proximidade com outros centros urbanos não lhes garantia, e eles procuravam sempre lucros, não lhes garantiam o rendimento que eles pretendiam, portanto, iam continuar a tentar mas não estava a ser fácil aquela implementação. Quanto ao edifício da biblioteca, pintura, houve uma parede que foi requalificada em termos de eficiência e isolamento e pintura, mas na parte restante também concordou que faltava outro tipo de intervenção o aspeto não é o melhor, mas aquilo obedecia a um condomínio, portanto o que eles tinham, eles município, era uma cota parte no condomínio e tanto na parte interior como na parte exterior e cada vez que havia obras calhava-lhes uma parte um montante que eles pagariam, poderiam eventualmente fazer a sugestão à administração do condomínio porque também entendiam que não estava nas melhores condições. Quanto aos asfaltamentos que referiu antes do saneamento era sempre um assunto polémico, toda a gente queria bons asfaltamentos nas localidades, nas suas ruas, e nas suas vias e toda a gente queria as infraestruturas também, quando analisado os planos não se previa a curto prazo a instalação de saneamento em determinadas povoações e as vias estarem em tão mal estado, tinham duas opções, ou iam tapando uns buraquitos, ou esperavam que houvesse um plano para intervenção de instalação do saneamento básico e depois asfaltar como devia ser, como o plano não previa nos próximos quatro ou cinco anos nos locais que referiu que se fizesse lá saneamento, optaram não por remendar os buracos, para tapar, mas sim fazer um tapete como devia ser naquelas estradas. Aguardariam para que fosse feita no novo plano quinquenal, que era de cinco em cinco anos como o próprio nome indicava, que estivesse previsto que houvesse previsão para fazer o saneamento e depois se tivessem de rasgar algumas artérias para instalação que ele dizia que não seria tão depressa, mas se tivessem de rasgar seria por esse motivo. Quanto ao Deputado Manuel Inocêncio os prémios BUPI era um orgulho para eles, os serviços

estavam de parabéns nomeadamente na pessoa do Dr. Ângelo Lopes que tinha estado à frente daquele serviço e obviamente todos os seus colaboradores que estavam preparados para receber e dar resposta naquele campo, estavam todos de parabéns. Fomos receber um prémio e que foi comum a todos os municípios, mas foram receber um específico a Coimbra, como bem disse, que tinha a ver com a proximidade, o trabalho que fizeram de levar até à proximidade das populações à resolução dos problemas em vez de terem de se deslocar até às instalações do município resultou na melhor, teve o melhor resultado e, portanto, sendo assim foi reconhecido Mira naquela grande iniciativa e estavam todos de parabéns. O início das obras no Centro de Saúde, já aconteceu há bastante tempo, já ia, ele diria, quase a meio da empreitada, já mudaram de local por duas vezes os materiais para que houvesse a intervenção nos outros gabinetes, corredores e nos locais que estavam previstos, obviamente que as obras incomodavam sempre, mas a julgar pelo trabalho que estava a ser realizado por aquela empresa e que resultou muito bem, a obra seria concluída dentro do prazo previsto o que para eles também era muito bom, normalmente as obras tinham sempre derrapagens no tempo e portanto aquela parecia-lhes que seria concluída dentro do prazo. As obras contemplariam também a melhoria nas Extensões de Saúde que estavam espalhadas pelas freguesias. Relativamente à intervenção do deputado João Luís Pinho, não fez nenhuma questão em concreto foi apenas uma reflexão, diria assim e concordou em parte, não estava tudo na mesma, não podia concordar naquela parte, podiam ter feito melhor, podiam ter feito diferente com certeza que sim, se olhassem para trás não só nos últimos doze anos, mas se calhar nos últimos vinte e quatro tinham sempre novas ideias tinham sempre obras para fazer e novas expectativas obviamente que cabia a uns dizerem mal do que estava feito, ou do que se fazia e cabia a outros ir louvar o trabalho daquilo que era bem feito porque se tivessem à espera que alguns o fizessem, também nunca acontecia.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- Inteiro a Deputada Guida Reigota (PSD), que cumprimentou todos os presentes. Disse que a sua intervenção ia no sentido de dar os parabéns ao executivo pelo excelente trabalho de parceria que tinha feito entre autarquia e o Touring. Os trabalhos estavam a decorrer bem e esperava que assim continuassem, passava lá muito tempo e estava a gostar do que estava a ver. Queria também dar os parabéns pela limpeza feita à Barrinha com a remoção dos jacintos, e pela recuperação do barco na praia que para ela também foi uma boa opção. -----

---- Inteiro o Deputado António José (PS), disse que o tema da sua intervenção era muito simples, lixo, monos e passadeiras. Era um manifestar de uma preocupação relativamente à forma como as pessoas descarregavam tudo e mais alguma coisa nos contentores do lixo e caso estes estivesse cheio como deixavam o lixo e os monos junto aos contentores. Aquele era um tema que já ali trouxera e como nada tinha sido feito voltava a trazer. Tinha no seu telemóvel várias fotografias que foi tirando pelo concelho fora, de montes de lixo e entulho deixados aqui e ali, estava na altura de o executivo camarário promover junto da população ações de esclarecimento acerca daquele assunto, porque não enviar um panfleto pelo correio a informar os munícipes dos dias em que eram feitas as recolhas dos monos e os respetivos números de telefone para poderem agendar essas recolhas? Porque não utilizar aquele mesmo panfleto para sensibilizar as pessoas para a necessidade de proceder à separação dos lixos e de os depositar nos respetivos ecopontos? Relativamente às passadeiras, recentemente como era do conhecimento de todos, pensava, houve mais um atropelamento junto ao Pingo Doce em Mira já ali foi falado acerca da possibilidade da mudança da passadeira pedonal para cerca de cinquenta metros mais a norte, a sua pergunta era simples, o que é que o Executivo fez junto das autoridades competentes para

promover a deslocalização daquela passadeira? -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente (PSD)**, que cumprimentou todos os que os assistiam naquela assembleia bem como os que estavam presencialmente e em casa. Aquela era uma fase de convívio, partilha e alegria felicitava o Executivo por proporcionar às crianças e adultos momentos de bem-estar e lazer referiam-se nomeadamente às atividades como Espaço Mágico no Jardim do Visconde, o teatro infantil e Carrocel infantil. Ainda naquela temática a partilha e convívio, a Comissão de Melhoramentos, aquilo era meramente uma nota informativa aquela que ia passar e a fazer referência, a comissão de Melhoramentos e as Catequistas da Barra como tinha vindo a ser hábito desde alguns anos esta parte presentearam a população com uma festa de Natal realizada num primeiro momento na capela da Barra com o presépio cuja os personagens foram as crianças da catequese e por momentos musicais por três elementos da União Músicos de Mira, residentes na Barra , numa segunda fase no segundo momento daquela festa já na sede da comissão realizou-se um lanche convívio e distribuição de presentes de todas as crianças. Muito importante deixar aquela nota, aquela festa foi uma festa solidária e teve como propósito a angariação de bens destinados à obra de que, como era do conhecimento geral, atravessavam algumas dificuldades, foi muito bem conseguida foram muitos bens distribuídos nesse mesmo dia ao final do dia na Obra de Frei Gil. Em conclusão, Senhor Presidente deixou-lhe um pedido, era a limpeza de alguns locais como valas e caminhos públicos já sinalizados na Barra.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, respondeu à deputada Guida Reigota que tinham feito um grande esforço financeiro e de

acompanhamento nas obras no Campo Lago do Mar na Praia de Mira e, portanto, o que tinham programado numa planificação para investimento do desporto estava a ter bons resultados e por isso o Campo do Touring era um deles onde tinham investido cerca de 300.000 € mais ou menos até àquele momento. Aquilo contemplava levar para lá a corrente trifásica que estava bastante longe e, portanto, para a iluminação do campo era necessário levar até ao campo aquela potência, a iluminação em si, os postes e os projetores que eram necessários, o relevado sintético e andavam a fazer ultimamente a envolvente, não ficava ainda completo, não ficava como todos eles gostariam, mas foi dos maiores investimentos alguma vez feitos nos campos tirando o Estádio Municipal e portanto no campo do Touring que tinha agora outra vista, tinha outras condições para os atletas e ainda bem porque proporcionava e dava a possibilidade às camadas jovens de terem ali o conforto e todas as condições para crescerem naquele clube. Relativamente aos assuntos dos jacintos, tinha falado anteriormente, era um trabalho inglório, mas que iam continuar a fazer embora não fosse da sua responsabilidade, mas queriam dar-lhe continuidade. Relativamente ao barco da arte xávega já foi suficientemente ali falado também acharam que a valorização do património passava também por ali. Relativamente ao Deputado António José, lixo, monos, passadeiras e as ações para a sensibilização às populações era sempre importante, já tiveram há algum tempo uns autocolantes para colocar nos contentores e iam ter novamente, iam fazer agora no início do ano nova campanha desses autocolantes nos contentores do lixo e flyers para colocar nas caixas de correio das pessoas a sensibilizar precisamente para aquilo que os alertou. Relativamente às passadeiras, essa era uma delas problemática outras precisam de também pinturas novas para avivar e serem refletoras especialmente durante o período noturno, relativamente à deslocação dessa passadeira foi solicitada para ficar mais próximo de duas superfícies comerciais ali próximas até àquele momento ainda não tinha acontecido, iam tentar novamente junto das entidades para ver

se acontecia mais rapidamente. Relativamente à deputada Clara Clemente foram mais sugestões e comentários do que propriamente perguntas, tirando a limpeza das valas e dos caminhos, portanto tinham a listagem iam avaliar e ver por onde é que deviam começar precisamente para fazer esse trabalho. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, disse que a sua intervenção ia numa fase mais avançada ser a que estava prevista e onde ia ser feita uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, no entanto depois das várias intervenções que ali foram tidas durante os últimos minutos das quais teve a oportunidade de ouvir com calma e serenidade e até com algum sentido de humor em alguns aspetos, porque o nível das asneiras foram de tal ordem elevados que até para dar para o sorriso, um pequeno sorriso acaba sempre pelo menos para fazer com que as pessoas que ali estavam e os deputados municipais de alguma forma conseguissem desanuviar o ambiente. No entanto se não fossem tão gravas as asneiras que ali eram ditas, eles poderiam rir de uma forma com mais vontade. O problema é que quando se falava de assuntos sérios não se devia permitir que aquelas situações fossem tidas, contudo também alguns são useiros e buseiros daquele tipo de situações, daquele tipo de análises e também a assembleia Municipal lhes permitia a continuidade daquele tipo de práticas, embora não permitisse a outros que de forma calma organizada e competente falassem sobre temas dos quais tinham o direito. Contudo e depois daquela breve introdução tinha a dizer ao Senhor Presidente da Câmara que quando falava da questão do barco da arte Xávega e sobre o património cedido pela família em momento algum ouviu da sua boca, era bom que conseguisse interpretar as suas palavras, em momento algum ouviu da sua boca que aquele barco não deveria ser conservado, aliás aquele barco naquele momento estava a ser conservado fruto da sua persistência, porque pelo que lhe

tinham demonstrado da rapidez de execução das situações de manutenção que que o território necessitava e do património Municipal claramente que naquele momento ainda não tinham começado a adjudicação sequer daquele barco se não tivesse existido tanta persistência da sua parte. Contudo e o que lhe pediam a ele e aos elementos que o acompanhavam na sua equipa era competência, competência a gerir o dinheiro e a gerir tudo o que era património público e ali era uma coisa muito simples, se se gastava cerca de vinte e quatro mil euros que fosse bem aplicado. Quando o Senhor Presidente lhe respondeu que não tinha um único relatório, que não tinha um único acompanhamento naquela obra que durou pelo menos os tais sessenta dias, Senhor Presidente tanto funcionário, tantos elementos do executivo, tantos secretários, tanto nomeados e não havia ninguém que conseguisse lá passar cinco minutos e analisasse as coisas Senhor Presidente? O problema era que era assim que o território ia continuando e no caminho que ia, e nas dívidas e continuavam a ser eram conhecidos e a serem até tema de jornais, que mais à frente também iam poder falar sobre isso, por estarem nos rankings dos piores dos que mais deviam, dos que pagavam pior, dos que tinham menos índices positivos pronto continuamos nesses rankings e era por isso que diziam que havia outro caminho, e havia outra forma de estar, e havia outra forma de liderar, e havia outra forma de fazer, quando o Senhor Presidente dizia, era preciso ali estar para fazer, claro que era Senhor Presidente, o Senhor Presidente é que tinha aquele ano, ia ter os tais vinte e nove milhões na mão para executar, o problema era se executava mal, se geria mal, o concelho é que pagava. O problema naquilo tudo Senhor Presidente era que aquilo não era uma questão pessoal e o Senhor Presidente ia ter de perceber uma coisa, quem estava ali naquela função não lhe estava a atacar, nem o seu carácter, nem a sua família, estava-lhe a dizer simplesmente que o ele e a sua equipa estavam em falência, estavam a falhar, estavam a falhar redondamente no que naquele momento deviam fazer, o Senhor Vereador por exemplo estava olhar para ele e ele gostava de ter atenção mesmo

relativamente às suas palavras, e o Senhor Vereador afinal de contas, o Senhor Presidente já lhe disse que ele ia ter uma ação, ou já teve uma ação perante os CTT para conseguir colocar os Correios no mercado da Praia de Mira, muito bem notava-se claramente primeiro que desde que entraram na Câmara Municipal eles tinham perseguido a junta de Freguesia da Praia de Mira, e que tinham colocado duas formas de estar, uma de tentar unirem-se e aproximarem-se das outras Juntas de Freguesia, como ali foi dito naquele dia, que já deram os parabéns a todas as Juntas por tudo e mais alguma coisa, que ele também saudava, no entanto à junta de Freguesia da Praia de Mira o que responderam era não, não à questão dos CTT . Os CTT nos outros sítios até eram instalados na junta de Freguesia, eles já tiveram negociações com os CTT e o que é que lhe diziam, que afinal de contas foram negociar com os CTT nem sequer passaram cartucho à junta de Freguesia, retiravam-na da adequação e iam colocá-las aonde? no edifício contíguo à junta de Freguesia porque ficava muito longe. A questão desse dinamismo, e era uma questão de mais uma ajuda que estavam a dar ao povo da Praia de Mira e à junta de Freguesia, porque não era perseguição política o que faziam, era medo, eles simplesmente tinham medo de a junta de Freguesia ter algum benefício para com a população, era o que demonstravam diariamente com as suas práticas, porque ele sinceramente enquanto Presidente de Junta de Freguesia ainda afirmava outra coisa, ele não tinha chamadas não atendidas dos Vereadores, do Presidente da Câmara, não lhe telefonavam sobre matéria nenhuma, ele telefonava e perguntava situações que ainda ficava à espera de resposta como por exemplo, a faturação de uma obra que foi feita há mais de um ano, por cima da junta de Freguesia, e que ainda nem sequer fizeram a requisição, nem o compromisso, nem nada, não fizeram a cabimentação sequer da obra, podiam sequer isso, era uma questão de uma ilegalidade que estavam em correr como tinham várias e que sinceramente podiam, de uma vez por todas, começarem a dar respostas porque essas sim era as suas obrigações, essas eram as suas obrigações que não faziam e que

não tinham. Relativamente à questão dos CTT voltou a questionar, não percebia como é que a junta de Freguesia tendo negociado com os CTT, e era só uma questão económica de não conseguir suportar o encargo, como é que eles passavam por cima da Junta de Freguesia, diziam que iam colocar os CTT no edifício ao lado da junta de Freguesia. Achou aquilo sinceramente de todo, não nem queria adjectivar porque sinceramente aquilo era mau, aquilo era uma questão de pouca dignidade, mas também o único ofício que tinha do Senhor Vereador Bruno Alcaide até àquele dia, era que dizia que para a junta de Freguesia ter cuidado com os dejetos caninos que estavam nos caminhos e na e nas ruas, era o único ofício que tinha do Senhor e chamadas não tinha nenhuma, o único que tinha ao final de três anos da sua função era a avisar a junta de Freguesia que os dejetos caninos estavam na rua a mais, porque enviaram um e-mail de uma Senhora que fez essa queixa no parque campismo e encaminharam para a Junta de Freguesia, do qual eles tinham todo o gosto de receber e iam tentar melhorar as suas práticas, contudo ia-lhe fazer uma sugestão, podiam comprar aqueles objectozinhos de sacos do lixo para os cães, que podia ser uma competência da câmara colocá-lo no espaço público, porque tinham dinheiro para isso, tinham dinheiro não porque estavam a dever pois era, mas tinham um orçamento de vinte e nove milhões e no entanto tinham capacidade económica supostamente para se poder comprarem aqueles objetos e colocá-los no espaço público. Fez a intervenção que o levou ali e a sugestão ao Senhor Presidente que era exactamente pela falta de respostas que davam de forma transversal a tudo e tantos assuntos preocupantes no concelho de Mira, naquele momento fazia-lhes uma sugestão. era do conhecimento geral que existiam imensas situações no concelho de Mira que estavam a correr menos bem e que os resultados governativos apresentados pelo executivo Municipal nas mais diversas áreas estavam numa falha significativa os membros do executivo Municipal não respondiam nem davam acesso a informações relevantes da sua gestão, nem apresentavam explicações em matérias

importantes da gestão pública e que deviam estar acessíveis a toda a população, todavia naquele momento nem os eleitos locais tinham acesso a essas respostas, os problemas no concelho agravavam-se, as situações económicas e financeiras das instituições e entidades do município estavam em degradação, muitos seriam os exemplos a dar. Para terminar disse que seriam os exemplos a dar, para suportar o enquadramento daquela análise mas de forma direta e solicitando igualmente uma resposta direta e porque quem não devia não temia, e também por isso não devia mesmo temer e porque estavam a incidir a sua análise à volta da gestão e património público, perguntou ao Senhor Artur que era se o Senhor Artur e a sua equipa estava disponível para formular um pedido oficial às entidades fiscalizadoras para iniciarem imediatamente diligências que conduzissem à realização de uma auditoria exaustiva à governação da Câmara Municipal de Mira nos últimos anos, se estava disponível para ser o Presidente a fazer aquela avaliação. -----

---- **Intervenção da Deputada Lurdes Mesquita (PSD) que** na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e quem estava em casa. Até o dia 25 de abril de 2025 continuaria a recordar que celebravam 50 anos de liberdade, 50 anos de democracia. Permitissem então ali que como era habitual deu os parabéns ao município por algumas ações que tinham desenvolvido e que considerava que eram corretas e para que não caísse no esquecimento, ia-se referi-las nomeadamente, o facto do município ter recebido pelo sétimo ano consecutivo a menção de “Município amigo do desporto” prova que o trabalho feito e a estratégia era adequada. A nível cultural destacou a exposição que estava ali no átrium que era “Paredes de abril” da obra “Ao negro às cores da liberdade” de Manuel Filipe. Destacou também as ESCOLÍADAS do Agrupamento de Escolas de Mira em parceria com o Município e em que o tema era “Era uma vez nós no tempo dos avós” de facto era um projeto bem conseguido e era assim que devia continuar, as parcerias quando davam resultado deviam continuar. Disse também que podiam ter feito melhor, podiam,

como nas suas vidas particulares. Fez um reparo ao executivo, que procurassem tratar o território de uma forma mais equilibrada. Continuou, como representante do partido social-democrata naquela Assembleia, gostaria de sublinhar a importância dos pilares da Democracia que os guiavam enquanto eleitos locais e representantes dos cidadãos. Viviam numa democracia robusta onde o pluralismo político e o diálogo entre partidos não eram apenas um direito, mas um dever que assumiam em nome dos valores que partilhavam. Era no debate, no confronto de ideias e na construção conjunta que as instituições democráticas ganhavam força e legitimidade. A oposição tinha o direito e também a obrigação de fiscalizar o trabalho do executivo, apresentar propostas alternativas e dar voz às preocupações e necessidades da população que representavam. O partido que liderava o Executivo tinha o dever de ouvir, ponderar e responder às críticas e sugestões da oposição. A democracia exigia deles humildade para acolher ideias que os desafiassem, mas também firmeza para defender as suas políticas e prioridades que acreditavam corresponder aos anseios da população. O debate devia ser vigoroso, mas sempre orientado por princípios de respeito e foco no interesse comum. Não havia democracia sem oposição assim como não havia bom governo sem diálogo e cooperação. Mas a oposição para ser credível e eficaz devia pautar-se pela seriedade e pela verdade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** disse que os documentos tinham sido entregues, carregados, todos tiveram acesso ia aguardar que fizessem os comentários, que colocassem questões necessárias sobre o

relatório e a situação financeira da autarquia. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

--- **Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA)**, disse que naquele e naquele relatório não era feita a referência à catalogação do espólio Arqueológico entregue ao município, não foram entregues peças arqueológicas ou a catalogação estava parada. Na página 37 gostariam de um pedido de esclarecimento relativamente ao cemitério Municipal nomeadamente onde era dito que o cemitério estava a atingir a sua plenitude naquele momento estavam a ser feitas notificações para, portanto transladação de ossadas, pensava que seriam para desocupar jazigos. Quais eram as intenções do executivo relativamente ao cemitério Municipal de Mira, uma expansão ou uma construção de um novo cemitério? Repararam também nas páginas 34 e 35 na quantidade de contratos que eram realizados de prestação de serviços em nome individual nomeadamente para o leccionamento das AEC no primeiro ciclo, mas também para outras atividades e fins, compreendiam a necessidade daqueles contratos, mas não seria de pensar contratar recursos humanos para a autarquia? Nas escolas do primeiro ciclo era sempre um constrangimento todos os anos com as AEC com a irregularidade das aulas e a mudança constante de professores. Aquela situação não ia melhorar nos próximos anos aliás, iria piorar e bastante seria importante pensar em soluções mais definitivas um pouco à imagem dos outros municípios era importante existir estabilidade nas escolas. Quis deixar duas notas de cima que já foi aqui falada era confrangedor ver que a INOVA colocou o ladrão da ETAR precisamente na zona fronteira entre os dois concelhos, inclusivamente não tinha lá passado, mas a última vez que lá passou estava inclusivamente um sinal da INOVA a solicitar a o não despejo de inertes e entulho, e não era por acaso era porque se despejassem lá entulho iam tapar o ladrão. Portanto a INOVA tinha consciência do que lá estava embora aquilo

estivesse escondido com silvas e mais algumas coisas. A outra era para a doutora Madalena que era Vereadora do pelouro da saúde ou qualquer coisa assim a expressão “cozinhado” não era dele, era do próprio reitor da Universidade de Coimbra, porque havia um “cozinhado” naquele momento entre o grupo parlamentar do PS e do PSD, naquele sentido ele dirigiu-se ao grupo parlamentar do CHEGA, não foi por acaso. Portanto as preocupações dele eram reais e que poderia estar em causa, seriam consequências não só para Mira, mas para todo o distrito que volta a é cada vez mais irrelevante o distrito de Coimbra a nível Nacional, portanto como ele já tinha ouvido nalguns congressos do seu partido o concelho de Cintra tinha mais habitantes que o distrito todo de Coimbra. -----

---- **Intervenção a Deputada Andreia Petronilho (PS)** que começou por dar nota a todos os que estavam naquela sala é que o ambiente estava um tanto ou quanto constrangedor, não notava o mínimo de concentração na bancada que se enganava, iam para a ordem do dia, não iam para a ordem do dia, iam para as juntas não iam para as juntas, os colegas camaradas só ouvia pacotes de bolachas disto e daquilo, falatórios, pediu a todos um bocadinho mais de concentração e que dignificassem aquele órgão. Em relação à questão colocada pelo seu camarada Deputado Francisco Reigota, relativamente à auditoria gostariam de obter resposta do Executivo. Indo para o ponto um Unidade Desporto e Juventude, visto que os controles de acesso à piscina Municipal à data não estavam a ser efetuados, como auferiam os pagamentos das mensalidades, como é que sabiam quem pagava e quem não pagava. Segunda questão relativamente à Unidade Desporto e Juventude e Divisão de Obras que referia os trabalhos e atividades desenvolvidas no evento de motonáutica, recordou que na última reunião perguntou ao Senhor Presidente Artur como tinha sido feita a contratação dos serviços de exploração do restaurante e bar no evento motonáutica, ao qual lhe respondeu que a Câmara Municipal não fez aquele contrato, a Câmara Municipal contratou apenas refeições para o Staff e

trabalhadores. Posteriormente o PS enviou por escrito aquela questão e a Câmara confirmou o anteriormente indicado. Assim sendo questionou, a tenda e todos os gastos de logística daquele espaço onde foi explorado o bar e o restaurante foram assumidos pela Câmara Municipal de Mira, sendo os licenciamentos e pagamentos da responsabilidade da Câmara Municipal de Mira, como é que era possível que ainda persistisse uma ausência de explicações à população? -----

---- **Interveio o Deputado Eurico Martins (PS)**, que cumprimentou, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, os presentes bem como os que acompanhavam através da internet. Disse que se ia focar em três pontos e o primeiro deles era mais uma chamada de atenção no que tocava a parte da educação e da segurança. Falava da Escola Secundária de Mira que fisicamente viam as melhorias que tinha, mas depois também tinham de passar para a parte humana e apesar do contexto cada vez mais violento do país e do mundo, felizmente viviam num concelho que aparentemente ainda tinham alguma segurança, mas tinha-lhe chegado a informação que na Escola Secundária tinha havido atos de violência mais extrema. Ele achava que haviam fazer um reforço ou uma atenção para que eles acabassem de vez, para que aquilo não se constituísse um hábito e nem que fosse com um ataque rígido a quem os tinha e afastar, se necessário se for mesmo o caso. Falava-se muito em inclusão, mas a inclusão até um certo ponto era aceitável, a partir do momento que punha em causa a integridade física de, quer de colegas, quer de professores, quer de funcionários, achava que a inclusão tinha de se pôr um bocado de lado. Depois na questão do Centro de Saúde Mira e das obras, era um problema que que já vinha do Centro de Saúde antigo, muito estacionamento era feito naquela curva do Centro de Saúde, era um estacionamento abusivo e perigoso, passava ali bastantes vezes quer em serviço quer em carro próprio e era um perigo, porque havia de haver mais fiscalização e autuar os condutores que que deixavam ali os carros estacionados na curva. O outro ponto, ainda ligado aquele ponto era a

pista pedonal chamada eurovelo que ele continuava a achar um projeto engraçado, mas que tinha muitos contratempos nomeadamente na segurança que tinham aquelas estacas de madeira, que eram um perigo muito grande, a iluminação ou naquele caso a falta dela, aquelas estacas de madeira não permitiam que houvesse refletores se fossem por exemplo de plástico e a manutenção, quem passava ali da Barra para a Obra de Frei Gil a pista estava muito deteriorada. Depois o outro ponto que queria falar era das empreitadas, o Executivo na parte das empreitadas fala aí dos parques infantis e ele já ali tinha referido naquela Assembleia várias vezes a questão do Parque de Mira que estava em pavê e era um perigo e continuava assim. O terceiro ponto, e para terminar, queria que todos ali presentes principalmente o Executivo fizesse uma reflexão sobre as obras feitas no concelho relacionadas com as vias, pouco tempo antes o camarada João Luís falou numa reflexão de todos, e voltava a insistir naquilo, se fossem a ver as obras que foram feitas, a começar por exemplo pela obra do ciclo que mais valia trouxera, a obra do centro da vila que mais que era um constrangimento de trânsito ainda maior aquela zona dos táxis podia ter sido encostada mais ao Lago e continuavam as duas vias, a obra do centro da Praia de Mira que foi ali tão debatida, a rotunda do matador continua completamente ao abandono o parque de estacionamento do Touring perdeu lugares, houve um investimento enorme, lá gastaram alguns milhares de euros e era só buracos, não tinha condições nenhuma para receber quem os visitava e as pessoas do concelho que porventura lá estacionassem. Falava ali também do Campo do Touring, a envolvente havia lá jogos, havia futebol as pessoas iam chegar estacionavam o carro em cima de buracos e de lama, depois de investimento tão grande. Para terminar aproveitou uma sugestão que foi dada ali pelo camarada António Teixeira da colocação de uma iluminação ali no pavê da Lagoa porque quem não conhecia chegava ali à Lomba do pavê e por vezes dava algumas pancadas com os carros e podia causar alguns transtornos. Tinha mais uma nota, que não tinha previsto intervir, mas pouco tempo antes o

Presidente da Câmara referiu que nos 60 dias da obra do barco ninguém verificou a obra, reconhecia, e estava ali Senhor Presidente da Assembleia Municipal que já foi Vereador, reconhecia que havia trabalhos de gabinete importantes, mas também era preciso andar na rua e o Senhor Presidente da Assembleia, foi Vereador, e foi um exemplo do que era andar na rua e achava que era preciso alguém continuar esse trabalho.-----

---- **Intervenção a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)** dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia e mostrou o seu desagrado com que se passou na sua última intervenção que, o Senhor Presidente deixou toda a gente falar depois do tempo e a ela, que nunca o tinha feito, cortou-lhe a palavra. Aquilo não era abril, mas tinha de haver equidade no tratamento das pessoas. Quis apenas ali deixar algumas notas acerca do relatório de atividades que lhes foi apresentado, incidindo entre as páginas 46 e 54, e ali ia poupar tempo, o município evidenciou capacidade na cobrança de receitas com medidas específicas para dívidas em atraso, com notificações e ações de cobrança coerciva, no caso de valores relacionados com refeições escolares e parque de campismo houve recuperação parcial das dívidas, mas ainda subsistiam valores importantes por cobrar. O relatório destacava o cumprimento das normas de contratação pública com a celebração de contratos em diversas áreas daquelas obras desde obras municipais, serviços educativos e culturais. Aquele rigor refletia um esforço de planeamento e alinhamento com o orçamento. Apesar dos avanços na recuperação de dívidas subsistiam montantes elevados por regularizar, incluindo valores prescritos relacionados com o abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos. A implementação do sistema de gestão de qualidade mostrou melhorias contínuas na organização interna e nos serviços prestados garantindo um uso eficiente dos recursos financeiros e humanos. A divisão administrativa e financeira desempenhou um papel central na gestão do património e aprovisionamento com um volume significativo dos documentos tratados 1674 no sistema My Doc. A uniformização de processos como a criação de matrizes

de risco e oportunidades reforça a capacidade de planeamento do município. Apesar dos progressos na recuperação de dívidas havia margem para melhorar a eficácia das cobranças coercivas especialmente em setores como o parque de campismo e cemitérios. Os custos relacionados com resíduos saneamento e água permaneciam um desafio crítico exigindo atenção contínua na racionalização das despesas. No geral as contas do município revelavam uma gestão financeira sólida e planeada com boas práticas de transparência, execução orçamental e compromissos com a qualidade, contudo era necessário reforçar a capacidade de cobrança de dívidas e manter o foco na eficiência operacional para mitigar custos elevados em áreas críticas. O esforço na implementação do sistema de gestão da qualidade e na melhoria contínua dos serviços posicionados no município, numa trajetória positiva de sustentabilidade administrativa e financeira. No que respeitava à página 104, passivo, dívidas a fornecedores, leu o que lá estava, *“importava referir que na dívida a fornecedores estava incluída faturação referente à execução do projeto de reflorestação mais precisamente relacionada com a aquisição de serviços de recuperação e reflorestação no âmbito do restabelecimento da floresta. Projeto cofinanciado por Fundos Europeus no final de novembro de 2024 existia faturação referente àquele projeto no valor de duzentos e trinta e sete mil setecentos e dezanove euros e quarenta e quatro cêntimos que ainda se encontrava por pagar, portanto registada na rubrica de fornecedores”*. Para além daquele valor importava sublinhar que no final do mês de novembro de 2024 encontrava-se registados na rubrica de fornecedores de investimento, trezentos e dez mil duzentos e um euros e vinte e oito cêntimos, referentes ao projeto de remodelação do Centro de Saúde de Mira, projeto cofinanciado pelo PRR, assim tratava-se de dívida que rapidamente seria liquidada por via da elaboração processamento do respetivo pedido de pagamento. Com elevado volume de projetos de investimento naquele momento em curso no município, bem como os que se projetava virem a ser executados a curto prazo no âmbito PRR e Portugal 2030,

seria natural que pontualmente o volume da dívida a fornecedores e a fornecedores de investimento pudesse vir a registar valores mais elevados, no entanto aqueles mesmos valores teriam tendência para reduzir significativamente à medida que fossem sendo processados e pagos os respetivos pedidos de pagamento. Quanto a pagamentos em atraso, no final de novembro de 2024 o município de Mira já não registava qualquer pagamento em atraso, o que contrariava do que o Partido Socialista tinha aprovado induzindo a população em erro, uma mentira contada inúmeras vezes torna-se verdade, a desinformação era onde estavam o pedido de empréstimo de quinhentos mil euros já tinha sido devolvido, já tinha sido pago, tal como o Executivo sempre afirmou. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, respondeu que quanto ao Deputado Augusto Miranda, tinha feito mais considerações e exposição do que propriamente questões, mas questionou sobre o espólio arqueológico, que lhe dizia que estava em catalogação, portanto não estava no relatório, mas estava em catalogação. Relativamente à ETAR já foi respondido anteriormente, iria de passar a palavra assim à senhora vereadora para falar sobre o cemitério. Quanto à Deputada Andreia Petornilho e à auditoria, por isso é que os documentos eram elaborados, revistos e classificados, e no final tinham uma declaração dos revisores oficiais de contas para garantir que cumpriam todas as legalidades e que estavam conformes, portanto eram aqueles documentos que estavam ali a apresentar, eram revistos e assinados pelos revisores oficiais de contas, se houvesse necessidade de uma auditoria, pois não seriam eles que a iriam tomar a iniciativa. Relativamente à parte da UDJ, ainda não tinham cartões suficientes para os utentes, os assistentes técnicos e professores que lecionam as aulas da

Escola de Natação haviam de fazer ainda o levantamento de tudo o que era necessário, para procederem depois aquela parte. Relativamente à parte da motonáutica, o que lhe cumpria dizer era que o Partido Socialista solicitou por escrito a consulta dos documentos, foi-lhe facilitada, foram lá e consultaram, o que podia acrescentar era que cumpriram tudo o que estava previsto nos cadernos de encargos para a realização do evento. E quanto àquilo não tinha mais nada a acrescentar. Eurico Martins, a Escola Secundária, atos de violência, era uma coisa que preocupava toda a gente, como era lógico. A Escola Segura por vezes conseguia dar resposta a certas coisas, a outras não conseguia. Tinham vários relatos que tinham de ser chamados para intervir o que implicava que eles acontecessem. As inclusões e as pessoas que surgiam nos concelhos, que surgiam no país muitos deles vindos de fora, traziam alguns hábitos que não eram os melhores e a integração de determinadas pessoas levava por vezes a que houvesse algumas discrepâncias. O Agrupamento de Escolas, os municípios em colaboração com as autoridades estavam atentos, mas não dava muitas vezes para resolver todos os problemas. Sabiam que existiam alguns no Agrupamento de Escolas de Mira eram esses que os preocupavam mais, mas era um pouco transversal ao país inteiro. Relativamente ao estacionamento na curva do Centro de Saúde, sim tinham noção que era uma situação preocupante não decorria apenas das obras que estavam a acontecer no Centro de Saúde, já vinha sendo recorrente, antes disso já estacionavam ali, portanto tinham que tomar alguma medida de sinalização, e se calhar de fiscalização por parte das autoridades para que aquilo não voltasse a acontecer, até porque ia ser remodelada aquela parte da entrada junta à 109, como já se percebia ia ser alargada e não, não podiam permitir que continuasse a haver ali aquele constrangimento de trânsito. A eurovelo não estava perfeita, tinham alguns problemas como tinha inumerado ali, a falta de iluminação, aquelas estacas, refletores, a obra estava praticamente concluída, faltava talvez a reção definitiva e havia ali um pormenor ou outro a acertar ainda. Depois eram

considerações sobre empreitadas, as vias, o ciclo, o centro da vila, portanto eram opiniões pessoais sobre o que se podia ou não podia fazer, e podia-se fazer de outra maneira, claro podia-se fazer de outra maneira, eram opções que se tomavam, eles entendiam que assim é que devia ser intervencionado, e foi assim que se fez. Quanto à iluminação na lomba do pavê na Lagoa, concordou notava-se na entrada de cada lado que havia ali umas marcas no pavê resultantes das partes mais baixas dos veículos, por vezes roçavam naquilo se tivessem devidamente sinalizada com algumas luzes podia evitar esses desgastes, sim. Relativamente ainda ao barco da arte Xávega, mais uma vez voltava ali o assunto, o que ele tinha dito é que não havia relatórios específicos sobre o acompanhamento da obra, nunca disse que a obra não foi acompanhada, a obra foi acompanhada estava ali a Engenheira Eliana dos serviços que sabia o que é que ele estava a dizer, se fosse preciso ia ali ao microfone, e garantia ela própria que fizeram o acompanhamento da parte da Divisão de Obras Municipais àquela recuperação. Portanto não foi aquilo que já tinha sido ali dito repetidamente pelo senhor presidente da junta de Freguesia da Praia e agora pelo Deputado Eurico, que não houve acompanhamento, não foi nada disso que ele disse, ele disse que houve acompanhamento, o que ele disse é que não havia relatórios para apresentar, que foi que o senhor Francisco Reigota tinha pedido. Relativamente à Deputada Lurdes Mesquita ainda bem que alguém reparava que realmente o empréstimo que foi contraído e que foram ali acusados de fazer mais um empréstimo, que já serviu para divulgação em vários locais, nomeadamente nas redes sociais, que a câmara estava endividada que não tinha fundos para sequer para tesouraria, etc... o que ele ali disse numa Assembleia Municipal foi que contraíram um empréstimo de curto prazo para aquele efeito específico da reflorestação, e que sendo um empréstimo a curto prazo tinha que ser contraído e liquidado no mesmo ano civil, o que aconteceu, portanto foi contraído em 2024 estavam a chegar ao final do ano 2024 e o empréstimo estava pago. Portanto e relativamente a isso era o que lhe cumpria dizer, aquilo que disse foi verdade,

contraiu-se e pagou-se. Relativamente aos pagamentos em atraso, que também, já foram alvos e foram motivo para discussão ali, e bem, era com orgulho que diziam que já no mês de novembro, chegaram ao final do mês sem pagamentos em atraso, podia garantir que chegariam ao final daquele mês de dezembro com pagamentos em atraso zero. Portanto foi uma gestão apartada que fizeram dado os resultados que tinham obtido até então, mas que resultou naquelas garantias que agora estava ali a dar. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra à senhora Vereadora Madalena para falar sobre no cemitério em resposta ao Deputado Augusto Miranda. -----

---- **Interveio a Vereadora Madalena Santos (PSD)** que respondeu que em relação ao cemitério foi feita a proposta de alargamento do cemitério em várias fases, já tinha sido concluída a primeira onde estavam centos novos covatos e optaram por uma nova modalidade de inumação que era o ossário ou cendário, que também já lá tinham sessenta gavetas disponíveis. Estava previsto na segunda fase de alargamento em covatos, porque ainda mantinham a sociedade virada para o enterramento subterrâneo, queriam também oferecer a nova modalidade que estava mais em uso em centros urbanos, onde tinham menos espaço. Em termos das notificações que foram feitas, das transladações, eram para situações particulares, onde havia um Alvará da família, que na altura de uma necessidade, de uma segunda inumação esse covato não estava em condições para abertura, para uma nova inumação e passados três anos eram notificados para retirar do covato temporário para o covato permanente. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, quis registar a preocupação da bancada do partido socialista pelo aumento das dívidas a fornecedores conta corrente e fornecedor de investimento, que estava na página sessenta e dois, cifrando à data de 30 de novembro no valor de dois milhões setecentos e vinte

e dois mil cento e oitenta e cinco euros. e também quis perguntar ao Executivo se era possível dizerem que o pagamento dos subsídios às associações desportivas, o que é que iam pagar proximamente, ou o que é que pagaram ultimamente, pensava ser o ano 2023 que iam pagar, não sabia se estava certo ou errado. Na página 34 do relatório e havia ali alguma confusão que ele não percebeu bem, dizia que foi adjudicado à empresa Lineu Ramos Produção de Espetáculos UNP. LDA, o pagamento de sessenta e cinco mil, cento e sessenta euros, aquilo tinha a ver com o Natal ou tinha a ver com a passagem de ano? É que depois também havia ali para a passagem de ano e, portanto, um espetáculo contratado um espetáculo musical à Música Move no valor de trinta e cinco mil euros. Tinha alguma confusão naquilo que gostava que lhe esclarecessem. -----

----- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que relativamente ao ponto onde eram referidos exatamente os dias de pagamento aos fornecedores, e naquele caso dando o exemplo de Mira como um mau exemplo, não era nada que os orgulhasse e não era nada que a qualquer Mirense e que se presasse tivesse qualquer tipo de gosto naquele momento de estar ali a tocar naquele assunto, simplesmente a constatação do óbvio era evidente, e naquele caso não valia a pena o Senhor Presidente ir ali dizer que no final do ano ia ter pagamentos zero, porque tinha pagamento zero por uma coisa muito simples, era que ia fazer engenharia financeira para que o conseguisse, porque o Senhor Presidente continuasse a dever mais, na última Assembleia teve de trazer ali os acordos de pagamento às empresas por exemplo de recolha de lixo onde ascendia uns bons milhares de euros e onde o Senhor Presidente não paga e se os conseguiu pagar, era porque deixou de pagar a outros fornecedores e a outras obrigações que tinha nomeadamente a várias situações que nem sequer tinha registado, e que naquele momento a câmara municipal adjudicou e mandou fazer, porque eram situações que até em termos de legalidade careciam de obrigação que o Senhor Presidente não tinha naquele momento feito, e quando eles colocavam a questão da auditoria era uma coisa muito simples qualquer pessoa que estava

à vontade na gestão de uma casa, podia permitir fazer uma auditoria dar as respostas às pessoas. O Senhor Presidente disse à deputada Andreia Petronilho o que não iria promover uma auditoria à Câmara Municipal porque não era necessário, mas no ponto a seguir quando ela lhe pergunta o que é que aconteceu na motonáutica relativamente à questão da contratação de um bar e de um restaurante que tiveram a usufruir do espaço que foi pago pelo erário publico, o Senhor Presidente disse que não tinha mais nada para esclarecer, não Senhor Presidente, o Senhor Presidente não tinha uma empresa particular e não estava a gerir a sua casa, o Senhor Presidente estava a gerir o património de todos e o Senhor Presidente tem de dar as respostas se não queria dar as respostas de forma normal, então teriam de ir mesmo a outras instâncias pedir esclarecimentos, porque naquele momento estavam a sentir-se vedados de informação que era pública e que o Senhor Presidente e o seu executivo não lhes dava . -----

---- **Interveio o Deputado António Teixeira** que cumprimentos todos os presentes e a quem os estava a ver em casa. Disse que se não lhe falhava a memória, tinha sido feito o empréstimo há cerca de dois anos para alcatroamento das estradas e ruas do concelho, como continua a haver vias em estado miserável não só na sua Freguesia, mas em todas as outras perguntou, a verba desse empréstimo já se tinha extinguido, ou será que foi guardada para que 2025 fosse um ano farto em obras e veriam finalmente as estradas melhoradas como devia ser? Sobre as poucas que foram alcatroadas, gostava também de saber quais eram os critérios para atribuir prioridade a uma e não a outra estrada. Como já se disse ali foi metido alcatrão em sítios onde não existe ainda saneamento, nem outras infraestruturas básicas, seriam mais uns buracos e remendos que no futuro teriam de se fazer? Era o pão nosso de cada dia dos Mirenses. Mais uma vez ali realçava que a promessa que tinha sido constante nos discursos do Executivo, de fazer os passeios na Barra continuava sem ser cumprida, era constante aquela promessa, ou seria que também ia ser em 2025?

Esperava bem que sim! -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara,** disse que relativamente ao Carlos Nora, tinha feito mais comentários do que propriamente questões, a sua profissão permitia-lhe fazer aquele tipo de análises e portanto, foram reflexões sobre o que encontrou e no relatório. A pergunta concreta sobre na página 24, dizia respeito a vários alugueres que que foram feitos ao longo do ano para tendas, palcos, etc...., portanto não era especificamente sobre Réveillon. Quanto ao deputado Francisco Reigota, as empresas de recolhas de lixo foi o que apontou nos acordos de pagamento, era uma reflexão também, tinha dito anteriormente que foi fruto da sua gestão e do que deviam fazer para colmatar a situação em que se encontravam que levou aquilo. Afirmava aquilo que disse anteriormente, portanto se não tivessem chegado àqueles acordos, ele não podia agora chegar ali e dizer que tinham o empréstimo liquidado e que tinham pagamentos zero em atraso, portanto e se não fizessem era porque não faziam, mas porque fizeram não deviam ter feito, então assim dependia da sua gestão e foi isso que fizeram, fizeram o seu trabalho e o resultado estava à vista. Relativamente à motonáutica, fizesse o que tivesse de fazer, portanto se queria consultar mais documentos que pedisse para consultar mais documentos e fosse específico naquilo que pretendia e não tinham nada a esconder. Foi o que disse antes, cumpriram o caderno de encargos, portanto se o senhor esteve lá e consultou os documentos, se não ficou completamente esclarecido, pedisse outra vez. Ao Deputado António Teixeira respondeu que o empréstimo que referiu para os asphaltamentos, não foi concretamente para asphaltamentos, portanto tratava-se de várias obras que estavam contempladas, nomeadamente a ampliação do cemitério, a regeneração urbana onde incluía também fazer

alguns passeios e alguns asfaltamentos. Obviamente que a verba não chegou para as obras todas que pretendiam fazer, naquelas que referiu, nomeadamente nos passeios na Barra, era uma questão de opções. Quando perguntava quais eram os critérios para asfaltar uma rua e outra não, portanto não chegando para tudo tinha de haver umas que eram contempladas e outras não, são tomariam eles nós ter as verbas necessárias para fazer saneamento e depois asfaltar todas, isso é que era bom. Os critérios eram aqueles que se encontram mais degradadas e não estando previsto no plano para execução de saneamento a curto prazo, mais valia asfaltá-las do que outras que estivessem a curto prazo previstas para fazer aquele tipo de intervenção. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, quis registar que o primeiro partido, a primeira bancada ali a referir o perigo que eram aquelas estacas na EUROVELO foi a bancada do partido de CHEGA, e constatava que a bancada do Partido Socialista também já chegou a essa conclusão. Pelos vistos o Executivo também já reconheceu o perigo que eram aquelas estacas. Ele voltou a frisar que elas só existiam no concelho de Mira, portanto, iam para Vagos e iam para a Figueira da Foz e Cantanhede e viam a eurovelo sem estacas de madeira. As tacas de madeira que eram extremamente perigosas, principalmente para motociclistas e foi o que chegou passava a redundância à sua bancada, que eram extremamente perigosas para motociclistas em caso de acidente. Quis fazer ali um “à parte” só para o João Luís Pinho, relativamente ao bom senso, o bom senso tinha de ser na gestão do tempo das bancadas e não podiam ter uma bancada que cedia tempo ao Executivo e depois se vinha-se queixar de falta de tempo. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Francisco Reigota** que referiu que sobre a gestão financeira e económica do município e sobre os vários aspetos onde Mira era

referida em vários rankings, no anuário financeiro Mira aparecia como o 22º pior município em prazo médio de pagamentos. Mira aparecia no mesmo anuário financeiro como o 45º pior município com maior aumento de passivo exigível. As duas situações eram graves, no entanto a junção das duas era ainda pior indicava claramente que quem se endividava e quem acabava por contrair maiores passivos normalmente durante esse tempo acabava por ter maior liquidez e conseguia baixar o prazo médio de pagamentos. O que não foi o caso do município o Senhor Presidente referiu que fruto da sua gestão ia chegar ao final do ano com zero. Então ou o Senhor Presidente estava a imputar a responsabilidade total da má gestão ao anterior Presidente da Câmara e estava-se a retirar dessa má gestão dizendo que só estava a haver boa gestão naqueles últimos meses, ou então o Senhor Presidente da Câmara não percebeu o que eles disseram, o que eles disseram era uma afirmação clara que era uma falência daqueles últimos 11 anos porque chegaram a um ponto de dificuldade imensa em termos económicos e financeiros na Câmara. Se o concelho de Mira naquele momento estava como o terceiro pior concelho em ordem de pagamentos e numa tabela apresentada pelo jornal Eco, se o concelho de Mira era o quinto pior concelho em termos de pequena Dimensão em termos de pagamentos, sinceramente isso não se deve qualquer outra gestão que não fossem as suas e as que lideradas pelo PSD nos últimos anos. por isso, sinceramente se naquele momento conseguiam com engenharia financeira passar a chegar ao final do ano, que ainda não tinham apresentado esses dados, ainda estavam para os ver porque o dado do último trimestre o que dizia era que Mira, e passou a citar *“em termos globais há 18 autarquias que pagaram a mais de 60 dias no terceiro trimestre, sendo que metade melhorou os prazos de pagamento”* e depois eram referidas quais e depois dizia que *“a outra metade agravou”*, e que eram nove municípios dos quais Mira que no terceiro trimestre agravou a sua situação. Por isso só em jeito de reflexão, se chegassem ao final sem pagamentos, ótimo, no entanto continuavam a dever muito e continuavam

com uma situação catastrófica, em termos de gestão por isso iam ter de mudar mesmo o rumo, e aquela página de governação que estava afirmada pelos seus executivos. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara respondeu** relativamente à intervenção do Augusto Miranda, portanto já ficou ali refletido aquilo que disse sobre as tacas de madeira na eurovelo. Relativamente à intervenção de Francisco Reigota, índices, rankings, era verdade portanto cada um via o copo meio cheio, ou copo meio vazio, conforme olhava para ele e o anuário que referiu foi elaborado o anuário foi elaborado com dados de 31 de Dezembro de 2023, já tinha passado mais de um ano, os dados naquele momento eram outros, e portanto, quando falava em falência e um anuário não era um jornal era elaborado pelas ordens dos técnicos oficiais de contas e, portanto, aquela situação catastrófica que o senhor afirmava não podia obviamente concordar com ela, e vastava ver por exemplo o que saiu também no jornal na sexta feira anterior, no Diário de Coimbra que dizia que” *Mira, o concelho de Mira viu aumentar o seu volume de negócios em cerca de 20% passou duzentos e vinte e um milhões de euros negociados em 2022, para duzentos e cinquenta e três milhões de euros de exercício do ano 2023, tinha agora cinquenta e três empresas entre as quinze maiores do distrito*”, portanto e se pesquisassem por mais notícias, quisessem ver mais resultados viam uma coisa, se quisessem ver a coisa pelo outro lado, pelo positivo, viam de outra maneira, o que ele podia afirmar era que em Novembro tinham pagamentos em atraso zero, e iam terminar o ano 2024 com pagamentos em atraso zero. -----

PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos

plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2025, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD) aquele era o enquadramento geral que iam fazer sobre o ponto número dois da ordem de trabalhos, a aprovação do orçamento e o plano. Era um documento bastante extenso que incluía obviamente também o plano dos compromissos plurianuais e o mapa de pessoal para o ano 2025. Queria referir ali algumas coisas como, a incerteza do evoluir das principais economias europeias, nomeadamente da França e da Alemanha, com o que se tinha estado a passar, toda a gente atenta porque nunca se tinha visto a Alemanha, por exemplo, a querer fechar algumas fábricas, e, portanto, aquele panorama a nível internacional podia também condicionar de alguma forma o panorama nacional. Falava também da guerra entre a Rússia e a Ucrânia que condicionavam de certa forma os materiais de construção, prazos e aumento de exponencial de preços, e, portanto, podia acontecer também que chegando ao panorama e nacional pudesse também chegar aos municípios onde Mira, obviamente estaria incluído naquela instabilidade que se vivia ao nível económico. A proposta do orçamento e tinha de garantir também alguns projetos cofinanciados pelo PRR e pelo Portugal 2030, deu destaque por exemplo para a requalificação do Centro de Saúde Mira que já ali falado, das diversas Extensões de Saúde do concelho, da ampliação da Escola Secundária Dra. Maria Cândida ou o projeto do IRU para a construção de habitação na Videira Norte e a custos acessíveis e controlados. Tinham de ver que para aquele orçamento 2025 deviam acolher ali nos projetos de investimento que iriam ser candidatados ou aprovados no âmbito do Portugal 2030, como era por exemplo o que estava previsto para a remodelação da Escola Básica de Mira e à semelhança do que foi feito na Secundária, à remodelação de todos aqueles

blocos e da área envolvente. Quis também falar sobre o processo de descentralização de competências onde as novas competências que Mira assumiu ao nível da saúde, da educação, da ação social, implicou a incorporação das pessoas que trabalhavam naqueles sítios no mapa de pessoal do município, era um conjunto grande de trabalhadores, o que conduziu a um aumento da despesa com o pessoal. Além disso era um conjunto também de infraestruturas, equipamentos e viaturas que passaram para a jurisdição do município e que trazia muito mais custos na gestão da área de manutenção. Normalmente o envelope financeiro que acompanhava aquelas transferências de competências não acompanhava, não dava resposta o que se tornava insuficiente para manter, para fazer face aquelas despesas. Para 2025 aquele orçamento incorporava ainda os efeitos de alterações legislativas, que por força da lei tinha um grande Impacto sobre a estrutura da despesa com o pessoal no município, nomeadamente o descongelamento das carreiras, a atualização do salário mínimo nacional, com a introdução do mecanismo de acelerador de carreiras a progressão ficou mais rápida e, portanto, aumentou os gastos com o pessoal. Quis ainda mencionar o aumento exponencial dos custos associados à recolha dos resíduos sólidos urbanos até porque a própria CIM também já tinha manifestado publicamente o desagrado e tinha tomado ações e que eram visíveis para exigir do responsável pela entidade recetora daqueles resíduos uma intervenção determinada que fosse mais exigente e que chamasse a atenção das entidades reguladoras, porque realmente os municípios estavam a ficar sufocados com o constante aumento exponencial daquelas taxas. Relativamente ao orçamento e às grandes opções do plano deu umas breves notas sobre os valores principais que constavam da proposta do documento. ---

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA), disse que relativamente**

ao ponto dois, o orçamento, voltava a questionar a razão para a taxa variável do IRS estar sempre no valor máximo, 5%. Referiu que na última Assembleia Municipal o Presidente do Executivo mostrou abertura para aceitar a proposta do CHEGA e baixar aquele valor, lembrou que uma mexida na participação variável de IRS teria muito mais Impacto nas famílias que, por exemplo, o IMI familiar e vendo ali os valores na página 103 e 104, por exemplo, o impacto para as receitas do imposto do IMI, portanto o imposto municipal sobre os imóveis era de um milhão e setecentos e vinte e três mil euros, e o impacto da participação fixa na taxa de IRS era seiscentos e cinquenta e seis mil euros, ou seja uma redução de 1/5 seria 1% ou 2% não tinha grande Impacto e certamente teria muito mais impacto que os quarenta ou setenta euros do IMI familiar anualmente, porque aquilo era um impacto mensal, ou seja vezes 14 ordenados, em termos de taxa de IRS. Em vagos aquela taxa era de 2,5%, em Anadia era 3%, e em Águeda ou Arganil era mesmo 0%. Não gostava de descer ali o nível de linguagem, ali da outra bancada da oposição, mas era importante honrar a palavra, e o Executivo mostrou abertura, mas depois quando viam o orçamento não viam essa abertura plasmada naquele documento. -----

---- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, referiu que após analisar o documento, saltavam à vista alguns valores. O orçamento como foi dito era de cerca de vinte e nove milhões havia um aumento de cerca de dois milhões relativamente ao orçamento de 2024 e os três pilares do investimento eram a saúde, a educação e a habitação, com um investimento global de cerca de seis milhões e quinhentos mil euros o que perfazia cerca de 22,4% do total do orçamento. A despesa com o pessoal rondava os sete milhões e quinhentos mil euros o que seria cerca de 25,9% também do total do orçamento. Saliu ainda que o investimento na saúde educação e habitação não eram o investimento próprio do município, mas sim o aproveitamento dos Fundos do PRR aprovados pelo anterior governo do Partido Socialista, liderado pelo então Dr. António Costa. Portanto o orçamento real do município rondava cerca de

vinte de dois milhões e quinhentos mil euros o que fazia com que a despesa com o pessoal subisse para cerca de 33,3% do orçamento. Salientou ainda que aquele documento previa a contratação de mais cento e trinta e oito funcionários, que numa análise simplista correspondia a um aumento de cinquenta e cinco funcionários relativamente à última alteração do mapa de pessoal, o que já na altura era demasiado pesado para a estrutura Municipal e para a sustentabilidade financeira do município. A câmara municipal ia passar a ter uma dotação de quatrocentos e onze postos de trabalho, mas continuavam a ter necessidade de contratar serviços externos para resolver os problemas do dia a dia do município, o que vinha a agravar ainda mais o bolo dos sete milhões e quinhentos mil euros com despesa com pessoal, ainda assim verificavam que restavam cerca de quinze milhões para financiar obras, pagar dívidas, pagar despesas correntes etc.As perguntas que se colocavam eram óbvias, com aquele montante não seria possível efetuar mais algumas obras fundamentais para as populações do concelho de Mira? Seria que as nossas gentes não mereciam? Seria que as nossas terras não mereciam o mesmo nível de desenvolvimento que os nossos vizinhos? Naquele orçamento não se conseguia vislumbrar nenhum investimento que efetivamente promovesse o desenvolvimento do concelho nas diferentes áreas, era, portanto, um orçamento de estagnação. A estagnação parecia-lhe efetivamente a marca da governação daquele executivo do PSD. Olhando para trás e para os trinta e três anos de governação do PSD, e olhando para os concelhos vizinhos e para a forma como se foram desenvolvendo algo tinha corrido mal, estava na hora de olharem para o futuro, de lutarem e de promoverem tudo aquilo que as nossas terras e gentes tinham direito, era preciso virar a página. -----

---- **Inteiveio a Deputada Andreia Petronilho (PS)**, referiu que relativamente ao orçamento ia destacar a divisão da cultura, que de acordo com o indicado no 19º quadro da GOP, a cultura teria um investimento de novecentos e sessenta mil e novecentos euros, tendo um aumento em relação ao anterior orçamento

duzentos e cinquenta e sete mil euros. Havendo investimento substancial era incrível que se resumisse apenas numa página e meia todo aquele investimento, onde se destacava apenas e só eventos, não havia um parágrafo onde se estabelecesse um conjunto de diretrizes, objetivos, ações ou planeamento de investimentos. Insistiu novamente com aquela questão, a agenda cultural precisava-se de se aplicar uma política, pois só assim se fortalecia a identidade cultural e o desenvolvimento económico criativo. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondeu ao Deputado Augusto Miranda, a anuência para a taxa máxima do IRS, que tinha dito que poderiam anuir àquela sugestão nas propostas que o CHEGA lhes fez chegar para o orçamento, aquela não foi contemplada no entretanto, podia a enumerar ali algumas que sendo coincidentes com as que eles tínhamos previstas foram ou estavam contempladas no orçamento, passou a citar, o programa para entrega de ecopontos domésticos incluiu os bio resíduos para valorização que eles estavam a tratar o programa para a substituição de limpeza dos contentores de lixo, a pavimentação e as construções de passeios, obviamente que estava no seu plano, a limpeza periódica das linhas de água, a manutenção e limpeza das pistas pedonais, a revitalização e das casas florestais, portanto ainda tinha mais alguns que foram incluídos. Relativamente às sugestões para o veterinário Municipal, o apoio aos idosos da terceira idade, tinham ali também contemplada e tinham o plano do CLDS a funcionar para aquilo também, portanto não tendo sido possível as inclusões da sugestão foram contempladas bastantes pontos. Relativamente ao IMI que também tinha referido disse que quando vinham àquela Assembleia trazer sugestões como a do IMI famílias, para ser mais confortável e acessível para todos, obviamente que eram pontos que gostavam

de apresentar, acabaram por não contemplar aquela sua sugestão do IRS, talvez numa nova avaliação poderia vir a ser equacionada. Relativamente ao Deputado António Gonçalves, aquilo que tinha conseguido apurar da sua intervenção foi do aumento de um milhões e setecentos mil euros relativamente ao orçamento 2024 para 2025 onde 25% se concentrava nas despesas com o pessoal. Foi uma reflexão mais do que perguntas concretas, podia ser feito de outra maneira, sim podia ser feito de outra maneira, será que as pessoas do nosso território não mereciam melhor? Claro que mereciam, mas não conseguindo dar resposta a tudo como era o plano ideal, tinham que fazer as suas opções e aquele era o documento que levavam ali para a aprovação, obviamente que pessoas diferentes tinham ideias diferentes e, se calhar, fariam de maneira diferente, mas como eu tinha dito anteriormente o facto de terem assumido muitas transferências de competências trouxeram-lhes muito pessoal para os quadros, portanto era lógico que as pessoas que transitaram da educação, por exemplo, que foram muitas, que pesavam agora no orçamento Municipal, quando antes pesavam no Ministério da Educação, por exemplo, portanto tinham que lidar com as novas realidades, o pessoal que tinham introduzido no mapa de pessoal previsto, e não queria dizer que se completasse, quando referiu que se previa um conjunto de quatrocentos e onze postos de trabalho, era verdade, estava previsto mas estavam ocupados duzentos e setenta e dois, e não queria dizer que os restantes viessem a ser preenchidos, estavam lá previstos se fossem necessários seriam ocupados, se não fossem necessários, obviamente que não seriam ocupados. Relativamente à Deputada Andreia Petronilho, cerca de um milhão de euros para a cultura, eles também gostariam de ter mais para a cultura, também gostariam de ter uma agenda cultural, como referiu, que fosse mais variada, que fosse programada no tempo e que fosse regular. Os eventos que tinham e os espaços para divulgação da parte cultural eram alguns, em espaços fechados não existiam muitos, mas tinham aproveitado as instalações que tinham. Existiam muitas exposições, divulgações, lançamentos de livros,

palestras que foram feitas no museu na Praia de Mira, em Mira, existia ali o próprio Átrium com aquele espaço de exposições e que normalmente nunca estava vazio, portanto, os espaços que tinham eram fechados tinham sido aproveitados para isso, muitas das vezes por iniciativa do município, muitas das vezes também por iniciativa de associações ou outras instituições, ou mesmo particulares que vinham de fora querer fazer uso daqueles para divulgação dos seus trabalhos, e que eles temos anuído completamente. Obviamente que temos alguns espetáculos que eram ao ar livre e alguns deles estavam contemplados nos eventos como referiu e bem, tinham muitos e bons e também os queriam preservar. Não era tudo o que gostariam, não era, mas teve um aumento significativo também como referiu eh de mais de duzentos mil euros do ano anterior para aquele ano, portanto, um passo cada vez havemos de lá chegar. -

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Inteiveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, questionou sobre qual era o projeto ou o objetivo das casas florestais, estava ver aquela que passe lá várias vezes ao dia ali no Seixo, na zona Industrial que eu não via nada lá em concreto, mas gostava de ser esclarecido relativamente qual era a proposta para as casas florestais. A outra medida era como é que iam implementar a questão dos ecopontos domésticos, bastava entregar à população e, mas como é que iam fazer a gestão do bio resíduos. Conhecia a solução que estava implementada em Cantanhede, conhecia a solução que estava implementada em Ílhavo e tanto em Cantanhede como em Ílhavo perguntavam-lhe como é que, em termos legislativos, como é que Mira estava a cumprir ao que ele respondia simplesmente que Mira não estava a cumprir. -----

---- **Inteiveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)** disse que a sua intervenção foi no sentido de sensibilizar aquele executivo para uma política cultural, achava que a nível de agenda sim, tinham uma agenda considerável, a nível de

investimento, sim era um investimento considerável era cerca de 5% do orçamento, a nível governamental normalmente até 0.2 não era essa a sua questão, era com as posições que tinham feito, com os espetáculos de música que tinham feito, o que é que isso tinha trazido à população, o que é que a população tinha aprendido, era aí que eu queria chegar. Havia feito um levantamento do que é que tinha acontecido após determinados eventos, após determinadas jornadas, o que acontecia, como é que a população não saía de lá. -----

---- **Inteiveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, referiu que a exposição à cultura e ao desporto era sempre uma mais-valia, era sempre bom. Quis deixar umas breves notas ao orçamento de 2025, que totalizava cerca de trezentos mil euros, representando um aumento de 6,4% face ao ano anterior. Estava focado no desenvolvimento sustentável, bem-estar dos cidadãos e inovação. Desafios para os municípios em,2025, a incerteza económica global, custo de descentralização de competências não totalmente cobertos pelo fundo de financiamento, dificuldades na execução do PRR devido a prazos restritos e escassez de empresas capacitadas, aumento significativo dos custos na gestão de água, saneamento e resíduos. Áreas prioritárias de investimento, saúde, requalificação do Centro de Saúde de Mira e outras extensões com mais de dois milhões e quinhentos mil euros atribuídos, educação, ampliação e remodelação de escolas com mais de treze milhões de euros previstos, habitação investimento histórico cinco milhões de euros em soluções acessíveis e dignas, desenvolvimento económico apoio a empresas locais, atração de novos negócios e modernização de mercados e feiras. Medidas estratégicas isenção total da derrama para atrair empresas, execução de projetos cofinanciados pelo PRR e Portugal 2030, investimento em lazer e desportivos, renovação de equipamentos desportivos, requalificação Ambiental do Parque Verde da Lagoa e revalorização da Barrinha. Compromisso do PSD, o orçamento refletia um compromisso com a melhoria contínua dos serviços e qualidade de vida dos

cidadãos, criando oportunidades e enfrentando desafios com inovação e resiliência. Não se quedaram com o que já tinham conseguido, como sempre as oportunidades multiplicavam-se à medida que eram agarradas. Aquele era o lema daquele executivo. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS), dirigiu-se ao Senhor** Presidente da Câmara, fazia uma intervenção enquanto presidente de junta de Freguesia da Praia de Mira porque afinal de contas estava naquela Assembleia por inerência ao cargo de Deputado Municipal, depois da eleição de Presidente de junta de Freguesia, fazendo uma análise direta à sua Freguesia gostaria de perceber em primeiro lugar explicado pelo executivo municipal quais eram as obras que tinham previstas para executar, não erma as que estavam no plano e orçamento, mas sim as que iam ser executadas durante o ano 2025 nas três localidades da Freguesia da Praia de Mira. Quis também saber se a semântica que utilizam nas folhas de rosto e nas primeiras páginas do orçamento, se era mesmo só semântica ou se foi por falta de esquecimento, ou por mesmo a continuidade de possivelmente poderem até ter reunido com as outras juntas de Freguesia e não quererem reunir com a da Praia. Quando escreviam na página número dois coisas como “*continuaremos ainda a trabalhar lado a lado numa política de proximidade com as nossas associações, juntas de Freguesia, tecido Empresarial e todos os cidadãos*” o que era certo é que ele recordava que votou favoravelmente alguns orçamentos apresentados pelo Dr. Raúl Almeida, enquanto presidente de câmara Dr. Raúl Almeida era eleito pelo PSD e não foi por isso que fez com que ele em alguns momentos, até em divergência com a bancada do PS, de forma livre mas concertada com a bancada do PS, na altura teve a liberdade de voto para poder votar favoravelmente o orçamento apresentado por Raúl Almeida, mas também em todos os orçamentos Raúl Almeida chamou a junta de Freguesia da Praia de Mira para reunir sobre aquela temática. Era a primeira vez na história durante aqueles anos que isso não aconteceu, mais uma vez não houve qualquer ligação do Executivo à junta de

Freguesia da Praia de Mira, era uma prática, era algo que estava assinalado claramente por aquele executivo que sinceramente já nem valia a pena estar constantemente à procura de respostas porque as respostas eram evidentes, toda a gente já tinha percebido o porquê daquela atitude. Contudo não era uma atitude de respeito pela democracia isto era uma atitude facciosa, era uma atitude sectária, e era uma atitude que claramente não dignificava às populações, porque podiam não gostar da liderança de Francisco Reigota, mas respeitando a democracia era respeitar o povo e o povo votou numa lista, que não foi só de Francisco Reigota e que continuavam a não respeitar. Relativamente à análise concreta daquele orçamento em alguns pontos nomeadamente com a questão do mapa de pessoal, continuavam a passar reuniões e reuniões, a pedir informações que lhes diziam aqui que iriam ser enviadas detalhadamente, os tais relatórios sobre as pessoas que iriam contratar, todos os funcionários que tinham sido contratados até à última Assembleia, é que não tinham recebido essa informação por parte do executivo, continuavam a não receber. O que sabiam naquele momento é que aquele mapa de pessoal era apresentado e se fosse ocupado todos os lugares que lá estavam e o Senhor Presidente evitava de dizer que possivelmente não os ia ocupar todos, pois não os ia ocupar todos porque não tinha tempo já para abrir concursos durante aquele mandato para conseguir ocupar aqueles cargos todos, primeiro lugar, segundo lugar, independentemente do próximo executivo havia uma questão que já que aquele executivo estava a afirmar, era que por vontade própria iria ter quatrocentos e onze funcionários na autarquia no ano 2025, era isso que dizia, era isso que estava naquele mapa e uma Câmara Municipal do tamanho da nossa um concelho como o nosso ter mais de quatrocentos funcionários e chegarmos ao final da contratação daqueles funcionários todos e ainda por cima terem de subcontratar vários serviços para fazer face às necessidades, dizia simplesmente que havia um péssimo planeamento de gestão dos recursos humanos. Tinham vários recursos humanos que felizmente

nos garantiam as nossas necessidades, havia várias áreas que o município está bem apetrechado em termos de Recursos Humanos as pessoas que ocupavam esses cargos deviam ser mais valorizadas e projetadas, contudo havia imensas áreas que continuavam a ter lacunas e continuavam a não suprir as necessidades, e o que é que faziam nesse caminho, sinceramente não faziam o que deveriam fazer, quando o Senhor Presidente responde à pergunta de “*será que as pessoas merecem melhor?*” e o senhor presidente diz “merecem” até o Senhor Presidente sentia isso, sentia mesmo que mereciam melhor, mereciam melhor e começava logo por um planeamento e análise de todas aquelas necessidades, porque conseguir claramente projetar o futuro e os próximos anos, era saber quais as carências, a área ponto a ponto e apresentá-las, coisa que não foi feito. Apresentaram um conjunto de documentos que continuavam a não estar totalmente e refletidos nas necessidades. Sobre a questão dos CTT, não lhe foi respondido há pouco também porque ia vai pesar no orçamento da câmara, e porque ia fazer parte daquele orçamento para o ano 2025 perguntou se o Executivo ia continuar a ir pelo que ali tinha afirmado, que ia decidir e passar por cima da junta de Freguesia a querer implementar o CTT na Praia de Mira, noutro sítio que não seja na própria junta de Freguesia estando a junta de Freguesia já com uma situação firmada com os CTT, o que não aceitavam porque a verba que os CTT disponibilizava à junta de Freguesia era pequena demais, a sua pergunta era tão simples quanto essa, iriam mesmo passar por cima da junta de Freguesia implementando uma situação na Freguesia da Praia de Mira contra a junta de Freguesia? Relativamente às casas florestais tinha sido um dos pontos falado, sobre a questão o que é ia ser feito das casas florestais? Já há vários meses a junta de Freguesia da Praia de Mira demonstrou interesse numa das casas florestais e falou com o Executivo nesse sentido, que ficou de marcar uma reunião para falarmos sobre aquela temática que, até àquele também não tinha acontecido, também gostariam de saber em que ponto estavam, e continuavam a demonstrar interesse e vontade de poder falar sobre

as casas florestais. Fez a sugestão que era a casa que estava fechada há imensos anos depois de ter sido requalificada, e ter sido gasto lá dinheiro, ao lado dos viveiros, que poderia ter sido um bom investimento de requalificação mas era um mau investimento porque, passado anos e anos continuava fechado e a junta de Freguesia gostaria de saber qual a possibilidade de falar com o Executivo também para poder dar e utilização à aquele espaço, porque era um espaço que lhes interessava e que tinham projetos para lá implementar.-----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que pegou naquela intervenção que fez o Deputado João Luís Pinho, que de facto Mira precisava de um tecido Industrial forte, que não o tinha ao contrário dos outros municípios que tinham ali à volta, qual era a política para atração de empresários e ali pela bancada do PSD sabiam que era isenção de derrama. Eram o concelho, achava que era o único concelho que tinha isenção de derrama, perguntou se os empresários quando vinham contactar o Executivo se era esse o ponto que eles colocavam, se eles iam para ali pela isenção de derrama, é que em Vagos, Cantanhede e Ílhavo existia derrama e as empresas continuavam- se a fixar lá, e se houvesse mais espaço para elas, mais se fixavam lá. Portanto a política do executivo não podia ser a isenção de derrama, porque com a isenção de derrama não iam atrair uma única empresa para o concelho. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, relativamente ainda Deputada Andreia por causa da política cultural, entendiam que tinham necessidade de remodelar a sua política, de realizar agenda e de programar para ser efetiva para as que as pessoas se habituassem que periodicamente tinham um evento cultural organizado. Até ao momento não o tinham conseguido fazer, mas era essa a sua intenção, era assim que queriam. Acatavam aquilo o que tinha dito,

e as sugestões que fez relativamente ao assunto. Relativamente ao Deputado Augusto Miranda, as casas florestais e respondendo também ao Deputado Francisco Reigota, porque a pergunta era comum, portanto tinham a previsão para a do Seixo que ficava ali e próximo do Polo II, ligada à área industrial, seria tipo uma mini incubadora, seria provavelmente um espaço de Coworking, portanto remodelada à maneira de ser polivalente para aquele tipo de uso. Para a da Praia, à entrada da Praia a previsão era que servisse de base para a Proteção Civil, nomeadamente durante a época balnear e para a do Poço da Cruz o que estava estudado era ceder a como cede de associativismo para a população da Barra. Obviamente todas elas precisavam de requalificação, de remodelação, até estar em pleno funcionamento, mas o uso previsto era aquele. Relativamente àquilo que falou sobre os ecopontos domésticos, o programa PAPARSU, que incluía os bios resíduos e a valorização era nesse plano que estava enquadrado aquilo que falou e podia haver mais e especificamente os contentores individuais em cada casa. O ideal mesmo, como alguém dizia, era que os particulares fossem recompensados por aquilo que reciclavam, e pagassem pelo lixo que fizessem. Era o que era o ideal, mas teriam ainda com certeza bastante que andar até chegar a essa parte. Quanto aos empresários, a melhor maneira que tinham para os incentivar era dar-lhe as melhores condições, obviamente que a DERRAMA era uma delas, os empresários que os procuravam não faziam aquela questão específica, obviamente que seria também uma fonte de receita para o município, mas que até àquele momento tinham abdicado dela em função do tecido Empresarial. Era uma forma de lhes dizerem também que valorizavam e contavam com eles e queriam que eles se mantivessem no seu território. A ampliação das zonas industriais, sim era uma coisa específica que tinham em elaboração nomeadamente no Polo I e na Zona do Montalvo, a expansão para aqueles lotes, restava saber já houve algumas propostas, restava saber que tipo de empresas se pretendem instalar no território, porque nem todas podiam ser encaradas da mesma forma,

dependendo da atividade que tinham para realizar e, portanto, ponderariam sempre o tipo de atividade para a sua implementação. Relativamente ao Deputado Francisco Reigota, as obras que iriam fazer na Freguesia da Praia de Mira eram a habitação a custos controlados e acessíveis na Videira Norte, um investimento já mais realizado com aquela dimensão, cerca de onze milhões de euros para habitação, tinham a intenção de na próxima época balnear ter em funcionamento a praia fluvial, em frente ao parque campismo, na barrinha, tinham programada a requalificação em determinadas partes rodoviárias, passeios e asfaltamentos, tinham que concretizar durante o ano 2025 os orçamentos participativos vencedores da Freguesia da Praia de Mira, o parque da Santa Zita, e assim que as autoridades dessem ordem para a implementação do Skate Park, a curto prazo que seria a obra mais que se iria realizar a mais curto prazo, a requalificação dos pavilhões da Lota e da envolvente da Lota. Relativamente à referência que fez ao ex-presidente Raúl Almeida, realmente as pessoas não são todas iguais, cada um tinha o seu feitio a sua maneira de atuar, a sua personalidade, de qualquer forma isso nunca o impediu dizer mal dele bastantes vezes, nomeadamente naquela sala e noutras circunstâncias. Relativamente aos CTT o Deputado já tinha afirmado ali por duas ou três vezes que encetou conversações com os CTT, que queria colocar os CTT na Praia de Mira só andava à procura de espaço, e andava à procura de funcionário, e queria apoio para se pagar. Mandou algum e-mail para câmara municipal para entrar em acordo? Fez algum telefonema para algum dos membros do Executivo para, conjuntamente com a junta de Freguesia falarem com os CTT? A sua preocupação era igual à deles, só que eles chegaram à fala com os CTT, encontraram um espaço e iam colocar à disposição duas pessoas da sua Freguesia, ou melhor da Freguesia que o senhor representava, iam colocar à disposição o posto dos correios para elas não terem de se deslocar a Mira e, portanto, não precisavam de ouvir, como o senhor não os ouviu para consultar o CTT. Tinham o espaço, iam garantir os recursos humanos que eram necessários

para lá colocar, iam satisfazer as exigências que os Correios lhes puseram e, portanto, ia sim acontecer no mercado da Praia de Mira a instalação do posto dos correios, e não era na junta de Freguesia, era no mercado da Praia de Mira. Não era ser contra a junta de Freguesia, como o senhor tinha afirmado, não, o senhor até parecia que foi contra a câmara quando não a consultou para fazer a mesma coisa, escusava de estar a armar-se em coitadinho. A casa dos viveiros estava ali muito próxima dos próprios viveiros, como era lógico, e, portanto, tinha sempre um cariz de visita e de exploração das espécies que vivem ali e pode ser utilizada para a divulgação das espécies endógenas, quase como um museu vivo do que aqui acontece, no entanto se tivesse uma proposta diferente para lhes apresentar, que a fizesse chegar, ponderariam com certeza o que é que podia ali, ou não, ser realizado. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

--- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, disse que pelo teor da intervenção do Executivo, o Executivo era contactado por empresários para se instalarem ali pelo menos no Montalvo, foi o que compreendeu, o Executivo faz uma seleção dos critérios nos quais decide se aquele empresário podia ser admitido ou não. Quis conhecer os critérios de seleção das empresas, qual era o tipo de empresas que se podiam instalar ali, quias eram os critérios porque eram desconhecidos por aquela Assembleia. Se critérios ambientais, se eram para criação de emprego, se era o número de pessoas empregadas, portanto, era isso que ele gostaria de saber. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, afirmou que e podia não ter e

explicado da melhor forma os critérios. Não avaliavam levemente quem os ia visitar e diziam “*ah você pode vir, ah você não pode vir*” “não era assim ponderavam, era o tipo de atividade que aquela empresa queria implantar no nosso território e depois essa ponderação é que ia ditar quem poderia vir, quem não poderia vir. Obviamente o que queriam era ampliar a sua zona Industrial, obviamente quanto mais empresas houvesse melhor para todos no nosso município. Havia um regulamento que ainda estava para se ultimar e que havia de ir à aprovação para resultar nos critérios para a alienação dos lotes. Nesses critérios tinham o preço base e depois alguns benefícios para a o tipo de empresa, para o tipo de atividade que podia ou não ser implementada e que beneficiaria no preço por metro quadrado, quantas pessoas eram previsíveis para aquela empresa, se já era ou não era empresário em Mira, há quanto tempo e, portanto, uma série de critérios que estavam lá espelhados para chegarem a essa conclusão final para a aprovação ou não da instalação da empresa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, disse que relativamente à questão que o senhor Deputado Augusto fez, e atendendo à resposta do Senhor Presidente, perguntava mais uma vez, estava definida uma estratégia de implementação industrial para o concelho? Se sim, e visto que o Senhor Presidente disse que ponderavam, quais eram os itens que eram ponderados nessa análise por parte do Executivo? Por várias vezes eram abordados por empresários, como os Senhores sabiam, que os questionavam efetivamente onde é que estava essa definição de critérios porque quando estabeleciam uma estratégia, estávamos a olhar muito para a frente, e depois de estabelecerem aquela estratégia tinham certamente que consubstancial num conjunto de ações que deviam ser divulgados como bem disse o colega Augusto para que toda a comunidade fosse ela local, fosse ela regional, internacional, pudesse ter

conhecimento deles e para que os próprios intervenientes interessados ou os embaixadores dessa missão, porque as empresas não vinham para Mira por obra do Espírito Santo e se havia critérios para escolher ou não, ele nesse especto estava muito à vontade porque já para aqui se quis trazer para o concelho de Mira empresas em que a nível de critérios podiam ter sido escolhidos dos uns em detrimento de outros, certamente, mas que para ele, estava muita à vontade para o dizer acho que não deveriam nunca obedecer a qualquer tipo de critério que fosse escolhido para se implementar no concelho de Mira. Ele achava que aquela questão tinha de ser muito bem definida em termos estratégicos, para que depois pudesse ser todos aqueles que ali estavam e os que estariam a ouvir os mensageiros dessas proposituras e dessas cartas de intenções de gente que efetivamente se quer deslocar para o concelho de Mira. Falavam ali na suspensão do zonas industriais e como já tinha sido abordado num passado bem recente em reuniões tidas com vossas Excelências, em que foram propostos, digamos ampliações de zonas industriais, catalogação de zonas específicas para que houvesse uma capacitação de um aumento para indústria e não definir zonas industriais para fazerem armazéns, em que depois os próprios industriais se viam gregos para fazer num local uma indústria, ou uma empresa com uma dimensão para além daquela que era o vulgar Armazém. Tinham de estar capacitados para dali a 20 anos, não era estarem a olhar só para os seus pés, tinham de olhar para a frente e tinham de olhar naquilo que queriam que os seus filhos pudessem ter, não era aquilo que iam fazer amanhã, mas numa visão mais simplista daquilo que devia ser um planeamento estratégico. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD),** referiu que as visões de cada

um, obviamente, que geravam documentos diferentes. Como tinha dito anteriormente aquele era o seu documento, a sua proposta e passava pela instalação de empresas, para ter um território onde as pessoas se sentissem bem que quisessem lá ficar a trabalhar, também tinha de haver outro tipo de condições. De uma panorâmica geral tinham de lhe dar condições não só para trabalharem, mas para os filhos estarem no Jardim de Infância, ou na escola, e para ter cuidados de saúde, e para na terceira idade também terem os cuidados que eram necessários. Era o concelho ideal onde as pessoas se sentissem bem, tivessem trabalho e fossem felizes, era isso que se pretendia num plano ideal. Obviamente que o caminho para lá chegar, cada um tinha de escolher em determinada altura e tinha de fazer opções, e essas opções entendiam que seriam a nível Empresarial, o alargamento das zonas do Polo I, do Polo II e do Montalvo, mas existia também uma parte e junto ao matadouro que era possível instalação de determinado tipo de empresas. As empresas eram essencialmente do tipo II e tipo II, as empresas com o tipo I não tinham enquadramento na tipologia daqueles espaços industriais. Obviamente que aquilo tudo passava por um enquadramento no PDM, passava por leis que existiam e que eram transversais, o que eles procuravam eram empresas que fossem ambientalmente responsáveis que se criassem postos de trabalho, empresas com experiência já demonstrada se possível e se possível demonstrada em Mira, empresas que fossem robustas financeiramente, empresas que fossem inovadoras naquilo que pretendiam como objeto final, portanto, aqueles pressupostos todos enquadrados e devidamente regulamentados, achava que lhes forneciam uma ferramenta onde podiam sentar com os empresários e fazer a devida avaliação.-----

Depois de um momento de alguma tensão, pois o Deputado Francisco Reigota quis tomar a palavra mas a sua bancada já tinha esgotado o seu tempo, o Presidente da Mesa da Assembleia deu-lhe a palavra: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

----- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, que questionou sobre a praia fluvial na barrinha, como estava o processo, qual era o projeto, o que é que já tinham sobre isso e se a junta de Freguesia também não era consultada sobre aquela matéria? Questionou ainda e em que é que a junta de Freguesia já tinha sido consultada por aquele executivo durante aquele mandato? -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, referiu que a praia fluvial tinha um projeto de instalação de um apoio de praia, e tinha as infraestruturas que eram necessárias e previstas na lei. O local estava decidido, ficava em frente à entrada do parque municipal. Ia levar uma intervenção junto à Muralha que tocava com as águas por causa das infiltrações subterrâneas ia levar enrelvamento junto do apoio de praia. Naquilo que fosse necessário da parte da junta de Freguesia, a junta de Freguesia seria consultada, se entendessem que não necessitavam da colaboração da junta de Freguesia, não seria consultada. Ia ser implementada para a próxima época balnear alguns serviços, alguns serviços que seriam feitos pelo seu pessoal, outros o material seria adquirido para a implementação, nomeadamente, do apoio. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

----- Submetido o PONTO DOIS a votação, foi aprovado com os votos do PSD. -

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

----- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, que declarou que o grupo Municipal do Partido Socialista de Mira apresentava alguns dos motivos que justificavam o seu voto contra. Naquele documento não se conseguia vislumbrar nenhum investimento que efetivamente promovesse o desenvolvimento do concelho nas diferentes áreas, era, portanto, um orçamento de estagnação, era a demonstração de que a maioria absoluta herdada pelo presidente Artur Fresco

está em fim de linha. Aquele orçamento era imposto ao concelho por aquela maioria com arrogância, vaidade e falta de visão. Os problemas por resolver no concelho de Mira e a falta de investimento Municipal era imagens de marca, continuavam a promover mais decisões demonstrando falta de capacidade de gestão e desperdiçando as potencialidades das suas terras, e gentes. Aquele documento era a prova do falhanço da atual governação, a falta de definição de uma visão estratégica de governação era evidente e naquele momento, infelizmente para os Mirenses já nem o conseguiam disfarçar. Obras relevantes eram inexistentes, estabilidade financeira não existia e não tinham qualquer capacidade de apresentar qualquer planeamento que permitisse melhorias. Não tinham qualquer estratégia para equilibrar financeiramente as contas do município, não aproveitavam nem valorizavam os recursos concelheiros e se analisassem o programa que apresentaram aos Mirenses nas últimas eleições, não cumpriram na maioria. Estava a ser seguramente o pior mandato da história de Mira, o concelho de Mira naquele momento estava identificado em diversos rankings nacionais, produzidos por instituições independentes e credíveis, como um dos piores exemplos nacionais em termos de gestão e equilíbrio financeiro. Era uma situação muito preocupante, já no passado tinham invocado e alertado para alguns daqueles factos, mas não foram ouvidos nem escutados, na maioria das vezes não respeitavam opiniões que fossem contrárias. na verdade, era não respeitar os mirenses. A falta de humildade e o desrespeito democrático era tal que até o orçamento apresentado estava epigrafado como com os mesmos dizeres de um comunicado do PSD. Não se deve confundir o orçamento da Câmara Municipal com o comunicado político. O documento em apreço versa essencialmente no aumento da despesa pública, designadamente na parte das despesas com o pessoal, contudo era importante referir que os recursos humanos eram essenciais para o bom desempenho da Câmara Municipal, pelo que deviam ser valorizados e responsabilizados. Notava-se um grande desinvestimento ao nível das necessidades mais prementes das populações, e

não se viam grandes obras nas diversas localidades do concelho de modo a serem suprimidas as suas necessidades, contudo, o aumento de gastos era exorbitante. Por outro lado, não se verificava no orçamento quase nenhuma obra pública à semelhança, aliás do orçamento de 2024 que justificasse um aumento de quase dois milhões de euros. Aquela era a constatação de um facto, as populações mereciam e exigiam mais. Mira estava a ficar para trás dos concelhos, dos outros concelhos e não havia justificação para isso. Além disso estavam preocupados com o crescente de empréstimos, era um concelho cada vez mais endividado, consideravam que tal caminho iria hipotecar o futuro. Por tais razões e pelas já invocadas ao longo dos últimos anos o Partido Socialista de Mira responsabilmente e colocando o supremo interesse das populações em primeiro lugar mantinha o voto contra a aprovação do documento. Exigiam mais responsabilidades políticas de modo a não ser posto em causa o desenvolvimento do concelho de Mira. A estagnação parecia-lhes efetivamente a marca da governação daquele executivo do PSD era preciso devolver a Mira e aos Mirenses a dignidade que mereciam, era preciso mudar a página e o primeiro passo era salvar o concelho do fracasso de gestão. Defendiam rigor, organização e transparência, só assim Mira teria um futuro. -----

---- **Intervenção do Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, declarou que o seu voto contra, pela primeira vez de um orçamento Municipal, não era por não serem colaborantes, mas sim porque não sentiam devidamente plasmados naquele orçamento o seu contributo. -----

---- **Intervenção da Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, declarou que era com grande orgulho, sentida responsabilidade e acima de tudo enorme determinação que assistiam ali à apresentação da proposta de orçamento do município de Mira para o ano 2025. Um documento que refletia compromisso do executivo do PSD para com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos seus cidadãos. Aquele orçamento refletia a visão do Partido Social Democrata para o futuro, alçada na melhoria contínua das condições de vida dos seus cidadãos e na

promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Como sabiam em 2025 os municípios portugueses enfrentariam uma série de desafios complexos, a incerteza económica global e os seus efeitos sobre economia portuguesa continuariam a colocar sob algum risco os orçamentos municipais. Além disso o ambicioso processo de descentralização de competências trouxe consigo significativos custos administrativos e operacionais, que não foram totalmente compensados pelo fundo de financiamento da descentralização pelo que em última instância tinham vindo a ser as receitas próprias dos Municípios a ter de suprir esse défice. Outro desafio crítico era a execução do plano de recuperação e resiliência, PRR, dentro dos prazos bastante restritivos impostos pela União Europeia, especialmente num contexto onde se tornava bastante complexo conseguir encontrar empresas com capacidade para, em tempo útil, conseguirem garantir a execução de projetos de grande envergadura, como a construção e reabilitação de habitações, escolas e centros de saúde. A gestão da água, saneamento e resíduos eram áreas que a curto prazo continuariam a exigir da parte dos municípios uma especial atenção. Seria necessário continuar a investir na melhoria da qualidade daqueles serviços, mas sobretudo, seria imprescindível multiplicar o investimento na promoção da eficiência no setor, a fantástica e até certo ponto inexplicável aumento dos custos associados àquele setor de atividade, nomeadamente os que se relacionavam com a recolha, encaminhamento e sobretudo de posição em aterro de resíduos levava a que se tornassem prioritários todos os investimentos naquele setor. Em suma, os municípios teriam de continuar diariamente a encontrar soluções inovadoras e eficazes para enfrentar estes desafios, e transformar as dificuldades em oportunidades de crescimento e progresso. Era justamente isso que o município de Mira tinha vindo a fazer e que mais uma vez se encontrava espelhado na proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2025. O orçamento para 2025 totaliza vinte e nove milhões e trezentos mil euros, o que representava um aumento de 6,4% face ao apresentado no anterior. Esse incremento permitiria

alocar recursos, de forma estratégica, em projetos de investimento em áreas chave como a saúde, a educação, a habitação e o desenvolvimento económico, como sabiam uma das principais prioridades daquele executivo tinha sido maximizar as oportunidades de investimento proporcionadas pelos diversos quadros comunitários, portanto não poderiam estranhar que também em 2025 fosse dada a máxima prioridade à execução de projetos cofinanciados pelo PRR e pelo Portugal 2030. Aqueles instrumentos financeiros eram fundamentais para impulsionar um conjunto de projetos estruturantes que iriam mudar o futuro do município, promovendo a Inovação, a sustentabilidade e a coesão social. Na área da saúde teriam a destacar o investimento já em curso de beneficiação do Centro de Saúde de Mira, mas também a requalificação das extensões de saúde de Carapelhos, da Lentisqueira, da Praia de Mira e do Seixo, só naquela área estavam a falar de investimento em 2025 de mais de dois milhões e quinhentos mil euros. O Partido Social democrata estava empenhado em garantir que todos os cidadãos de Mira tivessem acesso a cuidados de saúde de qualidade e próximo das suas residências. A proposta de orçamento mostrava que também a educação continuava a ser uma prioridade estratégica daquele executivo com a requalificação da Escola Secundária Dra. Maria Cândida, 2025 marcaria o arranque de um novo e pujante ciclo de investimentos nos diversos equipamentos Escolares do concelho, neste âmbito iria arrancar a empreitada de ampliação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida prevendo-se também que fosse possível arrancar com a obra de remodelação da Escola Básica de Mira. Só naqueles dois projetos estavam a falar de mais de treze milhões de euros de investimento, esses investimentos na educação eram essenciais para preparar as futuras gerações para novos desafios sociais, como a sustentabilidade urbana, as alterações climáticas, ou envelhecimento populacional. No domínio da habitação iniciavam o maior investimento de sempre nesse setor, aproximadamente 5 milhões de euros, com o objetivo de proporcionar soluções habitacionais dignas e acessíveis para quem mais

necessitava. O desenvolvimento económico era outro Pilar da proposta de orçamento daquele executivo, os empresários locais continuariam a ser apoiados e acarinhados, e simultaneamente iria prosseguir o trabalho de procurar atrair novas empresas, fomentando a criação de emprego e a dinamização da economia local. Neste contexto continuariam a apostar na requalificação e ampliação dos parques empresariais do concelho, bem como na modernização dos seus mercados e feiras. A isenção total de derrama era uma das medidas estratégicas que continuaria a ser implementada por aquele executivo como forma de potenciar a atratividade, e a competitividade do concelho de Mira. Aquele orçamento demonstrava que o Executivo continuava bastante atento às necessidades de lazer e desporto da sua comunidade, em 2025 continuavam os investimentos regulares na renovação dos equipamentos desportivos e de lazer, que potenciavam os espaços, que promoviam a saúde e o bem-estar de todos os cidadãos, mas também era aberto o caminho para a concretização de importantes investimentos no quadro de Portugal 2030, como a requalificação ambiental do Parque Verde da Lagoa e a revalorização da Barrinha. Aquele novo e ambicioso ciclo de investimentos que agora se iniciava e de que deu apenas alguns exemplos levava a que a curto, médio prazo estivessem a falar de aproximadamente trinta milhões de euros de investimento público. Tratava-se o novo desafio para aquele executivo e para a sua equipa de trabalho, mas a bancada do Partido Social-Democrata estava certa que mais uma vez estariam à altura dos acontecimentos, teriam a capacidade de ultrapassar todas as adversidades e obstáculos com perspicácia, e acima de tudo capacidade de trabalho e perseverança, conseguiriam, mais uma vez, levar o barco a bom porto, conseguiriam atingir os objetivos a que se propuseram e que passava por melhorar as condições de vida dos Mirenses. Em conclusão, a proposta de orçamento para 2025 era mais do que um simples documento financeiro, contabilístico, era um compromisso com o futuro de Mira, um compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados à sua

comunidade e um compromisso com a criação de oportunidades. A bancada do Partido Socialista e do partido CHEGA votou contra a habitação de Videira Norte, votou contra a ampliação da Escola Secundária, votaram contra a lota, votaram contra a melhoria das extensões saúde, votaram contra a melhoria rodoviária, votaram contra o desenvolvimento desportivo e melhoria de respetivas melhorias desportivas, votaram contra a praia fluvial na Barrinha e votaram contra o Parque Verde da Lagoa. Votaram favoravelmente aquele orçamento porque queriam um concelho mais atrativo, mais sustentável, amigo do cidadão porque tinham os melhores projetos e os melhores protagonistas. Votaram favoravelmente porque não se acomodavam com o que já tinham conseguido juntos. Continuavam a fazer acontecer. -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, disse que quando eram chamados enquanto deputados a votar o orçamento votavam um conjunto de intenções, votavam um conjunto de alíneas, votavam um conjunto que tinha uma sinalética no futuro para um desenvolvimento. Não votavam em medidas avulso, nunca seria contra um desenvolvimento quer fosse de habitação social, quer fosse de um Parque Verde para a terra onde se orgulhou de crescer e onde desempenhava alguma atividade comercial, quer fosse outras tantas medidas avulsas. Fazer afirmações como as que foram ali preferidas, para as além de ser elegante é intelectualmente desonesto. -----

PONTO TRÊS: Aprovação da proposta final do Plano Municipal de Ação Climática, em cumprimento do disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei nº 98/2021, de 31 de dezembro -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que era a aprovação da proposta final do plano Municipal de ação climática, em cumprimento do disposto pela lei de bases do clima, que tinha a ver com as alterações climáticas, com a resposta que tinham que dar para aumentar a

resiliência e adaptar no território aquilo que era necessário que fossem os impactos daquelas ações e que inevitavelmente se encontravam a acontecer um bocado por todo lado. Era a aprovação da proposta final. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, disse que relativamente aquele ponto, tentando abordar também um outro plano que esteve ali naquela Assembleia o PAPERSU, plano de ação estratégica em que se fez ali uma tomada de conhecimento um simples esclarecimento, como era uma pessoa frontal, nesse mesmo dia ou nos dias seguintes teve o cuidado de abordar aquela questão com responsáveis do município, como podiam confirmar, tendo manifestado um pouco o seu desagrada relativamente áquilo num período de cerca de quatro ou cinco anos preconizava um aumento de mais de 2000% para questão da recolha do lixo, um valor em 2022 de trinta e quatro euros ano, preconizando em 2030 um valor de setenta e nove euros ano. A própria ERSAR, num relatório que todos tiveram acesso e que ninguém se quis manifestar, assumiu como um cenário pouco realista, risco de incumprimento e um forte impacto nas populações, a questão das tarifas. Voltando ao que estavam ali a discutir aquele plano de ação climática, não se sentia totalmente preparado para discutir frente a frente com quem realizou aquele estudo, certamente estavam mais preparados que ele e mais capacitados para poder defendê-lo, porque foram eles os próprios autores, no entanto havia ali um conjunto de considerações que ele teria de tecer. Mais uma vez estavam ali a falar num conjunto de intenções conjunto, de intenções muito interessantes, mas quis dizer só umas pequenas coisas, por exemplo, iam aumentar a frota de veículos elétricos, não tinham nenhum, iam ter um, já estavam a cumprir há cerca de sete anos, no anterior executivo, pensava que se tentou fazer isso, não se fez novamente. Outra intenção, iam construir um km de via, pensava que era

de contas, fazendo ele parte de uma suposta comissão sobre a análise de todas aquelas temáticas, como é que chegavam a uma assembleia municipal para votar um regulamento sem essa comissão não ter reunido e sem terem consultado os parceiros dessa mesma decisão que tiveram em todo o processo até ali. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que o senhor Deputado Francisco Reigota pertencia à comissão para a consulta e para a análise das candidaturas. O que se tratava naquele ponto era uma alteração ao regulamento da venda dos lotes que se prendia essencialmente, porque no início a câmara municipal ficava encarregue de fornecer os projetos das especialidades, e conforme as leis que iam saindo quase anualmente havia várias atualizações, eles enquanto município, estavam constantemente a ser abordados para realizar novos projetos de especialidade e, portanto, sendo oneroso para a câmara municipal, a principal alteração que estava prevista para aquele regulamento era precisamente os projetos de especialidade passarem para os próprios particulares que pretendessem fazer a aquisição. Portanto alteração era ao regulamento, não se tratava de análise das candidaturas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse não conseguir perceber bem qual era a definição dessa mesma comissão, tinha a certeza absoluta de uma coisa, é que nessa comissão já analisou o regulamento e iniciaram uma alteração ao mesmo. Era um processo que tinha um regulamento antigo, e que tinha sido atribuído a dezenas de pessoas os lotes naquele espaço

assente num regulamento que estava aprovado com vários anos. O que acontecia era que depois de analisar todas aquelas pessoas e os perfis, e perceber se realmente cumpriam ou não os critérios, uma grande parte já não eram elegíveis para aquela situação. Fez-se uma análise durante meses, anos sobre a situação até que chegou a um final e com meia dúzia de pessoas que estavam com condições para poder ser entregues aqueles lotes. Mas nesse mesmo período, a comissão reunida por diversas vezes, já falava da alteração do regulamento e havia várias propostas que tinham sido feitas, na altura pelo Deputado Adolfo Maçarico em representação da bancada do Partido Socialista, e por ele enquanto Presidente Junta de Freguesia da Praia de Mira, que tinha assento na dita comissão. Posteriormente pelo Deputado Paulo Grego e mais tarde ainda pela Maria José, passaram por aquelas reuniões e tinham a noção plena do processo, do que aconteceu durante aquele tempo, o que agora está diferente aquela prática. Deixou de existir reuniões, deixou de haver informação e não era só a questão da análise das candidaturas, porque anteriormente andavam em reuniões atrás de reuniões, e não estavam a avaliar candidaturas nenhuma, porque essas candidaturas já tinham sido avaliadas anteriormente. Já tinham pegado no processo a meio, e o que estavam a fazer era a complementar e alterar aquela situação, nomeadamente, e volto a referir porque era importante vincar aquilo, na criação de um novo regulamento, que era um dos objetivos daquela comissão que nunca mais reuniu. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), referiu que** no período de discussão pública, podia ter comunicado aos serviços esse suposto envolvimento, suposto envolvimento, não o envolvimento a suposta elaboração do regulamento. Não tendo sido notado qualquer participação durante o período

de consulta, chegaram ao ponto em que foi aprovado, portanto foi aprovado em reunião de câmara, tinha de ir à Assembleia para aprovação final. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que a falta de humildade era gritante, quando falhavam não havia problema nenhum de assumirem que havia qualquer processo que deveria ser mais bem analisado, mas o senhor presidente não falhava em nada, o senhor presidente era perfeito, mas depois tinha uma arrogância incrível a expor todos os assuntos. O problema, porque não reuniram a comissão, é que não participaram na discussão pública.

----- VOTAÇÃO -----

Submetido o PONTO CINCO a votação, foi aprovado com abstenção do Partido Socialista. -----

PONTO SEIS: Aprovação final, nos termos do disposto na alínea g), do nº. 1, do art.º 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da alteração ao Regulamento de venda de lotes de terreno 25 e 33 de Carromeu-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que se tratava do regulamento das candidaturas para a venda de lotes de terreno, que eram dois, 25 e 33, de Carromeu inicialmente aprovado em 1998, teve que haver adaptação à realidade, nomeadamente aos preços por metro quadrado, porque era um regulamento já muito antigo. Tratavam apenas aqueles dois, para agora em função do ano em que estava, poderem ser colocados à disposição de novas candidaturas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Eurico Martins (PS), quis** dar uma breve resposta ao presidente que não tinha tido hipótese de o fazer depois de comentar a sua intervenção no ponto um, seria breve. Quando falou da insegurança na escola, e da inclusão, disse que era a favor da inclusão, só achava é que eram demasiado reativos e deviam ser mais proativos. Quando realmente a segurança das pessoas estivesse em causa, deviam agir mais por proatividade e não por reatividade. A inclusão que falava é dos que vinham de fora, mas também dos que cá tinham, que ficasse bem claro. Relativamente ao ponto seis, tinha dado uma vista de olhos e o que vinha escrito eram termos bastante jurídicos, que nem todos eram interpretáveis pela sua pessoa, mas o que percebeu é que todos os lotes que falavam, eram aqueles a seguir ao campo de futebol de Carromeu, questionou se eram aqueles lotes que já estavam construídos? Questionou se aqueles lotes estavam construídos há tanto tempo, o porquê de só faltarem aqueles dois, e se realmente só faltavam aqueles dois? -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio ao Sr. Vereador Bruno Alcaide** que após os habituais cumprimentos, esclareceu que aqueles dois lotes foram atribuídos inicialmente, logo no processo inicial da entrega de lotes, depois não foram cumpridos os formalismos por parte dos candidatos, não sendo cumprido o formalismo acabaram por não ser feita a entrega e estavam a tentar fazer com que aqueles dois lotes não ficassem lá desertos, e que se entregassem adaptando à realidade atual socioeconómica das pessoas. -----

----- VOTAÇÃO-----

Submetido o PONTO SEIS a votação, foi aprovado com abstenção do Partido Socialista. -----

PONTO SETE: Aquisição de serviços de gestão de resíduos urbanos do Município de Mira, concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) – Aprovação, nos termos previstos nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, da reprogramação dos encargos e assunção de compromissos plurianuais-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que o ponto tinha a ver com a aquisição de serviços de gestão de resíduos urbanos. Já tinha existido aquele concurso que tinha sido alvo de participação de quem ficou em segundo lugar, que atrasou o processo todo. A reclamação seguiu para tribunal, houve novo concurso, foi o inverso, a decisão final o tribunal deu razão ao primeiro. Portanto, aquele era o grande concurso para trinte e seis meses para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, andavam a fazer concursos de cinco ou seis meses até a situação ficar resolvida. Tinham de apresentar a reprogramação dos encargos plurianuais, como era para mais de um ano tinha de ser apresentado ali em Assembleia Municipal para aprovação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, afirmou não ser muito entendida em termos jurídicos e por isso fazia ali uma linha condutora como o entendeu, e solicitou a sua correção caso estivesse errada. Tinha a indicação que tinha sido celebrado um contrato com a empresa Luságua pelo valor de um milhão cento e noventa e dois mil euros para trinta e seis meses. Depois foi-lhes indicado que a 29 de novembro de 2023, a SUMA tinha apresentado uma impugnação que tinha sido indeferida a 19 de dezembro de 2023, por isso

interpôs uma ação judicial, que não conseguia perceber o porquê daquela ação judicial, mas dado aquele cenário o contrato com a Luságua não tinha sido assinado. Sabiam que o tribunal tinha dado razão à Suma, não conseguiam saber porquê assim como também não conseguiam perceber porque é que tinha sido interposto em Tribunal, e porque é que o tribunal tinha dado razão, sendo anulado o ato de adjudicação com a Luságua. Por isso o contrato seria executado com a SUMA por imposição do Tribunal, e havendo ali uma necessidade de reprogramação dos encargos para os anos de 2025 a 2028. Concluiu dizendo que devido a um processo judicial que tinha anulado o contrato com a Luságua e tinha obrigado a adjudicação com a SUMA, o Município de Mira enfrentaria um aumento no custo total de recolha de resíduos urbanos de centos mil euros. -----

---- **Inteiveio o Deputado João Luís Pinho**, que questionou quais tinham sido os motivos invocados pela SUMA para a contestação inicial, qual tinha sido a resposta da parte do Júri relativamente àquela contestação, quais tinham sido os argumentos posteriores da parte do Tribunal Administrativo para ter revertido a ação, quer decisória da Câmara quer do Júri. Era uma informação que deveriam ter tido acesso que facilitaria desde o início. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, afirmou que aquilo que ali tinha sido dito era a sua indignação também, se tivessem ficado logo pela primeira decisão, adjudicaram pelo critério que estava definido, que era a apresentação do preço mais baixo, mas também não podiam impedir as empresas concorrentes de fazerem impugnações. Portanto foram sujeitos àquilo por duas vezes, tanto que não tinham tido autonomia, tiveram de recorrer ao Tribunal, para resolver as coisas. Só o Tribunal é que tinha conseguido resolver.

Havia ali alguns aspetos técnicos, pediu permissão ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Dr. Ângelo Lopes. -----

---- **Tomou a palavra o Dr. Ângelo Lopes**, informou que era o presidente do Júri, portanto estava à vontade para falar aquilo que tinha de falar. Explicou que, como o Sr. Presidente da Câmara já o tinha dito, o critério para adjudicação era pelo preço mais baixo. Havia um conjunto de obrigações, uma das quais era que os carros fizessem lavagem dos contentores com água quente, uma das propostas, a da Luságua, o modelo elencado, eles diziam que tinha água quente, o Júri na dúvida questionou a empresa Luságua se o carro tinha lavagem de água quente, ao que aquela respondeu afirmativamente, como era uma das condições do concurso não tinham argumento perante o documento escrito da empresa, para excluir a empresa, por isso a empresa ter ganho o concurso. O Júri sempre tinha decidido a partir dos critérios que tinha, era o preço mais baixo e a lavagem dos contentores com água quente para ajudar a desengordurar e a fazer todo o procedimento. Sabiam que o camião apresentado pela SUMA tinha água quente, os outros na dúvida questionaram a empresa que escreveu e afirmou, mentiu ao Júri, mas o Júri tomou a decisão com a documentação que tinha e fez a proposta final. A SUMA impugnou, ganhou em Tribunal e o Júri teve de refazer a sua posição, apesar de estar claramente, transparente e tranquilo na posição que tomou, porque estava fundamentada documentalmente, com omissões, com coisas que não era verdade, mas o Júri fez tudo o que tinha de fazer para obter informação. Não percebia de mecânica, alguém escreveu que tinha água quente e o Júri aceitou. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, disse que perante o esclarecimento do Júri em causa, e mandava o respeito, pensava que, apesar de não ter consultado a sua bancada, dava o voto à pessoa do Ângelo pela

tentativa que levou a bom cargo, ter lutado pela persecução do interesse público naquele caso. Quando se estava a decidir enquanto Júri, tinham de se cingir a factos, pensava que foi o que foi feito, naquele caso estavam esclarecidos. Achavam estranho porque é que o Tribunal estava a dar uma razão quando, o próprio Júri tinha esclarecido. Agradeceu em nome da bancada do Partido Socialista pelo esclarecimento e pela boa persecução do interesse público na tomada de decisão. -----

----- Votação -----

Submetido o PONTO SETE a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO: Autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, para celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Mira no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), explicou que era nos mesmos moldes do que tinha** sido realizado no ano anterior, nos mesmos montantes e, portanto, algumas parcerias, como já ali tinha sido dito eram para manter e eles entendiam que aquela era uma delas, a delegação de competências da câmara no diretor do Agrupamento, resultou muito bem no ano transato e, portanto, queriam manter aquele acordo para o ano 2025. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS), referiu que era um valor de quarenta mil euros que iam ser transferidos trimestralmente, portanto, em quatro vezes, para a direção do Agrupamento de Escolas de Mira, o que queria dizer é que dado as competências que eram delegadas no Diretor, que aquela verba lhe**

parecia pouco, a não ser que viesse ainda outra proposta ao longo do ano com mais.-----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, esclareceu que poderiam ter atualizado os valores daquela proposta, no entanto em função do que aconteceu em 2024, que tinha o mesmo montante e que não foi utilizado na sua totalidade, entendiam que não haveria necessidade de fazer o aumento, portanto resolveram por esse motivo manter o mesmo montante. -----

----- **Votação** -----

Submetido o PONTO OITO a votação foi aprovada com abstenção do Partido Socialista, sendo que a Deputada Lurdes Mesquita não participou na votação. -

PONTO NOVE: Eleição do representante das Juntas de Freguesia, para representação das Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto da alínea c) do Artigo 9.º do Decreto-lei 23/2019, de 30 de janeiro-----

O Presidente da Assembleia disse que já tinha falado com os líderes de bancada e que ficou combinado entre as duas forças políticas do PSD e PS apresentar a Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos como efetiva, e o Presidente da Junta de Praia de Mira como suplente, em lista única. Como não apareceu mais nenhuma lista passaram à votação da mesma. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS), falou em nome da bancada do Partido Socialista**, informou que estavam sempre disponíveis para chegarem a acordo e conversarmos sobre o normal funcionamento das instituições, e que naquele caso em concreto, deveria ser uma prática comum que era quando havia nomeação de elementos, por exemplo das juntas de Freguesia, poderem de

antemão conversar, analisar e dizer quem eram as pessoas que estavam em melhores condições para desempenhar os cargos, e certamente que havia possibilidade de chegarem a acordos que, infelizmente, nos últimos tempos não tinha existido essa prática. Naquele dia também pensavam que não iria acontecer, porque chegaram àquela reunião depois das suas preparações, depois de terem recebido toda a documentação e estavam com informação de que não iria haver qualquer tipo de diálogo por parte da maioria. No entanto no início da reunião, foram abordados no sentido de fazer uma lista única, a qual anuíram porque fazia qualquer sentido de andar ali com dois tipos de votação, até porque e que lhe perdoassem uma brincadeira, há Presidentes Junta dos Carapelhos mais simpáticos do que outros, e certamente que ele iria numa lista com aquela Presidente. -----

PONTO DEZ: Relatório de Execução do 1º Semestre de 2024 da ABMG, EIM, SA – Tomada de conhecimento-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que os documentos tinham sido remetidos relativamente ao relatório de execução do primeiro semestre da ABMG , apresentando o resultado que que estava, colocava-se à disposição se for necessário algum esclarecimento.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, referiu que perante o relatório de execução, achava que o Senhor Presidente deveria dizer um pouco mais do que aquilo que disse, mas como não disse ia ele dizê-lo. Subida de tarifária da água 2024, 8%, muito importante. Questionou se que a qualidade acompanhou? Se os serviços acompanharam? Estavam a pagar mais pelo mesmo serviço, seria a guerra na Ucrânia? Seria a flutuação dos mercados? Não sabia o que era

certo é que aquilo estava a acontecer. Mais penoso ainda era saber que metade da água que se pagava, que era comprada, não era faturada. Cerca de 50% da água que era comprada era desperdiçada não faturada, achava que aquilo deveria fazer com que estas bancadas desde o CHEGA ao PSD, o PS refletisse bem naquela questão. Referente à última frase do relatório, “solvabilidade da empresa” sabiam que eles podiam aumentar os preços, a empresa estava com uma solvabilidade inferior a um, achava que isso era muito penalizador. Uma outra questão que ia elencar era a questão do PAPERSU e apresentou dois casos para pensarem um bocadinho, deu exemplo de um senhor que tinha um hotel na Praia de Mira com 200 quartos, consumo de água enorme, pagava a quantidade de água que pagava tinha de ter uma conta da água maior tudo isso e depois ia pagar por indexante a recolha de resíduos relativamente ao consumo. Por outro lado tinha um senhor, por exemplo, que se dedicava ao comércio de um qualquer produto, em que tinha muitos resíduos e que não tinha consumo de água, independentemente de produzir uma quantidade enorme de resíduo, fosse caixas de papelão, tudo isso e ia pagar muito menos do que aquilo que pagaria se efetivamente fosse o controle feito por aquilo que se deposita, por aquilo que se deitava no lixo e não por aquilo que se consumia de água. Era uma injustiça que assim acontecesse e era pena que iam suportar tudo aquilo. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse concordar em parte com o que disse da interpretação do deputado João Luís e havia ali um pequeno pormenor que tinha a ver com os grandes produtores. Se fossem mesmo grandes produtores, podem negociar diretamente a recolha dos resíduos e não por indexante na fatura, mas sim era uma preocupação transversal a todos, e

que na fatura a ABMG não fazia o tratamento apenas cobrava na fatura aquilo que estava determinado para a recolha dos resíduos, na realidade a faturação principal era do fornecimento de água e de saneamento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, referiu que alguns dados eram preocupantes e que iam no seguimento também de alguns dos maus resultados evidenciados no concelho de Mira, nomeadamente, pelo pela própria Câmara Municipal. Disse que ao analisar a mesma fonte, naquele caso o anuário financeiro, e como o Senhor Presidente de Câmara tinha dito antes, e muito bem, que era elaborado por técnicos que o faziam de forma rigorosa e não apresentavam dados fictícios, ao fazer uma análise pelo nome Mira aparecia-lhe alguns mapas, sabendo que o anuário financeiro tinha cerca de 500 páginas, nessas 500 páginas aparecia-lhe no primeiro relatório, os principais indicadores onde os 50 municípios ou as 50 empresas do setor local Empresarial tinham os melhores indicadores, ou os piores indicadores. No caso de Mira quando colocava a palavra Mira infelizmente, naquele anuário financeiro não aparecia nenhum indicador positivo, queria dizer que o nome Mira naquele anuário, não constava de nenhum mapa nos 50 melhores exemplos nacionais fossem eles quais fossem. Achava que deveriam refletir porque era o próprio PSD local que noutros anos transatos apresentava os anuários financeiros e os rankings das transparência como situações positivas, e, infelizmente para o concelho de Mira e para os Mirenses aqueles valores apareciam sempre pela negativa, e o nome de Mira aparecia vários rankings pela negativa, naquele caso em concreto aparecia o nome da ABMG no mapa, como por exemplo, da análise do setor Empresarial local e grupos autárquicos aparecia Mira e aparecia ABMG só que a ABMG era identificada como a sexta pior entidade em 142 analisadas a nível nacional, deviam refletir . Já tinham estado naquela sala e o anterior

representante da ABMG a dizer que aquela empresa para ser sustentável teria de subir os seus custos imediatamente, nomeadamente, a fatura às pessoas em 22%. Nunca tinha ouvido o Executivo a desmentir ou a dizer que não iria subir aqueles custos. Estavam um pouco de pé atrás relativamente ao futuro daquela empresa, bem sabiam que nem tudo era mau, e queria acreditar que quem trabalhava dentro da própria empresa estava a tentar fazer o melhor para que ela pudesse ter sustentabilidade. Não podiam esquecer que pelo que tinha acontecido era que o município ia assumindo a fatura quando dava prejuízo e as contas da ABMG e já houve um ano que, inclusive, lhes foi apresentado um “superavit”. da ABMG. Chegaram ao final, e não percebiam muito bem porque não tinham tido tempo para analisar o documento, saíram daquela reunião com o Executivo a dizer-nos que a BMG tinha um “superavit”., e depois afinal de contas, quando chegaram ao café leram as páginas e detetaram que nesse ano a ABMG dava, qualquer coisa como trezentos e dezoito mil euros de prejuízo, que não tinha havido “superavit”. nenhum, tinham simplesmente contornado as palavras e tinham utilizado o imobilizado também para fazer parte daqueles valores. Dividiram centos euros por cada município e cada município teve de pagar à BMG aqueles valores, para que a ABMG tivesse saldo zero. Tinham que perceber quanto é que o município pagava à BMG sobre os serviços, e o que é que tinha ficado acautelado ou não, sobre aqueles mesmos serviços, porque o subir daquelas faturas e o subir das tarifas, ia fazer com que o próprio município, como cliente, fosse ter uma fatura que também ia ser preocupante no futuro e havia várias infraestruturas municipais que ele, sinceramente, achava que deveriam ter outro tipo de regalias e deviam estar acauteladas com tarifas muito melhores do que as que as previstas pela própria ABMG. Achava que ainda era possível negociar isso, achava que ainda era possível haver algumas alterações porque achava que se por um lado o município defendia uma ABMG que ia captar água no Mondego, e afinal de contas a água já não vinha do Mondego, a água vinha da Presa. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** disse continuar a achar que a ABMG tinha sido o melhor caminho, era uma empresa recente tinha poucos anos de vida mas conseguiu fazer grandes investimentos como o ali já referido de alguns milhões de euros, que de outra forma o município de Mira não tinha conseguido, agregação depende sempre da escala que ganhavam com isso, se fossem mais ainda, com certeza que os resultados seriam diferentes, mas continuava a afirmar que o município de Mira, por si só não teria conseguido fazer aquele investimento nas captações, a melhoria na qualidade e na distribuição da água, sendo uma empresa recente e a julgar pela análise que fez, não podia não apresentar os melhores resultados, se calhar empresas a nível Nacional mais sólidas, com mais anos de vida tinham outro tipo e outro volume de faturação que lhes permitia ter outra posição nessa tabela. Acreditava que aquela era o caminho e se conseguissem abicar de algum ponto de captação de águas no Mondego foi porque os técnicos entenderam que seria melhor investir nas nossas, no nosso território na nossa captação e fazer a distribuição ali mesmo, e foi isso que fizeram com as captações da Presa que agora estavam a ser extensivas, o seu objetivo e dizia seu porque faziam parte da ABMG, o seu objetivo era ficar completamente independente, e não ter que adquirir água aos municípios vizinhos, falava nomeadamente do concelho de Cantanhede onde ainda uma grande parte e uma percentagem da água vinha dali, e depois era tratada no concelho e distribuída. O seu objetivo, e iam conseguir porque o volume que tinha sido feito e do caudal, que conseguiam a qualidade que a água tinha ia servir a curto prazo para abastecer todo o município de Mira, portanto, continuava a dizer que aquele era o caminho. Havia coisas a corrigir, sim, mas se não fosse a BMG não teriam naquele momento a qualidade que tinham, nem

os resultados obtidos. Entendia que houvesse pessoas contra aquela empresa, nomeadamente o deputado Francisco Reigota era contra a BMG, já o afirmou publicamente, já o tinha feito por mais do que uma vez, o CHEGA se calhar também, portanto, obviamente que eram visões, ele continuava a ter aquela convicção e, portanto, achava que aquele era o caminho. Se pudessem agregar e ter maior dimensão, melhor ainda, os resultados obviamente eram o que eram e validados pelos técnicos das contas, resultado que não era o que gostariam de apresentar no primeiro semestre de 2024, mas que foi corrigido até final do ano invertendo o resultado inicial dos primeiros seis meses. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe lembrar quais eram as suas convicções relativamente à BMG disse que gostaria de conhecer as do Sr. Presidente relativamente às perguntas que lhe fazia, nomeadamente, sobre se o Senhor era a favor de subir as tarifas e as taxas da ABMG, em cerca de 22% já no próximo ano e penalizar as populações nisso, ou se se ia opor à própria direção da ABMG que ia no sentido de subir aqueles valores. Relativamente à estrutura da própria ABMG o que lhes aparecia era que entidades do setor Empresarial local com maior estava aqui a ler com maior passivo exigível, iam de 2019 até 2024 com um aumento absurdo, iam em 2019 tínhamos vinte e um mil euros em números redondos daquele passivo exigível naquele momento tinham mais de doze milhões, e iam noutro caminho ainda de agravamento, por isso, quando faziam uma análise da ABMG ela tinha de ser mais profunda do ser a favor, ou ser contra. O ser contra foi quando ela foi constituída, infelizmente já passaram vários anos e agora não tinham e hipótese de ter a mesma posição que tinham aquando da constituição da empresa, a posição que tinham era de forma responsável e de forma preparada defender, ou não, as medidas que no naquele dia e no futuro

pu dessem ser implementadas, era nesse sentido que a bancada do Partido Socialista se debruçava e era por aí que iam ali dar os seus contributos e estavam disponíveis também para ajudar para além dos poucos minutos que ali tinham, noutros fóruns e noutros sítios, para contribuírem também para outros caminhos que eram necessários ser implementados. Relativamente à questão da ABMG, infelizmente as contas continuavam também a não ser positivas, a análise era simples de fazer, continuavam a ter mais uma entidade que os representava mal em termos financeiros, tinham mais contas, continuavam a ter mais contas e quando o deputado que já se tinha ausentado por outros motivos, o Mauro, dizia que o município era caloteiro não era que o Mauro ou o Partido Socialista tivesse vontade de chamar caloteiro ao município, ou a qualquer empresa, ou entidade que estivesse associada ao município, era que os factos indicavam isso mesmo, e depois quando iam ao mercado, e quando iam à banca, quando tinham de ir ter com os próprios fornecedores, por vezes acabavam por pagar cada vez mais porque não tinham liquidez, não tinham capacidade de endividamento, não temos capacidade económica para fazer face às coisas no imediato. Depois acabavam sempre por agravar cada vez mais a situação, porque elas não eram previstas, nem analisadas logo desde o início. Deixou a pergunta que era se o senhor ia ou não se opor a uma subida de tarifas, ou se ia aceitá-las? -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que para fazerem a avaliação e a programação para o ano seguinte, tinham reuniões periódicas do Conselho de Administração, naquele momento e até final de do ano ele era o Presidente do Conselho de Administração da ABMG, os resultados que eram apresentados ali vieram do ano transato e estavam refletidos naquele primeiro

semestre. Disse ali porque foi alvo também de discussão na última Assembleia do ano que o resultado foi negativo, da ABMG, para atualizarem os tarifários consultaram as entidades que regulavam aquilo, pediram-lhe pareceres e agiram também um pouco em função do que as entidades lhes diziam. O parecer era que deveriam fazer atualizações dos tarifários, obviamente que se havia uma intenção de fazer um aumento do tarifário, foi consertado entre os três presidentes que faziam parte dos três municípios que compunham a ABMG, e portanto, não podia ir ali um documento em que ele não estivesse envolvido, onde ele não estivesse de acordo e por isso, o Senhor preferia dizer que iam aumentar 20% no tarifário da água, ele preferia dizer como aumentar alguns cêntimos na fatura dos consumidores, era uma maneira de encarar as coisas. Já anteriormente tinham falado do copo meio cheio, ou do copo meio vazio, era inevitável, todos tinham que perceber que pagavam muito mais caro por outros produtos, e que continuavam a não dar a devida atenção à água, um bem muito mais escasso, havia ser muito mais cara e todos um dia teriam que levar aquilo muito a sério, porque não haveria outra forma se não valorizarem aquele recurso inevitável à Vida, como ele merecia e não podiam estar constantemente a fazer política, a dizer agora que vamos aumentar x ou Y porque fosse quem fosse que estivesse à frente de uma que lidasse com águas, que não teria outra possibilidade se não fazer aumentos tarifários era impossível, portanto ou acatava com os resultados e ficava com o prejuízo, ou teria que distribuir isso nas próprias faturas, e aceitavam o parecer da entidade reguladora. Iam fazer uma atualização de alguns cêntimos no tarifário para as faturas no próximo ano.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, referiu que era a diferença mesmo de políticas e do que defendiam, não havia a menor dúvida que o Partido Socialista, que não estava ali a ser analisado se era a favor ou se era contra a

BMG, o Partido Socialista era totalmente contra a subida de qualquer tipo de tarifa naquele momento e era de forma fundamentada, e o Senhor Presidente no que tinha acabado de dizer não tinha em momento algum a afirmação de que não poderiam ir por outro caminho, porque poderiam ir por outro caminho, receberam um parecer, receberam uma recomendação, não receberam nenhuma lei que os obrigasse a subir, era uma opção política e quando o Senhor falava de fazer política, exatamente fazer política era decidir e naquele caso estavam a decidir outra vez mal, estavam outra vez a honrar os bolsos dos cidadãos antes de haver investimento. O Partido Socialista poderia estar a favor e ao lado do executivo, desde que o investimento das suas terras se refletisse no imediato e os cidadãos percebessem e sentissem exatamente a melhoria das condições, as melhorias das condições ainda não começaram e as faturas não paravam de subir e os saldos das da empresa cada vez eram mais negativos, por isso havia ali qualquer coisa que corria mal. Efetivamente estavam em caminhos diferentes, e se eles tivessem na liderança da Câmara Municipal, para o ano não havia aumento de tarifas no concelho de Mira. -----

--- **Intervenção do Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, disse que o CHEGA também teve sempre aquela esta posição, que era contra a ABMG. Sabiam que era o mal necessário, mas era bom refletir que a empresa não tinha tido resultados positivos, aquele relatório era novamente a prova disso, o relatório anterior foi, e novamente aquele. A empresa foi malcriada desde o início e eles na última campanha eleitoral, tiveram um dos temas pelo qual se bateram, disseram sempre que eram contra a ABMG e mantinham aquela posição. Enquanto candidato a deputado nas duas últimas campanhas eleitorais teve o privilégio de contactar a INOVA e estar reunido com a INOVA que era uma empresa completamente diferente e completamente ao lado, ou seja, não precisava de recorrer a Fundos Europeus porque tinha capitais próprios para o trabalho que realizava no concelho de Cantanhede. Chamou a atenção para o pormenor de que ela, naquele momento estava impedida de concorrer a Fundos

Europeus porque era uma empresa intermunicipal que só estava na posse de um município, mas era uma empresa que, se fossem ver esses rankings, era uma empresa que estava sempre bem classificada. Não sabia dizer o lugar em que ela estava, mas estava certamente bem classificada. Aquela era uma das possibilidades que o concelho de Mira poderia ter tido, poderia ter-se juntado à INOVA porque na altura metade do concelho era servido por água da INOVA, mas havia outras alternativas, portanto a ABMG não era em si só naquele momento um mundo fechado, e estavam condenados a estar incluídos na ABMG, brevemente iriam ter uma campanha eleitoral, e ele achava que os partidos deviam fazer as suas propostas, O CHEGA faria as suas com responsabilidade, mas tinham que entender que a ABMG não era um mal necessário não teriam que estar condenados aqueles aumentos, porque naquele ano era de 8%, o ano passado tinha sido de 8% e iam andar sempre em aumento e em aumento. A água era um bem escasso, mas e aquele relatório não via evidencia e cuidado na sua distribuição, porque 50% eram desperdícios, o relatório o ano anterior ia no mesmo sentido, ou seja, não houve ali uma melhoria da empresa, a empresa assumia que tinha uma perda de 50%, e passado um ano voltava a assumir aquela perda. Era uma empresa que não transmitia confiança., o diretor foi já ali fazer uma palestra, não achou fosse uma empresa que transmitisse confiança e seria de pensar na próxima campanha eleitoral, era a posição do PS manter a ABMG, era, tudo era melhor que o que tinham anteriormente, tinham um preço extremamente baixo, mas a autarquia em si não poderia concorrer e, portanto, não tinha meios próprios para isso, ABMG foi-lhes oferecida como a última solução, uma solução inovadora e que lhes ia resolver o problema. Não viam isso e no ponto 11 ele ia voltar a falar, porque poderiam ter ainda mais surpresas futuramente da ABMG. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS

MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** – disse que o que o Deputado Francisco Reigota ali foi fazer foi exatamente política com aquilo. Depois de ser interrompido pelo Deputado Francisco Reigota que tomou a palavra sem autorização da mesa, continuou a dizer que quando afirmava ali que se estive à frente dos destinos da Câmara Municipal não aumentava o tarifário, portanto, isso o partido socialista, portanto é se isso não era fazer política, que lhe dissessem que foi então. Foi novamente interrompido pelo Deputado Francisco Reigota que tomou a palavra sem autorização da mesa, que o advertiu que enquanto o Deputado esteve a falar no púlpito não o interrompeu, que tivesse educação. Entretanto o Sr. Presidente continuou o seu discurso, disse que a sua convicção, e, portanto, se os resultados eram o que eram estavam a espelhar aquilo que era. Se eles com isso, e no entender do deputado Francisco Reigota não deviam aumentar nem um cêntimo na faturação, para já era obrigatório uma pequena parte da atualização conforme a inflação, e depois iria sempre sofrer alguns cêntimos na fatura, mas era o que ele dizia, eram cêntimos. Entendiam, no concelho de administração, que poderiam ir além um bocadinho disso para que as contas fossem mais equilibradas, a outra solução seria a empresa arcar com todo e o impacto que tinha o aumento e obviamente que eram opções, obviamente cada um tinha a sua convicção e aquela era a sua. Relativamente àquilo que disse o deputado Augusto se os resultados foram negativos no primeiro semestre, na segunda parte do ano, que era uma parte onde havia mais consumo e se refletia a outra parte, toda os resultados tiveram uma inversão e o resultado era positivo, portanto ele continuava a manter a posição que tinha, que era o melhor caminho, que tinham através de uma empresa intermunicipal que ganhasse escala e dimensão para fornecer aquele bem tão precioso aos municípios. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, referiu que ouviu falar em comparações entre a ABMG e INOVA, as pessoas esqueciam-se que tinham realidades totalmente diferentes, tinham uma INOVA que vendia água às toneladas, alguma que vinha para Mira que em Mira não havia água para vender segundo a degradação da rede de água era de tal forma que o investimento que ia ser necessário era brutal e o senhor Deputado Augusto Miranda dizia e muito bem que os municípios sozinhos não tinha hipótese a fundos comunitários, eles viram o município gastar balúrdios só para não subir a água. Viu o estado em que encontrou o sistema de água de Mira tinham perdas de águas brutais, mas isso ia demorar anos a tirá-la, tinham de ter consciência que aquilo não era nenhuma brincadeira e era assim, ele discutia que fosse o melhor dos mundos, mas era um e tinham de sair do que estavam e tinham de encarar a realidade, não valia a pena andar ali com brincadeiras era encarar as realidades das coisas. Deu o exemplo de uma empresa que vendia vacas, comprava 100 vacas só vende 50, as outras 50 vacas desapareceram sem se saber porquê, como tinha que compensar a perda das 50 vacas, ia dizer aos tipos que estavam a comprar as vacas que tinham que pagar as vacas mais caras porque tinha perdido 50 vacas e como não tinha um milagre para fazer mais 50 de repente o que é que tinha que fazer era agarrar nesse valor das 50 vacas, que não vendeu porque não sabia para onde é que elas tinham ido, e ia entregá-las ao preço que tinha que fazer de venda para o senhor. Entendia o Sr. Presidente que era um dos sócios, representava 33% de uma entidade que acreditava, eles podiam acreditar não é que fosse esse o caminho, mas estavam a falar de um bem escasso, estavam a falar de uma coisa ainda mais importante que era que aquela empresa era uma empresa monopolista, ninguém mais vendia água em Mira, estavam a falar de monopólio de um produto escasso, de primeira necessidade, aquela é que era a questão, se os senhores todos que ali estavam, estivessem do lado de lá, e se aquela bancada que ali estava fosse do PS os

senhores iriam votar de outra maneira, sabia muito bem e isso era fazer política, não estavam ali aqui para dizer bem nem mal, estavam ali com um único objetivo prossecução do interesse público e fiscalização, enquanto entidade fiscalizadora tinham que o dizer, tinham que o fazer aquela empresa tinha uma gestão, não estava lá dentro do Conselho de administração não podia opinar, não tinha acesso às atas de reuniões no entanto no entanto podia olhar para factos, havia 50% dos bens que os senhores vendiam que desapareciam e ele falou-lhe isso da primeira vez esteve à espera até ao fim para o questionar novamente, não abriu a boca relativamente a aquela questão havia uma perca enorme de valor na água que não faturavam isso é que era o grande problema, esse era o grande problema de uma empresa que tinha um bem escasso de primeira necessidade em regime de monopólio que vendia 50% só daquilo que comprava e mesmo assim ia incutir o preço do valor final nas pessoas que estavam e que não tinham poder. Entendia a posição de quem ali ia defender se ele fosse executivo não iria aumentar, entendia perfeitamente porque se o senhor presidente estivesse do lado da oposição o senhor diria exatamente a mesma coisa. -----

---- **Intervenção do Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que usou o exemplo do deputado João Luís Pinho, e disse que o problema não era a empresa perder 50 vacas, era que a empresa perdia todos os anos 50 vacas, que imaginassem uma exploração que todos os anos perdia metade das vacas, ao fim de alguns anos não tinha vacas nenhuma. Aquela era a realidade ninguém ali estava a dizer que a solução anterior era boa, porque aliás ele pensava que já não havia nenhum município em Portugal que vendia a água, sabiam que a BMG foi um mal necessário, era verdade, todos concordavam nisso, mas estavam sempre a tempo de mudar, e quando eu usou o exemplo da INOVA, foi porque a inova era uma empresa que funcionava bem, não era a única havia alternativas para lhes vender água, até porque a BMG era um monopólio e qualquer empresa monopolista, de certa forma podia pôr e dispor dos preços à vontade, eles não

tinham forma de fugir a aquilo. Voltava a dizer a ABMG foi um mal necessário, era verdade, tudo era melhor do que a solução que tinham anteriormente, mas a BMG não era o melhor dos mundos, nem era o único mundo existiam alternativas, tinham as águas de Coimbra, tinham as águas de Aveiro, tinham a INOVA, tinham alternativas e se calhar o município tinha de começar a pensar se a ABMG não era o melhor parceiro para lhes servir água, tinham de ir à concorrência. Disse ainda que se não estava contente com a MEO ia à Vodafone ou à ZON, ia procurar no mercado. -----

Findas as quintas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, esclareceu que devia ter referido anteriormente que tinham outro diretor geral na empresa, o Engenheiro Idalécio Oliveira que esteve muitos anos na INOVA, tinha um grande currículo, uma grande experiência com o que aconteceu em Cantanhede e portanto o anterior tinha saído, foi aberto um concurso e o Engenheiro Idalécio ficou colocado em primeiro lugar. Era naquele momento o diretor dos serviços, a experiência dele tinha-os levado a crer que os resultados iam melhorar e aquela questão das perdas de 50% era inadmissível, mas lembrava que quando era o município de Mira que tinha o exclusivo das águas as perdas eram de 70%, e, portanto, o caudal que se perdia nas condutas, nas roturas, etc... era muito superior a àquela. Não estamos bem com aqueles resultados, mas o investimento que iriam fazer também era para perceber como combater as perdas, como gastar menos, como ter maior rendimento, como colmatar os clientes que faziam manobras para fugir á contabilidade dos contadores, uma série de coisas, de medidas que tinham de ser implementadas e, portanto, que estava em crer que iriam mudar. Obviamente que ia demorar algum tempo,

precisava de investimento, precisava de obras no território e no terreno, mas pensava que era o caminho a seguir. -----

PONTO ONZE: Plano e Orçamento para 2025 da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, reforçou que o plano e orçamento para 2025 da ABMG apresentava um resultado positivo de mais de cem mil euros, e portanto, contrariando aquilo que foi o primeiro semestre veio-se a revelar, fruto também de alguma sazonalidade e onde havia maior consumo e inverteu-se o resultado negativo do primeiro semestre.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, referiu que pela primeira vez uma candidatura a Fundos Europeus para realizar obras de saneamento em Carapelhos, e portanto era uma candidatura atendendo aos resultados, não sabia quais eram os critérios para a candidatura mas os resultados da ABMG eram o que eram. Disse que naquele documento vinha referido obras com fundos próprios, a ABMG para redes de drenagem de algumas ruas na localidade de Carapelhos, o que questionavam era se aquelas obras respeitavam apenas obras de saneamento em baixa, ou também contemplam obras de drenagem de águas pluviais. Relembrou que naquela localidade não existia saneamento, mas também não existia drenagem de águas pluviais, na maioria das ruas questionou também, e como parecem ser obras diferentes depois tinham diferentes rubricas, uma com fundos europeus e outra com capitais próprios, se elas iam decorrer em simultâneo, se era a mesma obra ou se estavam perante a mesma obra, mas com diferentes fontes de financiamento.

---- Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS), disse que ia fazer um pouco como o cunhal fez quando teve de assumir os votos que tinha no Mário Soares. Apesar de não concordar, como manifestou atrás com a questão do relatório de execução, e sabendo que a Câmara Municipal de Mira tinha 33%, cerca disso, da cota daquela entidade, considerando que estavam a falar de um valor de cerca de dez milhões de euros, só dois milhões e quatrocentos mil é que eram investidos em Mira, ou seja, só 25%. Deveriam estar a lutar enquanto Presidente do Conselho de administração por três milhões e dezasseis mil e não por os 25%, e mais uma vez um aumento 2. 32% é que numa fatura média cem euros não eram só uns cêntimos. Tinham de lutar por mais e já que era um mal necessário, que esse mal necessário fosse também salvaguardado com investimento no município paritariamente 33% de cota 33% de investimento na terra, achava que isso era o basilar. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondeu ao Deputado Augusto Miranda que as obras para Carapelhos, tinha que ser feito primeiro estudo na população completa para depois saber as pendentes, as cotas, para ver onde dependiam realmente, e depois dizer que estando concluída o trabalho da DCL que estava a ser realizado na freguesia do Seixo que ia ligar ao leque, que ia permitir também que se ligasse depois os metros de saneamento que seriam feitos em Carapelhos. Depois de estar aquela obra concluída, em breve, um mês dois meses estava a funcionar, ia-lhes permitir ligar o Seixo e ia-lhes permitir ligar o que seria futuramente feito nos Carapelhos. Relativamente à parte da obra em si nos Carapelhos, eram dois tipos de financiamento, um financiamento a título europeu, e depois com encargos custos próprios da empresa, na mesma obra, ruas diferentes na mesma obra. As águas pluviais

seriam feitas paralelamente, mas a ABMG não lidava com águas pluviais, as intervenções que faziam por exemplo na estrada nacional 109 por causa das tampas, faziam a intervenção do que dizia respeito ao saneamento e a Câmara assumiria a parte dos pluviais, nas grelhas que estavam ali ao lado, era o mesmo princípio. Relativamente à intervenção do deputado João Luís Pinho, que tocou num assunto que era muito importante, em outros anos foi contemplado mais percentagem de obra no município de Mira, inicialmente os outros municípios estavam servidos de outra forma e Mira tinha carência foi o investimento maior ali nomeadamente nas captações, um investimento em volume, não em parte de saneamento, mas em volume de investimento foi maior em Mira, e, portanto, estavam numa parte em que não era. O plano incluía obviamente renovação e a partir do próximo ano Mira passaria a ter mais percentagem de investimento relativamente ao que estava previsto, portanto esse equilíbrio era em função do estudo que se fazia em cada território, mas estava salvaguardado que Mira na próxima vez teria mais percentagem para equilibrar entre os municípios. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, referiu que tinha tido algum cuidado, aquele foi o plano que olhou mais por alto mas tinha a ideia que Mira nunca atingiu os 33% como estava a referir o João luí Pinho, podia estar enganado mas tinha muitas dúvidas que alguma vez tenha estado nesse nível, tinha aí a sensação que esteve sempre abaixo disso. Referiu que relativamente à resposta ali Sr. Presidente, as obras de saneamento iam decorrer ao mesmo tempo de obras de drenagem de águas pluviais, não iam partir tudo para fazer o saneamento e depois passada meia dúzia de meses voltavam a partir tudo para fazer águas. Podia garantir que essas obras eram feitas em simultâneo? É que estavam a falar de obras que causavam enormes constrangimentos à população. Era só a sugestão que deixava. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que diversas vezes faziam questões sobre os próximos investimentos de saneamento em diversas localidades e a resposta tinha sido sempre a mesma, que estavam elencados na estratégia da ABMG, e que cumpriam claramente o documento da ABMG onde tinha expressado essas situações. O que ele não conseguia perceber era qual era o critério para o município substituir-se à ABMG em algumas situações, porque pelo que parecia, e pedia informação detalhada ao Senhor Presidente, estava a ser feita uma empreitada em algumas ruas de Portomar, ou pelo menos numa em Portomar, onde também iria ser feito, ou estava a ser feito o saneamento. Aquilo parecia-lhe que era com recursos próprios do Município, a questão era que aquela zona há muito que necessitava de intervenção, e o que era certo é que não era só aquela zona no concelho de Mira que necessita de intervenção, e há muito que necessitava de intervenção de saneamento, águas pluviais e tudo o que eram infraestruturas e alcatroamento. O que era certo é que naquele momento estava a acontecer aquela empreitada em Portomar, quando recentemente existiram alcatroamentos, como ali foi referido na Lentisqueira e sem infraestruturas. Nada como dizer que as zonas não eram iguais porque umas não tinham ligação alguma de saneamento, e outras que já tinham algumas ligações de saneamento, mas mesmo em Portomar existiam várias outros exemplos de situações que não tinham saneamento e onde não se estava a ter o mesmo critério. Por isso gostaria de perceber, primeiro o critério, o porquê de aquilo acontecer, porque as coisas tinham de ter critério e tinha de ser definido, tinha de lhes ser explicado, não podiam perguntar porque é que não faziam o investimento em saneamento e o Senhor Presidente dizia que isso já não era de competência da junta, e afinal de contas em alguns sítios já estavam a pegar no dinheiro dos cidadãos e a gastá-lo de forma direta naquele tipo de investimentos. Perguntou se naquele caso em concreto, era só aquela rua que ali que estava a ser intervencionada, quais eram as que iam ser intervencionadas

e que tipo de obra é que se previa fazer nas ruas que estavam a ser intervencionadas? -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS) -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que, como já tinha referido anteriormente, ao mesmo tempo que se fariam as obras de saneamento, pretendiam fazer as obras das pluviais, o que não podia ser assegurado pela ABMG porque não lidava com a parte das águas pluviais, portanto, teriam que ser os serviços camarários ou contratados por eles para garantir que era aquela parte relativamente às empreitadas que se estava a realizar em Portomar e pensava que estava a referir a Rua da Encarnação e que estando e num estado extremamente degradada, eram opções que às vezes tinham que tomar. Obviamente que a câmara não pretendia substituir-se à ABMG para implementação de metros de saneamento, naquela parte e nas rubricas que tinham salvaguardado para obras de requalificação urbana, e retiravam uma parte para fazer, e em vez de fazer só saneamento, só asfaltamento, faziam primeiro dotar a rua de saneamento, e depois sim proceder ao asfaltamento. Obviamente que a ABMG estava a acompanhar a obra, até porque tinha de ficar tudo em funcionamento. Portomar tinha muito poucas artérias que necessitassem, mas ainda tinham, e, portanto, tratando-se de algumas partes de fim de rede foi por aquela parte que optaram, estavam a falar da Rua dos Corgos e da Rua da Encarnação em Portomar. -----

PONTO DOZE: Alteração, por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mira ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) – Aprovação por declaração – Tomada de conhecimento-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, esclareceu que existia uma rede que tomava conta da parte toda da região hidrográfica que ia desde o Vouga até ao Liz onde também ficavam inseridos. Periodicamente aconteciam algumas reuniões onde se tratava a adaptação dos planos a toda esta área costeira e, portanto, naquele caso tratava-se da gestão dos riscos de inundação por causa de ser uma faixa de terreno com pouca altitude, e, portanto, sendo costeira estava sempre mais sujeita a que acontecessem aqueles efeitos. Era alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal. -----

PONTO TREZE: Alteração, por adaptação do plano de Urbanização da Praia de Mira ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Liz (RH4A) – Aprovação por declaração – Tomada de conhecimento-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, referiu que era muito parecido com o ponto doze, se bem que no doze tratava-se da adaptação do Plano Diretor Municipal e ali a alteração do Plano de Urbanização da Praia de Mira, mas era na mesma o Plano de Gestão de Riscos de Inundação. -----

PONTO CATORZE: Assunção de Compromissos Plurianuais - Tomada de conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que conforme estava no mapa em anexo, tratava-se de assumir os compromissos por mais de um ano em que, estava espelhado a designação e a adjudicação de procedimento estava no documento que foi distribuído e que teria que ser aprovado e que teria que

passar ali na Assembleia municipal.-----

- ENCERRAMENTO . -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas [horas] e [minutos] do dia [indicar se for outro diferente do dia em que a reunião teve início], da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, que fez um pedido de desculpa, não pelo conteúdo da sua intervenção anterior, mas pela forma como se dirigiu, não ao Presidente da Mesa, mas ao Nelson que era uma pessoa que ele tinha alguma estima. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Mesa (PSD)**, que afirmou que era recíproco. Afirmou ainda que, também pensava que tinham repararam que ele não estava nos seus melhores dias por razões pessoais, pediu desculpa a toda a gente, se calhar era um dia que devia ter ficado em casa, mas pronto, optou por estar ali, portanto por aquilo que não correu bem pediu imensa desculpa. -----

---- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, disse que estava a chegar mais um Natal, mais um fim de ano, um ano que provavelmente não foi o melhor para todos por razões diversas, mas aquilo que ele desejaria a todos era que efetivamente o ano 2025 fosse um ano Próspero para todos, e para o concelho de Mira também em particular que todos tivessem e muita saúde todos tenham algum dinheirito para gastar, e que fundamentalmente haja paz para todos estarem à vontade e para não haver aqueles contratempos todos que existiam a nível mundial, e que também os iam afetando ali assim naquelas terras de Mira.

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que fez suas as palavras do Deputado António Gonçalves e desejou um Santo e um Feliz Natal a todos, e que o ano 2025 fosse um bocadinho melhor. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que subscreveu as palavras do António e desejou a todos um Bom Ano um bom Natal e que próximo ano lhes trouxesse tudo aquilo que desejavam. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal (PSD)**, que se focou apenas em três pontos muito curtos, primeiro dizia respeito a uma funcionária que tinha muitos anos daquela casa, realizou um longo trabalho digno e que muito provavelmente seria a última vez que os acompanhava nas suas assembleias municipais, falava da Olívia Eulálio, e que se senhor presidente permitisse ele propunha um voto de louvor pela carreira excelente, exemplar que a Olívia teve durante os anos que teve ao serviço do município. -----

---- **Interveio a Sr.ª Olívia Eulálio** que referiu que se calhar era mesmo a sua última reunião, foram 44 anos ao serviço da autarquia, o seu primeiro trabalho quando entrou para a câmara municipal em 15 de setembro de 1980 foi precisamente a Assembleia Municipal, portanto entrou a trabalhar para a Assembleia Municipal e se calhar ia sair ao serviço da câmara da Assembleia Municipal. Disse que aprendeu muito, a sua vida foi toda passada praticamente ali e alguma coisa que tivesse corrido menos bem, era normal, só não errava quem não fazia e tentou sempre fazer o seu melhor, e dar o seu melhor, e teve sempre presente em si que devia sempre fazer o melhor de modo a que evidenciasse o que era a câmara municipal, o que era a assembleia Municipal tentando nunca fazer nada em contrário, portanto, foi um prazer e podiam contar com ela dali para à frente, enquanto estivesse ao serviço que ainda estava e depois de sair também podiam continuar a contar com ela para aquilo que entendessem, que fosse necessário. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal (PSD)**, disse que estavam a entrar na reta final daquele ano, e, portanto, na melhor praia do mundo tinha a passagem de na, parceira com a RFM e portanto, se ainda não tivessem, ficassem por cá, ficassem por Mira, fossem até à Praia de Mira com certeza ia ser um ótimo espetáculo e passamos o ano todos juntos, esperemos que o

tempo, as condições atmosféricas e climatéricas o permitissem. Desejou a todos Boas festas naquela quadra Natalícia, era sempre bom associar aqueles desejos com muita saúde, com muita alegria e paz, e que o próximo ano 2025 trouxesse a todos grandes sucessos pessoais e profissionais, na companhia daqueles que mais amavam. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (PSD)**, disse que o Natal era uma festa tipicamente Cristã mas se reparassem por todo o mundo cristãos e não cristãos, culturas totalmente diferentes, distintas, era uma época, onde os homens usavam mais a fraternidade, onde se debatiam as diferenças, e portanto era um pouco nesse espírito que lhes desejava a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo. -----

O Presidente da Mesa

(Nelson Maltez)

O 1.º Secretário

(Luís Lavrador)